

BRENO PIMENTEL CÂMARA

**INSEGURANÇA PÚBLICA E CONFLITOS URBANOS NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos B. Vainer
Doutor em Développement Economique et Social – Université de Paris I (Pantheon Sourbonne) U.P.I. – França.

Rio de Janeiro
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BRENO PIMENTEL CÂMARA

**INSEGURANÇA PÚBLICA E CONFLITOS URBANOS NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento urbano e Regional.

Aprovado em 25/09/2006:

Prof. Dr. Carlos B. Vainer – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Profa. Dra. Márcia Leite
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Henri Acselrad
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

**Rio de Janeiro
2006**

Dedicatória

Dedico este trabalho às lutas contra a barbárie de Estado.

Agradecimentos:

Este trabalho enfrentaria maiores dificuldades de se desenvolver não fossem as ajudas, em diferentes níveis e momentos de algumas pessoas.

Agradeço muito:

- À Carlos Vainer, orientador, professor e coordenador da pesquisa que serviu de base a esta dissertação, pela inquietação, pelas contribuições, pela leitura atenta e detalhada e por tudo o que me ensina;
- À Henri Acselrad, pela abertura de caminhos sempre que me encontrava em encruzilhadas;
- Ao povo do gabinete do vereador Eliomar Coelho, sempre ajudando e em especial ao próprio Eliomar, pela eterna simpatia e carinho e pela realização do Mapa dos Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro;
- À CAPES, pelo apoio fundamental;
- Aos professores Ana Clara Torres Ribeiro, Luiz Antônio Machado Silva e Márcia Leite pelas iluminações;
- Ao pessoal do Laboratório ETTERN, companheiros de luta, pelo apoio de sempre e pelo ambiente de discussão permanente e enriquecedor, em especial, Dani, Flavinha, Soninho, Jorge, Paula, Isabel e Ynaê;
- Aos funcionários do IPPUR, companheiros para qualquer batalha, especialmente pelo carinho dispensado por Paulinho, D. Maria José, Pedro, João, Bel, Vera, Zuleika, Ana Lúcia e Maria Luíza;
- Aos amigos da turma do mestrado com quem compartilhei as angústias e realizações do duro caminho percorrido, agradeço em especial à Daniele, André, Bia, Cláudio, Gabriel, Régis, Alice e Rodolfo;
- Aos professores do IPPUR guerreiros incentivadores;
- Aos militantes da Rede de Movimentos e Comunidades contra a Violência;
- Aos companheiros do CCL, em especial, Ricardo, Eduardinho, Álvaro, Cinco, Juliana, Cláudio e Régis.
- Ao pessoal do coletivo ECO, em especial, Humberto, Ariane, William, Sabrina, André, Bia, Cláudio, Rodolfo, Gabriel e Dani;

- Ao meu pai, Laís e Fabiano, pelos incentivos de sempre;
- À minha mãe, Ana Lúcia, e Luís pelo apoio próximo, apesar da distância;
- À Maria, irmã companheira;
- À minha amada companheira de todas as batalhas Ciça, pelo apoio paciente e irrestrito em todos os momentos;
- Às minhas pequenas amadas, Clara e Júlia, pela paciência.
- Aos amigos, Diego, Tata, Felipe, Fernando, Klinger, Débora, Ângela, Edson, Nildeth e Netinho pelas discussões.
- Aos saudosos Câmara e Zuzu, Olga e Mário, Emília, Elídio e D. Ivone.

“Quem não é prisioneiro da necessidade é prisioneiro do medo: uns não dormem por causa da ânsia de ter o que não têm, outros não dormem por causa do pânico de perder o que têm. O mundo ao avesso nos adentra para ver o próximo como uma ameaça e não como uma promessa, nos reduz à solidão e nos consola com drogas químicas e amigos cibernéticos. (...) nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo”.

Eduardo Galeano (“De pernas pro ar”, p. 7 e 8, 1999)

RESUMO

CÂMARA, Breno Pimentel. *Insegurança Pública e Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro*. 105 f. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Os eventos conflituosos que reivindicaram segurança pública na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1993 e 2003 se constituíram enquanto objeto de análise do presente trabalho. A hipótese que orientou a análise foi se haveria um padrão na conflitualidade da violência na cidade pelo modo como a sociedade reage ao crime violento. Os dados empíricos utilizados foram os registros de eventos conflituosos organizados no Mapa dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro, que utilizou como fontes os três jornais diários de maior circulação na cidade e os arquivos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. As recorrências observadas nas opções de forma de luta, nas motivações desencadeantes das manifestações públicas coletivas, na caracterização dos agentes mobilizados ou reclamados e na espacialização das ocorrências registradas apontaram para um duplo padrão de reações sociais. Na “favela” ou no “asfalto” os conflitos apresentaram semelhanças e recorrências, se ocorridos em um mesmo tipo de espaço, mas diferenças profundas, se contrastados os espaços de origem das motivações. As formulações de um movimento social acerca dos conflitos por segurança nas “favelas” complementaram as descrições de tais conflitos, que embora mais numerosas, apareceram com menos detalhes nos registros. Tenta-se demonstrar, através das lutas coletivas, como um processo de criminalização dos moradores de favelas foi desenvolvido enquanto mecanismo de controle social.

Palavras-Chave: Conflitos urbanos, segurança pública, crime violento, manifestações públicas coletivas.

ABSTRACT

CÂMARA, Breno Pimentel. *Insegurança Pública e Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro*. 105 f. Tese Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

The conflicting events that claimed public security in the Rio de Janeiro city between 1993 and 2003 had become as an object of analysis of the present assignment. The hypothesis which guided the analysis was if it could have had a conflictual standard of violence in the city as the way the society reacts to the violent crime. The empirical data used were the registration of conflicting events organized in the Map of the Urban Conflicts in the Rio De Janeiro city, using as sources from the three daily biggest circulation newspapers in the city and the files of the Public Ministry from the Rio De Janeiro State. The recurrences observed in the ways of fight, in the motivations triggered off from the collective public demonstrations, in the characterization of the mobilized or complained agents and the spacial urban organization of the registered incidents put forward to a double standard of social reactions. In the “slum” or “asphalt” the conflicts had presented similarities and recurrences, if they take place in the same kind of space, but deep differences, if we contrast the origin spaces of the motivations. The expresses of a social movement concerning the conflicts for security at the “slums” had supplemented the descriptions of such conflicts, that even so more numerous, had appeared with less details in the records. The attempt was, through the collective fights, how a criminalization process from the slums residents was developed while mechanism of social control.

Key words: urban conflicts, public security, violent crime, collective public demonstrations.

Lista de Tabelas

Tabela I

Conflitos Urbanos no Mapa dos Conflitos, segundo o Objeto – 1993/2003

pág. 26

Tabela II

Atores mobilizados por segurança Pública no Mapa dos Conflitos. 1993-2003

pág. 28

Tabela III

Grupos ou Instituições alvos das manifestações em torno à segurança pública no Mapa. 1993-2003

pág. 29

Tabela IV

Apoios recebidos pelas manifestações por segurança pública no Mapa. 1993-2003

pág. 30

Tabela V

Homicídios que causaram manifestações no espaço de origem. 1993-2003

pág. 32

Tabela VI

Conflitos do objeto Segurança Pública por espaço de origem. 1993-2003

pág. 35

Tabela VII

Conflitos em torno da Segurança Pública segundo motivação. 1993-2003

pág. 51

Tabela VIII

Conflitos em torno da Segurança Pública segundo o apoio recebido.1993-2003

pág. 52

Tabela IX

Conflitos em torno da Segurança Pública segundo o Alvo da Ação. 1993-2003

pág. 54

Tabela X

Conflitos em torno da Segurança Pública segundo a forma de luta. 1993-2003

pág. 55

Quadro comparativo das características gerais e mais freqüentes dos conflitos em torno à Segurança Pública no Rio de Janeiro

pág. 86

Lista de Gráficos

Conflitos em torno da Segurança Pública segundo a motivação

pág. 52

Conflitos em torno da Segurança Pública segundo apoio recebido. 1993-2003

pág. 53

Conflito em torno da Segurança Pública segundo o Alvo da Ação. 1993-2003

pág. 54

Conflito em torno da Segurança Pública segundo forma de luta. 1993-2003

pág. 55

SUMÁRIO

	página
Introdução	1
Capítulo I - A discussão sobre movimentos sociais urbanos em conflito	6
1.1 Do fim dos 70 aos anos 80	6
1.2 A conjuntura política urbana no neoliberalismo	13
Capítulo II – A insegurança pública no mapa dos conflitos urbanos na cidade do Rio De Janeiro (1993-2003)	
2.1 Objeto, recorte e base empírica	20
2.2 Os conflitos por segurança, na favela e no asfalto, por ano	36
2.3 Totalizações	51
Capítulo III - Organizando um movimento: A Rede de comunidades e movimentos contra a violência	63
Capítulo IV - Conclusão	84
4.1 Retomando as questões iniciais	84
4.2 Com Foucault e Wacquant em busca de explicações	87
Referências	105

I – Introdução:

Este trabalho investiga os conflitos urbanos que tiveram como objeto de lutas e reivindicações a questão da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Através dos resultados da pesquisa que deu origem ao Mapa dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro (1993-2003)¹, pretende-se analisar destacadamente os cerca de 33% dos eventos conflituosos do Mapa que se relacionam com a questão da violência e da segurança pública.

Desde o início das formulações do então projeto de pesquisa do Mapa dos Conflitos Urbanos houve a preocupação de reunir as manifestações coletivas que ocorreram no espaço público e que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como arena e objeto das reivindicações. Tomados como chave de leitura dos problemas e da luta entre coletivos da cidade em tempos de neoliberalismo, os conflitos urbanos reunidos no Mapa, tiveram como fonte os principais jornais de circulação diária da cidade e os processos promovidos pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Não se teve a pretensão da construção de um mapa de todos os conflitos ocorridos na cidade, no período recortado, mas de um mapeamento possível da conflitualidade carioca, a partir do limite imposto pelas características das fontes adotadas.

.O objetivo central desta pesquisa é caracterizar e analisar o modo de resposta coletiva ao crime violento, a espacialização e frequência das manifestações, a identidade dos que agem e a identidade dos atores e/ou instituições que são reclamados, e sobre o que ‘dizem’ os conflitos motivados pelo crime violento acerca da reprodução das relações sociais. A hipótese que orientou a pesquisa foi se haveria um padrão na conflitualidade da violência na cidade pelo modo como a sociedade reage ao crime violento.

Que relação mantém tais atores sociais com a polícia, com a Justiça, com o sistema penal? Com que frequência ocorrem manifestações públicas contra a

¹ O Mapa dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro (1993-2003) (<http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>) foi fruto de convênio de cooperação técnica celebrado entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ, através da Comissão de Assuntos Urbanos, e, teve seu início em julho de 2004 e término em novembro de 2005. O Mapa e seus resultados em torno à questão da segurança pública, estarão analisados no segundo capítulo deste trabalho.

violência ou por segurança na cidade do Rio? Onde e como ocorrem? Quem as promove? Que tipo de conflitos delas resultam? Quais as motivações das manifestações coletivas? Quais as recorrências? Que apoios recebem? Que diferenças as marcam? Que resistências enfrentam?

O presente trabalho é um esforço de compreensão desta temática. Mais que pretender apresentar, ao final, respostas cabais a estas perguntas, buscam-se elementos que produzam conhecimento sobre a conflitualidade violenta na cidade do Rio de Janeiro no momento de introdução e consolidação das políticas neoliberais no país e seus reflexos na urbanidade carioca. Conflitos que denunciam a face mais dura entre as conseqüências do modelo político neoliberal em vigor.

Com o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim, o início da década de 1990 foi o marco da afirmação global desta ideologia política. Dificultadas as resistências, era de se supor, e supuseram, que esta seria uma época de refluxo dos movimentos sociais, de desarticulação do campo contestatório, de profundas dificuldades de articulação política dos setores populares.

A dinâmica do trabalho sofreu incrementos em seus níveis de exploração. Perda de conquistas, aumento da carga horária de trabalho, aumento dos níveis de desemprego e diminuição de estabilidades. A terceirização se consolidou enquanto instrumento de privatização de recursos públicos, servindo como exemplo-tipo da precarização das relações de trabalho. Ideologia aplicada, que em função de suas características de concentração e centralização, fez-se impactar, sobremaneira, nas cidades. Do global ao local, o centro emana às periferias a nova ordem, aumentando as probabilidades de correção daquela suposição de enfraquecimento da articulação política da transformação.

Em relação aos locais de moradia, a contínua desigualdade de investimentos infra-estruturais e equipamentos entre os locais que concentram bens mais raros e população mais rica, e os que concentram necessidades e populações estigmatizadas, é sentida na leitura dos eventos. Mas, é de se notar, que as localidades de moradia popular e favelas vem sofrendo, no neoliberalismo,

o incremento do tratamento violento, muitas vezes fatal, por parte do Estado, aos seus moradores.

Se as cidades estão à venda, em busca de investimentos externos para consolidar a ‘modernização’, o Estado cumpre o papel de oprimir as localidades carentes, evitando que os espaços dos bens raros sejam ocupados pelos problemas. Este processo, de endurecimento da repressão estatal aos mais pobres, se dá também nos países centrais, como mostrou Wacquant², que denomina o processo de criminalização da miséria, na consolidação de um Estado Penal. A forma da ação neoliberal, que pauta as relações entre o Estado e as comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro, se constitui em eixo importante de análise do presente trabalho.

Como todo processo de legitimação política, o da radicalização liberal gera resistências. E esta luta, conflitos sociais. Apesar das dificuldades impostas ao alvo da política, os setores mais pobres. Conflitos que expressam luta política e simbólica, opondo campos, e que revelam o teor, o conteúdo, tanto da ação política do Estado no neoliberalismo, legitimada socialmente por grupos dominantes, (ainda que minoritários em termos quantitativos) quanto das lutas dos grupos mais oprimidos, majoritários, suas reivindicações e o estado de seu espaço de vida.

O primeiro capítulo introduz a discussão acerca dos movimentos sociais urbanos, desde que os trabalhos acadêmicos começaram a identificar os “novos” movimentos sociais. “Novos” porque incorporavam as lutas locais, dos bairros, principalmente os de origem popular e favelas - e não mais apenas as lutas de categorias profissionais, dos sindicatos e as das políticas institucionais, as dos partidos - conformando um novo cenário de reivindicação e luta. Incorporam, portanto, a questão da espacialidade, envolvida no conflito social urbano. As reflexões de Vera Telles e Pedro Jacobi auxiliaram na conformação do quadro de reflexões desenvolvidas desde o período pós-ditadura até a década de 1980.

² As formulações de Loïc Wacquant acerca do Estado Penal terão tratamento no último capítulo deste trabalho.

Na segunda parte do primeiro capítulo, a perspectiva é estabelecer um quadro conjuntural geral da política neoliberal na conformação dos conflitos urbanos, como forma de auxiliar a compreensão das tendências apontadas pela análise dos conflitos em torno à segurança pública, presente no segundo capítulo. As reflexões de Ana Clara Ribeiro e Carlos Vainer sobre as políticas neoliberais ajudam a compreender seus impactos no urbano.

O segundo capítulo analisa a base empírica deste trabalho, os conflitos relativos à segurança pública, registrados no Mapa dos Conflitos, entre 1993 e 2003. Há, no início, considerações acerca da metodologia utilizada na pesquisa do Mapa com reflexões sobre os limites e potencialidades das fontes utilizadas e sobre as categorias de análise. As diferenças marcantes entre os conflitos deflagrados no ambiente das favelas da cidade em relação aos ocorridos no asfalto sugeriram uma divisão nas análises de uns e outros, ano a ano do recorte temporal, que configuram a segunda parte do capítulo. Há ainda reflexões sobre as políticas de segurança pública implementadas em nível do Governo Estadual no período, para o que foi utilizado estudo de caso “Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública.” (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005).

Na terceira parte do segundo capítulo são feitas totalizações dos resultados do Mapa sobre segurança pública e apontadas tendências da conflitualidade carioca em torno às violências praticadas.

O segundo capítulo analisa tendências gerais sobre a problemática da segurança e revela que a principal motivação de tais conflitos, quando nas favelas, foi, a ação policial, que vitimou fatalmente moradores no período. Tais conflitos aparecem em manifestações que ocorrem logo após a ação violenta da polícia, nas imediações do local do crime, sendo pouco organizadas e de caráter relativamente espontâneo. Por essa razão, difíceis são os acessos, através das fontes disponíveis, aos conteúdos de suas lutas e reivindicações e mesmo às informações mais completas sobre suas motivações. Daí a necessidade, sentida ao longo do trabalho de pesquisa, de se completar, com maior densidade, a caracterização e a análise deste tipo de conflito, o motivado pela ação da polícia nas favelas da cidade. Trabalho facilitado pelo surgimento, em 2003, último ano do

recorte temporal do Mapa dos Conflitos, do movimento social denominado “Rede de Movimentos e Comunidades contra a Violência”, espécie de reunião de familiares de vítimas e lideranças comunitárias que organizaram em um movimento os moradores das favelas que isoladamente foram os coletivos que mais vezes se mobilizaram, no período estudado, na cidade.

O terceiro capítulo, portanto, exprime a tentativa de através de entrevistas com seus militantes e a participação em reuniões e atos da Rede, estabelecer contato mais profundo com as motivações e bandeiras de luta dos coletivos que mais vezes mobilizaram contra a causa maior dos conflitos relativos à segurança nas favelas: a ação da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Foram levantados documentos do movimento e feitas entrevistas com dois militantes que vivem mais de perto a experiência deste tipo de conflito, uma moradora do morro do Borel e outro morador da favela de Acari. As outras duas entrevistas foram realizadas com militantes que, residentes no asfalto, foram importantes articuladores do movimento, desde seu início. As entrevistas aparecem citadas e parcialmente apresentadas ao longo do texto do capítulo, que conta ainda com descrições de manifestações públicas da Rede Contra a Violência.

Na conclusão, além das reflexões gerais do trabalho e totalizações comentadas do resultado da pesquisa, há a tentativa de se estabelecer diálogo entre os resultados do presente trabalho e as categorias analíticas desenvolvidas por Michel Foucault relativas às formas de punição e vigilância do capitalismo, em especial o conceito de delinqüência útil; e as desenvolvidas por Loïc Wacquant, em especial os conceitos de “criminalização da miséria” e de “Estado Penal”.

CAPÍTULO I

A DISCUSSÃO SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM CONFLITO

I.1 – Do fim dos 1970 aos anos 1980:

Uma década depois do Ato Institucional nº 5(13/12/1968) os movimentos sociais urbanos começaram a aparecer em trabalhos acadêmicos como categoria de análise sociológica.

Vera Telles (1987) localiza nos anos de 1978 e 1979 a emergência de trabalhos que tratavam como novos, os movimentos reivindicatórios dos moradores das periferias das cidades. Era apontada como novidade a movimentação de uma “sociedade civil” que parecia até então amortecida pelo impacto social da extrema violência estatal, combinada com a suposta bonança do período do “milagre econômico”. Congresso fechado, censura, mortes, prisão, tortura, Copa de 1970, “Brasil: ame-o ou deixe-o” eram características do período que antecedeu o surgimento de novos atores e suas diferentes práticas de luta e organização quando parecia pouco provável.

Novos ainda porque se identificava um descolamento político desses movimentos dos partidos e grupos organizados de esquerda. Auto-organização e auto-determinação eram termos de uma análise que introduzia o tema da autonomia das classes populares, suas “novas formas de participação” articuladas no cotidiano da moradia e a emergência de “novas contradições” e de um “novo tipo de conflito” no “urbano”. (TELLES, 1987, p.56).

Nas análises feitas sobre os novos movimentos sociais urbanos da época, uma crítica aparece, com ênfases distintas, ao movimento sindical e operário do pré-golpe militar de 1964. À tutela estatal sobre os sindicatos, ao populismo, ao “pacto de classes” e ao autoritarismo advindo de uma concepção elitista, vanguardista, dos partidos, era atribuído o estatuto de causa ou explicação para a derrota sofrida pelos trabalhadores no golpe, ou, pelo menos, da frágil resistência que haviam sido capazes de opor.

A autonomia e a independência dos novos movimentos de meados dos anos 70 eram vistas, de um lado, como condição de possibilidade para a auto-determinação dos trabalhadores num claro rompimento com o passado e de outro lado como expressão da “espontaneidade” das classes populares, valorizada como capacidade de impulso próprio de movimentação e auto-organização, fora do Estado e das instituições e contra o Estado (TELLES, 1987).

A reflexão acerca da sociedade civil, antes tomada como impotente diante do Estado enquanto instrumento de transformação política e econômica da sociedade, agora aparecia como alternativa comemorada frente ao Estado totalitário. Os novos movimentos eram exaltados como expressão da possibilidade da sociedade civil se transformar em “espaço de liberdade”, em contraposição a uma espécie de espaço da violência representado pelo Estado opressor.

A moradia e seu mundo de sociabilidades, o bairro e seus “pequenos” dramas cotidianos montados em torno das condições imediatas de vida e em torno das carências urbanas ganhavam uma nova visibilidade, armando o cenário reconhecível que fazia aparecer os trabalhadores como sujeitos de práticas, cujo sentido estava na possibilidade que estas sugeriam de uma revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente (TELLES, 1987, p.62).

Era elaborada ainda uma nova percepção da própria política, que se antes operava a tradicional relação classe-partido-Estado, a partir de meados dos 70 faz da sociedade o lugar da política, trama de sociabilidades e solidariedades, de práticas que antecipam a construção de identidades comuns e a constituição de novos sujeitos.

Passou-se a construir “classe” como objeto, e a pensá-la enquanto sujeito constituído a partir de suas práticas na dinâmica do conflito social. A sociedade pensada não mais como objetivação das estruturas ou ação do Estado, mas como cenário vivo, em permanente criação e recriação pelas práticas dos sujeitos em conflito.

Essa mudança de perspectiva da análise sociológica foi radical porque rompeu com uma tradição no país em que as lutas políticas estiveram muito voltadas para o Estado, visto como espaço privilegiado dos acontecimentos históricos. Tradição de acordo com a qual, desde o período Vargas, a história das

lutas dos trabalhadores nunca fora vista como construção dos próprios trabalhadores, mas como construção do Estado através da estrutura sindical e as experiências populares contadas como expressão de sua impotência e inviabilidade política. Vera Telles defende que se criou um mito da debilidade das classes trabalhadoras que servia a legitimar sua tutela pelo Estado ou pelo partido.

A novidade dos movimentos urbanos mantinha vínculos causais com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na configuração tradicional e paradigmática da classe operária, o que impôs a exigência de elucidação de sua singularidade e sentido político, segundo Telles.

A questão urbana tinha importância “no sentido de conferir estatuto teórico a movimentos que não encontravam lugar nos referenciais tradicionais, voltados para a análise da “classe operária *na-fábrica, sindicato-no partido*””. (TELLES, 1987, p. 66)

Se não se podia mais, a partir de então, desqualificar os novos movimentos politicamente, interpretá-los passou a ser um desafio que questionava “um conceito de classe estreito demais para dar conta de movimentos que não se davam no terreno clássico da contradição capital-trabalho, e que tinham como protagonistas trabalhadores marcados por profundas diferenças de situações de trabalho”. (TELLES, 1987, p. 68). O caráter urbano dos novos movimentos, que permitia qualificá-los referindo-se à radicalidade e à centralidade das contradições e conflitos urbanos, dos quais seriam expressão, trazia a questão da heterogeneidade dos trabalhadores urbanos, vista tradicionalmente como empecilho estrutural à eficácia política e organicidade de suas práticas coletivas.

Nessa questão, segundo Telles, os autores se dividiam. Havia os que pensavam que o significado político desses movimentos estaria em seu poder de articulação de interesses, maior que o da luta estritamente sindical, trazendo efeitos deslegitimadores do Estado, ao mesmo tempo em que ampliavam o conceito de cidadania, incorporando os direitos sociais de acesso aos equipamentos urbanos de consumo coletivo, aos direitos políticos. De outro lado estavam os que, privilegiando a situação de trabalho, afirmavam que os novos movimentos se constituíam num dos eixos de construção de identidades de classe, em razão de articularem setores

do proletariado que, pela instabilidade do mercado de trabalho, não teriam acesso à organização sindical, e pelo fato de a luta simultânea nos bairros e nas fábricas estimular a constituição política e histórica de um campo de classe que unificaria trabalhadores e moradores. A autora destaca que, em ambas as visões, a emergência dos moradores da periferia enquanto sujeitos ganhava “ininteligibilidade e sentido político, singularizando-se enquanto objeto da reflexão intelectual” (TELLES, 1987, p.69).

A anistia, sancionada pelo então presidente Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, que concedia o “perdão” aos brasileiros contrários à ditadura e que acabou por “perdoar” também criminosos da estrutura estatal, habituais praticantes da tortura e do assassinato de militantes políticos (o DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social – tinha como alvo principal de atuação o combate ao comunismo, contava com mais de três mil agentes em sua estrutura). Os grupos de esquerda puderam começar a se re-organizar, em novos espaços políticos, contando com a participação de ex-presos e ex-exilados políticos. Além da atuação, dentro do MDB no quadro do bipartidarismo (MDB e Arena) desde meados dos 70, parte destes grupos puderam participar da criação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores (PT), juntamente com lideranças do movimento dos trabalhadores das indústrias do ABC paulista e dos setores mais progressistas das pastorais e movimentos vinculados à Igreja católica. Houve ainda a fundação do PDT, tentativa de re-articulação do trabalhismo encabeçado por Leonel Brizola, a partir de 1982. As eleições de 1982 eram as primeiras em que, depois de longo período, se poderiam eleger diretamente, governadores de estado, além de senadores, deputados estaduais, federais e vereadores.

Era um momento político de re-afirmação da democracia, em que o Estado violento começava a ceder e iniciava um processo de abertura política. Embrião de uma tentativa de se alcançar, através da luta institucional, as reivindicações dos movimentos sociais e dos grupos de esquerda, que trabalhavam politicamente pela redemocratização do país. Voltava-se a apostar na luta política institucional, num Estado que, se realmente democratizado, pudesse ser pautado pelas lutas

populares em suas ações políticas. Havia a compreensão de que o Estado estaria depois de anos novamente em disputa.

Talvez por isso, ao final da década de 1980, fosse possível identificar certa frustração dos autores que estudavam os movimentos sociais como apontou Vera Telles: “De fato, passados mais de dez anos de seu surgimento, há uma mal disfarçada decepção perante uma promessa não realizada, num momento em que surgem evidências da fragmentação e das dificuldades de articulação de suas lutas, da desmobilização ou do desfiguramento e desarticulação de seus organismos. Em alguns textos e artigos, os movimentos sociais irão aparecer numa nova imagem: grupos de pressão fragmentados que disputam entre si os recursos urbanos, que não são capazes de atingir os centros decisórios do Estado (Ruth Cardoso, 1983)”. (TELLES, 1987, p. 70).

Outro estudioso dos movimentos sociais no período, Pedro Jacobi afirma que os movimentos sociais constituíam um pólo não institucional que era proposto em contraposição ao sistema institucional e que a análise feita privilegiava a dinâmica desenvolvida no interior dos movimentos. Dizia ainda, que o Estado era visto numa “perspectiva monolítica e relativamente opaca. (...) a partir de uma matriz essencialista enquanto inimigo autoritário contra o qual se movia a sociedade civil”. (JACOBI, 1990, p.229).

O autor argumenta que a partir de 1983, a ascensão dos governos democráticos (Leonel Brizola no Rio, Franco Montoro em São Paulo, são exemplos) provocara uma decepção em razão das mudanças não corresponderem às expectativas, tanto no que diz respeito à participação popular quanto no plano das realizações de governo, o que teria provocado um refluxo nos movimentos. Estes movimentos que Jacobi chama de “reivindicatórios urbanos”, passam então a enfrentar uma tensão, marcante em sua trajetória, entre, de um lado, suas características inovadoras, que se referem à relativa autonomia em relação ao Estado, partidos e políticos e, de outro lado, sua necessidade de negociar e interagir com o Estado, característica de uma perspectiva de institucionalização.

Jacobi chama a atenção para a participação, junto aos movimentos, dos “articuladores sociais”, militantes de esquerda e ativistas da Igreja Católica que, na

década de 1980, começaram a atuar na direção de vincular as comunidades locais, suas reivindicações e habitantes às “pautas institucionalizadas da sociedade nacional global”. (JACOBI, 1990, p. 231). Havia a reflexão de que as duas instituições em crise: a Igreja católica perdendo influência junto ao povo, e os grupos de esquerda desarticulados pós-ditadura, buscavam reatar suas relações com os trabalhadores através da participação de militantes políticos e ativistas religiosos junto aos movimentos de bairro, na busca de novas formas de integração das lutas, o que acirrava a tensão entre institucionalização e autonomia vivida pelos movimentos.

A luta pelas eleições diretas para presidente da República com o movimento das “Diretas já” de 1984, que realizou atos públicos com a participação de mais de um milhão de pessoas em praça pública tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, dava a dimensão social e política da força do movimento pelo fim da ditadura militar e pela construção de um Estado democraticamente pactuado. Dois anos depois, houve a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte nas eleições de 1986, em que Ulisses Guimarães, o “Senhor Diretas”, principal nome do PMDB no processo de redemocratização brasileiro, obteve 590.873 votos para deputado constituinte, sendo o segundo constituinte mais votado do país e ficando atrás apenas de Luís Ignácio da Silva, o Lula, que obteve 651.763 votos. Estes eventos reforçavam o quadro favorável nos movimentos, do estabelecimento de pontes de ligação entre as lutas locais e as lutas institucionais nacionais. O PMDB, partido de Ulisses, que capitaneou e capitalizou a campanha pelas diretas, que abrigou grupos de esquerda em seus quadros até 1986 e que orientava seus militantes a participar das associações de moradores, das lutas locais, chegou a ter 16 ministros no governo de José Sarney, e elegeu, graças ao Plano Cruzado, que congelava os preços dos produtos, todos os governadores do país, à exceção do de Sergipe, em 1986.

O PT, que nascera, no início da década, dos movimentos sociais, centralmente o dos trabalhadores do ABC paulista, com forte participação da Igreja Católica e de militantes da esquerda, dava sinais de força, com a extraordinária votação de Lula para a Constituinte e se consolidava enquanto forte instrumento de

institucionalização dos movimentos sociais urbanos. Há que registrar que nesse mesmo período, com a volta à legalidade do PCB (maio de 1985) e a consolidação do PDT, o espaço de luta institucional se amplia, assim como a perspectiva de conquista do Estado, que se avaliava em disputa.

Jacobi argumenta que na relação entre militantes de esquerda - como “assessores” - e os movimentos, destacava-se o papel exercido por médicos sanitaristas, advogados, arquitetos, assistentes sociais e outros profissionais que informavam os movimentos sobre o funcionamento e dados dos órgãos públicos.

A linha política do grupo ao qual pertenciam diferenciavam a atuação dos “assessores” junto aos movimentos. O autor sugere a distinção entre dois tipos de atuação dos militantes. Havia uma vertente com posturas mais “dirigistas”, que acabavam por repercutir menos nos movimentos, na medida em que desejavam que as lutas por necessidades materiais concretas se transformassem em discurso unitário, revelando uma concepção instrumentalista, o que provocava entraves na relação com a base do movimento. A outra postura se apoiava em um discurso autonomista, descaracterizando sua própria identidade na tentativa de driblar as barreiras da classificação de “agentes externos”. Nesta segunda vertente surgiam atores que se destacavam das bases das associações em função de sua origem de classe e conseqüentes qualificações intelectuais, que “em muitos casos optaram por morar na periferia e viver a experiência comum de carências junto aos moradores”. (JACOBI, 1990, p. 237).

Sobre a identidade dos movimentos reivindicatórios urbanos, o autor afirma que esta se consolidou a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que relacionada à ampliação do espaço da cidadania, garantia o reconhecimento público de suas carências. Seria no processo de elaboração em torno das carências que os “assessores” ou “articuladores sociais” jogariam, para o autor, papel positivo e ao mesmo tempo contraditório, posto que em alguns casos, o universo de ação dos movimentos era transitório e específico e a ação dos “agentes externos” tendia a uma expansão do universo das demandas. Essas duas direções das lutas, apesar de aparentemente contraditórias, acabaram criando uma cultura política de “sujeitos que reivindicam direitos numa perspectiva de apropriação igualitária de bens de

consumo coletivo e de cidadania ou de formas mais adequadas de vida nas cidades”. (JACOBI, 1990, p. 241).

Olhando a produção acadêmica acerca dos movimentos reivindicatórios urbanos do fim dos anos 1980, pós-promulgação da Constituição de 1988 e a primeira eleição direta para Presidente depois da ditadura em 1989, o autor afirma que houve uma expectativa exagerada em relação à capacidade dos movimentos para forjar uma nova sociedade, ressaltando, no entanto, sua importância na construção de mecanismos contraculturais e anticapitalistas. Apesar de não ignorar os elementos inovadores presentes em alguns movimentos, a marca predominante, destacada por Jacobi, é de ações reivindicatórias pontuais destinadas à obtenção de determinados objetivos concretos. Além de aspectos relativos a um padrão comunitário e à formação de identidades coletivas que propõem novas práticas reivindicatórias, há a identificação da proposição de formas alternativas de gestão e organização.

Vera Telles (1987) afirma que falar da constituição dos moradores (e trabalhadores) enquanto sujeitos “significa falar da instituição dos *espaços* e da *linguagem* a partir da qual se fazem reconhecíveis *no tempo político de seu acontecimento*.”

I.2 - A conjuntura política urbana no neoliberalismo:

A década de 90 se inicia no Brasil com o governo de Fernando Collor de Mello dando início à aplicação das políticas neoliberais no país, com a abertura da economia para os mercados externos, o início do processo de privatização de empresas estatais, a adoção da concepção de Estado-mínimo na condução do governo brasileiro correspondendo, em nível nacional, à prática da terceirização de grande parte da mão-de-obra estatal, precarizando as relações de trabalho e estabelecendo privatizações de parte da gestão dos serviços públicos.

Ana Clara Torres Ribeiro (2005) sinaliza que, desde o início dos anos 90, os estudos urbanos têm se debruçado sobre o exame das condições de defesa dos

direitos sociais no marco normativo das políticas urbanas, em toda a América Latina. Aponta um crescimento, na produção científica da sociologia urbana, dos estudos dirigidos aos instrumentos jurídicos urbanos e às políticas públicas; o que contrasta com a redução das investigações dedicadas à reflexão sobre as relações entre movimentos sociais e Estado, que pautaram o fim dos anos 1970 e grande parte da década de 1980.

Estudos sobre a modernização da vida urbana são ainda mais raros. Pretendendo opor-se ao que reconhece como tendência dominante, a autora baseia sua análise na ênfase dessa modernização (desigualdades sócio-espaciais características da urbanização) por compreender que a tensão entre legalidade e ilegalidade se inscreve nos princípios organizadores da vida coletiva, especificamente na natureza das transformações do fenômeno urbano ocorridas desde a década de 90.

Nesse sentido, a reflexão da autora sobre as leis, normas e regras, desde o já instituído, às forças instituintes, faz emergir a questão da cultura, entendida enquanto conjunto de valores que orientam as práticas do direito e do urbanismo e que orientam as ações dos sujeitos sociais.

A observação de mudanças no universo dos valores, como indicam o individualismo e o consumismo, é fundamental para o estudo da morfologia urbana e da urbanidade no período. Ana Clara afirma que não há como entender a fragmentação urbana sem considerar os valores que legitimam este processo; que não há como explicar as desigualdades sócio-espaciais da urbanização sem investigar as orientações culturais da renovação urbana; nem interpretar a crise do “interclassismo” sem compreender a transformação do comportamento das classes médias e que só se pode reconhecer os obstáculos à afirmação dos sujeitos de direitos conhecendo os valores que sustentam a estratificação social.

Diz que estas questões despertam a vontade de se identificar, com maior profundidade, os estilos de vida difundidos pelo capital imobiliário e pelo marketing, as expectativas das classes médias e altas com relação à vida urbana e a leitura de sociedade que sustenta os modelos de gestão urbana divulgados em escala mundial. Que atualmente e desde o início dos anos 90, a manipulação dos valores

se inscreve nos objetos urbanos e em discursos que buscam e justificam a segregação com argumentos que racionalizam a escassez sofrida pela maioria. E que se constata a diminuição do interesse acadêmico na formulação das particularidades da questão urbana nos países periféricos justamente num período em que a urbanização se generaliza e crescem a violência e o medo nas grandes cidades. Apesar da efervescência temática e política causada pela valorização do poder local, das estratégias para a gestão urbana e da participação social nas políticas públicas, se abandonaram, em geral, nas análises, os vínculos históricos entre o urbano e a forma dominante de organização da economia e da política, base empírica da formulação teórica da questão urbana. Fenômeno que não se deu apenas na urbanização latino-americana. Nos países centrais a crise do socialismo e a reestruturação produtiva estimularam e estimulam correntes de pensamento que não consideram uma análise de articulação entre: mudanças na organização da economia, estrutura urbana, relações de classe e reivindicações coletivas. (RIBEIRO, 2005, pág.23)

A ênfase nos fluxos e no consumo individual fortaleceria o caráter modelar, universalista e abstrato do direito e do urbanismo do qual é exemplo a modelação de projetos de renovação urbana em escala mundial e a desregulamentação do universo do trabalho.

Sobre essa modelação dos projetos de renovação urbana, Carlos Vainer (2000) nos mostra que o modelo que vem sendo difundido no Brasil e na América Latina, o do planejamento estratégico, pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, principalmente os catalães Borja e Castells, é um modelo de *marketing* agressivo baseado no *sucesso* de Barcelona. Segundo estes autores o planejamento estratégico “deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2000, pág. 76).

“Se durante largo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos centrais a problemática da competitividade urbana” (VAINER, 2000, p.76).

Vainer cita documento do Banco Mundial de 1998 que diz:

“Quando a liberalização do mercado preside o desenvolvimento da economia global e a privatização, e o financiamento de mercados de capitais se torna rotina, as cidades necessitam: Competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; Competir na atração de novas indústrias e negócios; Ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços; Competir na atração de força de trabalho adequadamente qualificada”. (VAINER, 2000, p.76, 77).

O autor argumenta que é praticamente total o comprometimento de agências de cooperação e instituições multilaterais nos conceitos básicos do modelo. Diz que o discurso catalão se estrutura basicamente sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é uma *pátria*, implicando na apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e dependendo, em grande medida, do banimento da política e da eliminação, do conflito e das condições de exercício da cidadania.(VAINER, 2000, p.78)³

Vainer diz ainda que não há como desconhecer a centralidade da idéia de *competição entre cidades* no projeto teórico e político do planejamento estratégico urbano, transpondo o mundo das empresas para o universo urbano, autorizando a venda das cidades através do *marketing* urbano, unificando autoritária e despolitizadamente os cidadãos e enfim, instaurando o patriotismo cívico.

A idéia da competição entre cidades é questionada por três críticas parciais e insuficientes, que Vainer relaciona: uma (BOUINOT; BERMILS, 1995) que diz que a competição entre cidades manifesta a competição entre empresas à busca de localizações vantajosas para sua operação; outra (PORTER, 1990) que diz que o máximo que se pode afirmar é que alguns locais (países, regiões, cidades) oferecem um ambiente favorável à competitividade de determinados setores industriais; e uma terceira (HARVEY, 1996), realmente interessante, que identifica na competição entre cidades um mecanismo que leva as cidades a se alinharem “à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista”.⁴ Nessa direção as cidades estariam, em razão da necessidade de oferta das infra-estruturas e serviços à

³ Ver Vainer, 2000: 78.

⁴ Harvey, 1996, p.56, op cit Vainer, 2000, pág. 99

implantação das corporações transnacionais, de um lado barateando, pela concorrência o custo destes serviços e obras para os seus consumidores, os compradores de cidades, e de outro aumentando a liberdade de circulação e a liberdade de escolha dos compradores de localização, uma vez que disporiam de um número cada vez maior de cidades com os atributos locais indispensáveis. Oferecendo, todas as cidades no mesmo mercado, as mesmas infra-estruturas e serviços como defende o modelo do planejamento estratégico, estaria-se constituindo “mecanismo de transferência líquida de recursos locais para o bolso das empresas em busca de localização”. (VAINER, 2000, p. 100).

Garantir a estrutura e os serviços necessários para que se possa vender a cidade significa a tentativa de remoção do espaço público urbano de tudo o que é sujo, lento, violento para tornar a cidade uma empresa limpa, ágil e pautada pelo rigor da lei, para que possa ser reconhecida enquanto espaço merecedor dos investimentos empresariais globais.

Nessa perspectiva, Ribeiro (2005) aponta a difusão dos discursos que opõem agilidade, civilização e barbárie. Num contexto em que se promovem os programas do tipo Tolerância Zero que, em nome da busca pela segurança absoluta e pelo cumprimento total da lei acabam por agravar a discriminação étnica ampliando a violência e difundindo estereótipos na vida cotidiana.

Ana Clara defende que a abstração, pensada como uma das principais características do direcionamento exercido pelo capital financeiro, pressiona a fronteira historicamente construída entre legalidade e ilegalidade, fronteira que perde seus referenciais culturais nacionais e locais e absorve, intensamente, determinantes externos aos lugares (RIBEIRO, 2005, p. 24).

O processo de modernização teria dupla natureza, num extremo as grandes construções dos templos de consumo, das redes hoteleiras, dos edifícios inteligentes, da arquitetura de *griffe* e dos grandes equipamentos de circulação mundial de mercadorias e pessoas; no outro a abstração de códigos que anulam a experiência popular e as estratégias de sobrevivência dos mais pobres.

A democracia formal, que já impedia para a maioria efetivo exercício dos direitos civis, políticos e sociais, e limitava as transformações políticas e uma

divisão equânime da produção social, se restringe a partir dos anos 1990, aos momentos de eleições, reduzindo seus sentidos para a organização das relações sociais.

Ana Clara argumenta que aumentam os riscos de que a própria idéia de democracia seja desvalorizada, gerando o empobrecimento da vida política e fortalecendo diversos tipos de autoritarismo presentes no cotidiano. Há uma ausência de intercâmbio democrático de valores, o que torna mais rígidas as relações entre Estado e sociedade e também entre lei e práticas sociais. Este endurecimento “estimula a ilegalidade facilitando o aparecimento de interlocutores e redes de apoio clandestinas nos lugares que concentram a pobreza”. (RIBEIRO, 2005, p. 26).

O espaço, que segundo Ribeiro, apresenta as marcas da acumulação histórica de normas que orientaram sua formação e sua apropriação, a partir da modernização segmentada e seletiva do ambiente construído, “cria uma nova hierarquia e morfologia urbanas que “guetificam” as áreas de moradia das classes populares. Se afirma, segundo a análise da autora, a tendência à “criminalização da miséria e ao extermínio do outro”. Tais práticas denunciam o monopólio dos meios de poder que se sustentariam, se legitimariam na estética dominante, que define o gosto e o modo de vida valorizados como critério de pertencimento ao moderno.

As representações sociais dominantes transformam o lugar de moradia do pobre em um ponto desprovido de valores e sentidos, aumentando a punição da ilegalidade, como demonstra o caso das favelas do Rio de Janeiro. As políticas criadas para a integração do “outro” se sustentam em projetos que muitas vezes representam a imposição de valores culturais, por exemplo, a propriedade privada e a vida em “família” (RIBEIRO, 2005, p. 34).

Ribeiro conclui que no período que compreende o início da década de 90 e os dias atuais, a economia se impõe à política e o mercado sobre o Estado. Com esta inversão, passa-se a desconhecer as orientações culturais que definem a justiça e, logo, os nexos entre ordem legal e legitimidade.

“Com a negociação dos direitos, se preserva o direito formal, mas a condução moral do Estado perde substância. A lei, pela impossibilidade

de ser respeitada, se transforma em passaporte de entrada para as relações clientelistas. Cita exemplo um exemplo do desajuste, estudado por Bourdieu (1994) entre a Lógica prática, que orienta a luta por sobrevivência, e, a por ele denominada Lógica lógica, que associamos à legalidade jurídica e urbanística. Este desajuste favorece a incredulidade no sistema jurídico e nos benefícios provenientes da aceitação da norma. Por último, o outro também é dotado de pensamento estratégico e possui sua própria experiência de ordem dominante.” (RIBEIRO, 2005, p. 35).

Desde o fim dos anos 1970, os movimentos sociais urbanos vêm se transformando. Além de aglutinar em suas lutas classes marcadas ou categorias profissionais através da dinâmica sindical, os movimentos começaram a apresentar a luta das camadas subalternas, organizadas a partir dos locais de moradia, em grande parte, as favelas.

Os conflitos urbanos começaram a apresentar as lutas dos bairros, principalmente das favelas, por melhorias das condições de vida, pelo acesso às infra-estruturas de saneamento, iluminação, educação, saúde, transporte e moradia, se configurando, a partir de meados dos anos 1980, em uma força transformadora coletiva de caráter distinto do ‘apelegado’ movimento sindical.

A apresentação, sucinta, neste primeiro capítulo, da conjuntura política do período de implantação do neoliberalismo no Brasil, e em especial seu impacto nas cidades brasileiras, se deve à tentativa de se estabelecer um quadro geral da política que influencia as lutas dos movimentos em conflito. A partir do início dos anos 1990, os problemas da criminalidade violenta se impõem às demais demandas dos movimentos sociais urbanos, que já se encontravam em refluxo, causando uma cisão na condução das lutas populares no urbano. Cisão esta que, principalmente se consideradas as lutas coletivas por segurança pública e justiça, aponta para uma condução distinta/desigual de políticas públicas de acordo com o espaço para o qual estas se destinam.

CAPÍTULO II

A INSEGURANÇA PÚBLICA NO MAPA DOS CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1993-2003)

2.1. Objeto, recorte e base empírica:

Os coletivos mobilizados que promoveram manifestações públicas na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1993 e 2003, tendo por objeto de luta a questão da segurança pública a partir dos dados coletados pelo Mapa dos Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro, se constituem como base empírica deste trabalho. O “Mapa” é o resultado de trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (ETTERN/IPPUR-UFRJ), em convênio com a Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CAU/CMRJ), de julho de 2004 a novembro de 2005. O Mapa dos Conflitos⁵ disponibiliza, na rede mundial de computadores, um programa que permite realizar pesquisas livres em seu conteúdo, gerando mapas da cidade conforme os conflitos pesquisados.

A pesquisa concentrou a coleta de informações em dois tipos de fontes principais: três jornais diários de grande circulação e os Inquéritos e ações propostas ao Ministério Público estadual ou de iniciativa do próprio MP, nas suas promotorias de meio ambiente e cidadania.

A opção por essas fontes implica o reconhecimento de seus limites e potencialidades. São claros os limites que ambas possuem quanto ao seu caráter seletivo. No caso do Ministério Público, tem-se uma instituição que atua junto a questões referentes às administrações estaduais e municipais. Dentre os instrumentos de ação passíveis de serem utilizados pelo MP destaca-se o Inquérito Civil (IC), primeiro passo para a elaboração de uma Ação Civil Pública - ACP. A partir de uma denúncia feita por um grupo ou associação, ou a partir de iniciativas dos promotores, o MP abre um IC para investigar as causas e os

⁵ <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>.

responsáveis por determinada situação de desrespeito aos direitos da sociedade. O encaminhamento do IC pode resultar numa proposta de ACP quando o MP propõe uma ação contra aqueles que causaram os danos.

Seu limite como fonte se relaciona aos atores que acionam o MP. Dificilmente se encontra ação de caráter popular, promovida por grupos mais pobres. Normalmente o MP é acionado por moradores da zona sul e parte das zonas norte e oeste (Barra) da cidade. Grupos de pessoas de classe média que sentem que seu direito foi, de alguma forma, ferido. São atores que estão mais propensos a possuir o conhecimento prévio da existência do MP e de como acioná-lo.

No entanto, apesar de se reconhecer a existência desses limites o uso do Mp como fonte se justifica na medida em que este atua como canal, mesmo que ainda seletivo, de expressão das demandas e direitos da sociedade. Além disso, pode atuar como uma espécie de advogado quando os direitos da sociedade não são respeitados ou garantidos. Em um conflito, o MP tende a assumir a função de defesa dos direitos coletivos, sendo um instrumento público que visa garantir o cumprimento da lei, propondo ações através de procedimentos que tencionam os órgãos públicos competentes e aqueles que infringiram a lei.

Já o uso como fonte de pesquisa dos meios de comunicação de massa, e no caso específico do jornal diário impresso, sempre provocou discussão. Existe todo um debate em torno dos limites dessa fonte, principalmente no que toca a seu caráter extremamente seletivo.

Os jornais expressam, em suas coberturas, uma ideologia que tende a naturalizar práticas e relações, produzindo e reproduzindo imagens e representações do que seja a violência na cidade, do que sejam suas causas e seus principais autores. Parece haver um discurso direcionado para seu público consumidor, que não está situado nos setores mais populares da sociedade e sim nos mais abastados. Pode-se perceber ainda, claramente, a parcialidade do veículo quando trata de questões como a violência urbana. Não é raro encontrar nas páginas dos jornais crianças que, por terem cometido um delito qualquer, são tratadas sob a denominação de “menores infratores”. Também não é difícil

encontrar uma certa naturalidade quando se noticia que um traficante foi morto em confronto com a polícia. Sem direito a defesa nem julgamento, a execução sumária é tratada como se fosse uma prática legítima.

Para além dos limites, o uso do jornal diário impresso como fonte da pesquisa se justifica na medida em que, informa, de modo sistemático, grande parte dos conflitos que se dão na cidade. Além disso, é sabido que, em muitos casos, os jornais se tornam uma possibilidade de divulgação e defesa das lutas dos próprios coletivos mobilizados, compondo parte das táticas desses coletivos para expressarem suas demandas e reivindicações. Ou seja, muitas vezes, os atores envolvidos nos conflitos procuram dar publicidade à sua luta a partir do uso de contatos em jornais.

A escolha de ambas as fontes também se explica pela possibilidade de acesso a um arquivo de registro sistematizado e organizado dos conflitos que se deram na cidade. A coleta dos conflitos nessas fontes em hipótese alguma expressa ou representa a totalidade dos conflitos que ocorreram no Rio de Janeiro no período estudado. Contudo, não foi objetivo desse trabalho construir o mapeamento da totalidade dos conflitos urbanos, mas sim construir um mapeamento possível, a partir das duas fontes selecionadas. Pretende-se, dessa forma, perceber a existência da diversidade na construção do espaço urbano e reconhecer que a cidade é também local do conflito.

A coleta nos jornais ocorreu nas bibliotecas Nacional e Estadual, tanto em microfilmes quanto nos exemplares originais. Eventualmente foram realizadas nos setores de pesquisa dos próprios jornais.

A opção por realizar as pesquisas nas bibliotecas, em vez dos setores especializados dos jornais, se justificou na medida em que nesses setores não se tinha acesso à íntegra do exemplar. As pesquisas deveriam ser feitas a partir de palavras chaves em terminais de computadores. Para fins do projeto do Mapa, contudo, era essencial que os pesquisadores tivessem acesso ao jornal na íntegra, permitindo cobrir completamente as matérias e o exemplar.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa notou-se a relativa dificuldade de acesso às informações relativas ao MP, o que impediu a cobertura integral do

universo de processos que tramitaram no período 1993/2003. Foram selecionadas as promotorias do meio ambiente e cidadania. A primeira dificuldade foi quanto aos processos ainda em vistas pelos promotores, pois muitos não eram encontrados e/ou não estavam disponíveis para consulta.

Por serem fontes com características distintas e informações diversas das contidas nos jornais, elas foram trabalhadas separadamente no banco de dados. No entanto, o banco permite que se obtenham resultados isolando ou combinando os dois tipos de fonte.

A categoria “conflito urbano”, utilizada para orientar a a pesquisa nas fontes, se refere a todo e qualquer confronto ou litígio relativo a infra-estrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc).

Foram organizados no banco de dados da pesquisa todos os coletivos mobilizados (passeatas, manifestações, protestos) que orientassem suas reivindicações ao acesso a recursos da cidade.

Para cada evento conflituoso foi preenchida uma ficha que contém as seguintes informações: Objeto do Conflito, que é o tema ao qual se referem os conflitos⁶; a Forma de Luta, que é o tipo de manifestação utilizada pelos atores em

⁶ Objetos dos conflitos:

Energia e gás - Acesso, melhoria ou preço do serviço de energia e gás da cidade.

Transporte, trânsito e circulação - Mobilidade urbana, acesso, melhoria, preço ou gratuidade do serviço de transporte público, instalação de passarelas e sinais de trânsito, e violência no trânsito.

Saúde - Acesso e condições de atendimento nos serviços de atendimento médico, clínicas, hospitais públicos e particulares.

Educação - Acesso e melhoria das unidades do sistema público de educação, condições e preços das unidades educacionais da na rede particular.

Infra-estrutura de comunicação - Acesso, melhora e preço dos serviços de comunicação (telefonía, correio etc).

Acesso e uso do espaço público - Usos e ocupação de vias públicas (ruas e praças).

Rios, lagoas e praias - Qualidade ambiental de lagoas, praias e rios, ocupação das margens.

Parques, jardins e florestas - Preservação e uso de parques, jardins e florestas, qualidade e preservação da cobertura vegetal da cidade.

Lixo e resíduos - . Coleta e disposição de resíduos sólidos.

Água, esgoto e drenagem - Acesso, qualidade e regularidade dos serviços de abastecimento de água e esgoto, drenagem de rios e córregos, enchentes.

Legislação urbana - Alteração e/ou desrespeito à legislação urbanística.

Moradia - Acesso à moradia, despejos, deslocamentos e remoções compulsórias, ocupações de imóveis, política habitacional.

Segurança - Denúncias ou demandas referentes à ação policial ou à violência criminal.

Vizinhança - Uso do solo; instalação ou permanência de usos rejeitados por moradores, restrições de uso do solo para determinadas atividades.

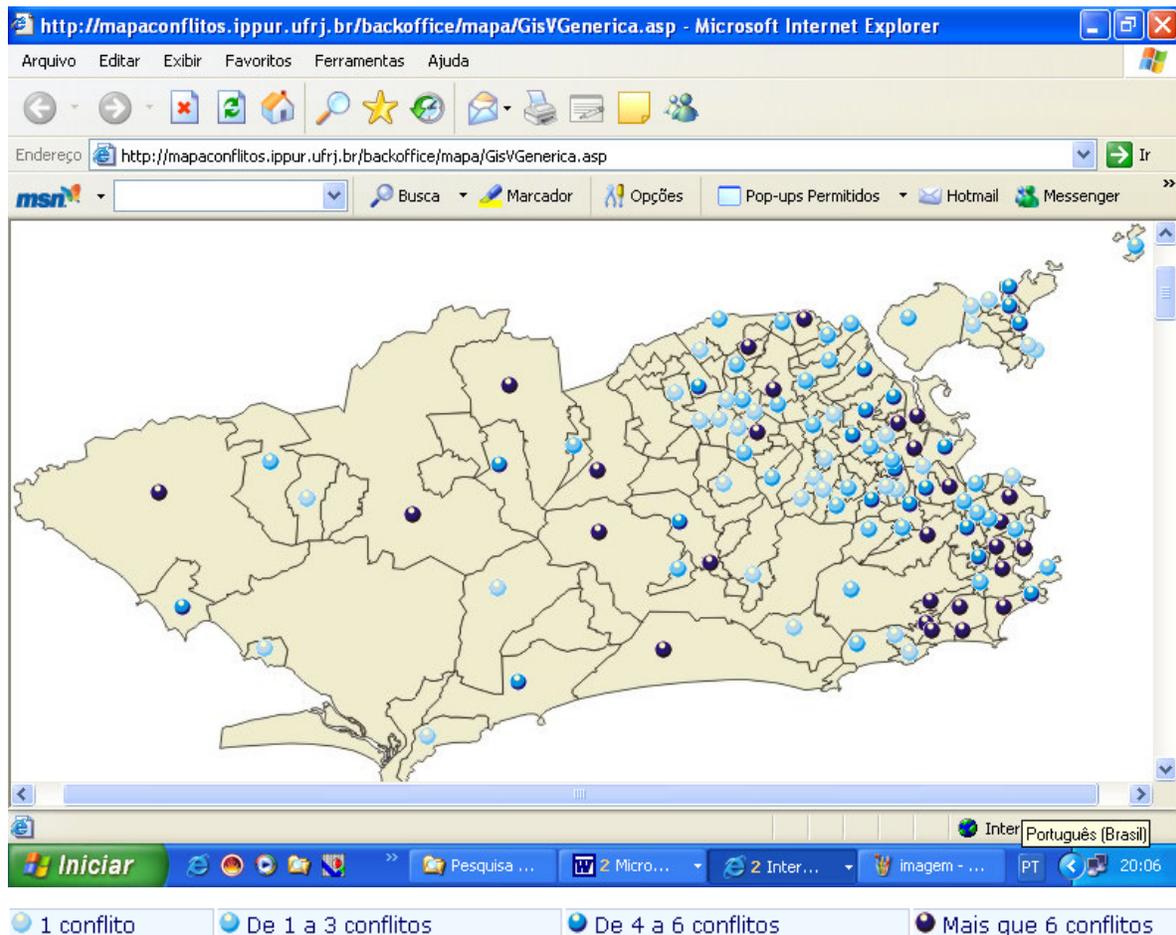
Espaço sonoro e visual - Poluição sonora e visual da cidade.

ação; o Bairro do evento, em que o pesquisador pode optar entre ver um mapa da cidade com os eventos ou escolher um bairro da cidade obtendo uma lista de conflitos ocorridos no bairro especificado; o Agente 1 ou coletivo mobilizado em manifestação pública; o Agente 2, ou a quem se dirige a manifestação, instituição ou grupo reclamado; a Data do evento, em que qualquer data ou período podem ser pesquisados se dentro do recorte do Mapa, de 1993 a 2003; a Fonte da informação; e os Apoios recebidos pela ação manifesta; todas estas entradas de informação podem ser combinadas na pesquisa, que gera um mapa com os conflitos geo-referenciados.

Foi utilizada no Mapa a categoria espacial “Cidade como um todo”, ela se refere a conflitos que dirigem suas reivindicações a toda a cidade e não a uma localidade ou bairro específico. Passeatas pela paz ou contra a violência que não são causadas por um acontecimento localizado, mas pelo acúmulo de vários eventos ou que têm como motivação a luta contra a violência na cidade, de forma geral, são exemplos. Mesmo quando uma manifestação ocorre no Centro da cidade ou na orla da zona sul, ela pode concernir à cidade como um todo. É o que acontece quando, por exemplo, se reivindica segurança para toda a cidade. Nesses casos a informação sobre localização não indica um bairro, mas a cidade como um todo.

O banco de dados da pesquisa conta com 895 eventos conflituosos cadastrados, para os quais se utilizou como fontes os jornais O Dia, O Globo e o Jornal do Brasil, além das Ações Civas Públicas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Divididos por objeto do conflito, os que aparecem em maior número, 291, se referem ao objeto segurança pública. Em segundo lugar, com o mesmo número de eventos, as disputas pelo acesso e uso do espaço público e os conflitos por transporte, trânsito e circulação, ambos com 118 eventos conflituosos:

Outros - Estão agrupados todos os conflitos que não se enquadravam nas demais categorias, mas que, contudo, foram considerados pertinentes e que representavam situações de conflito na cidade.



Mapa da cidade do Rio de Janeiro com a distribuição pelos bairros de todos os eventos conflituosos registrados entre 1993 e 2003 pela pesquisa que deu origem ao Mapa dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro. (Fonte: <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>)

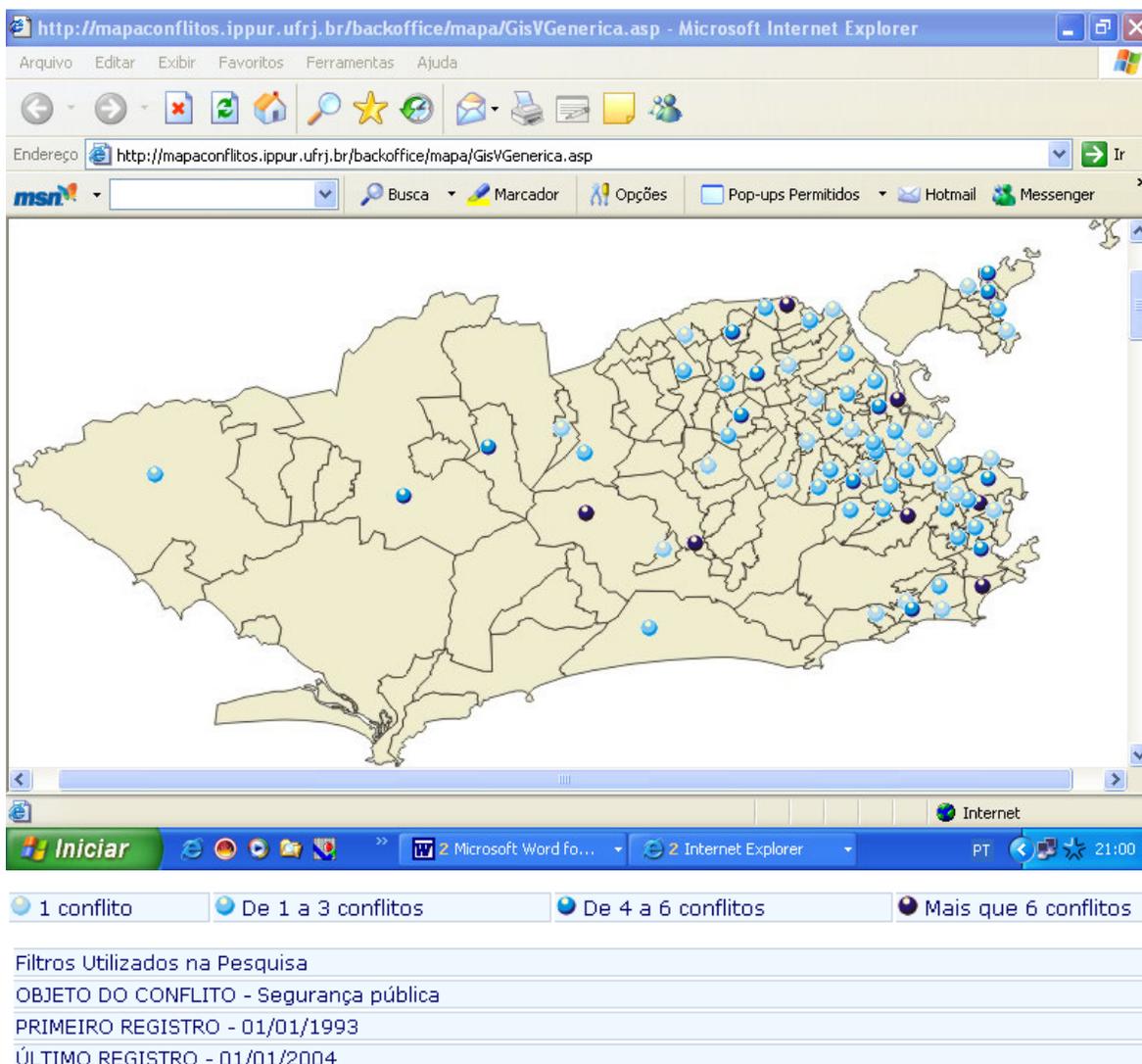
Tabela I. Conflitos Urbanos no Mapa dos Conflitos, segundo o Objeto – 1993/2003

	Objeto do Conflito	Total no período referente	Porcentagens
1	Segurança Pública	291	32,5%
2	Acesso e uso do espaço público	118	13,2%
3	Transporte, trânsito e circulação	118	13,2%
4	Legislação Urbana e uso do solo	54	6%
5	Água, esgoto, drenagem	50	5,6%
6	Moradia	49	5,5%
7	Saúde	49	5,5%
8	Educação	40	4,45%
9	Espaço sonoro e visual	28	3,1%
10	Outros	22	2,45%
11	Rios, Lagoas e Praias	20	2,2%
12	Parques, Jardins e Florestas	19	2,1%
13	Vizinhança	17	1,9%
14	Infra-estrutura de Comunicação	9	1%
15	Lixo e Resíduos	6	0,7%
16	Energia e Gás	5	0,6%
17	Total	895	100%

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

Este resultado de 291 conflitos por segurança representando mais que a terça parte da totalidade dos eventos pesquisados pode refletir o destaque da questão da segurança pública e da violência na imprensa, a carioca em especial. Mas a leitura dos conflitos revela que não só a questão da segurança é a que diretamente mais mobiliza na cidade, como aparecem ainda no Mapa, conflitos de outras ordens temáticas que têm em suas causas a presença do par segurança/violência, influenciando nos motivos de fechamento de escolas e hospitais e no horário e frequência do transporte coletivo, por exemplo.

Dos 291 eventos conflituosos classificados como tendo por objeto segurança pública, 279 são ações diretas, ou seja, 95,5% das manifestações públicas coletivas por segurança pública acontecem na rua. Denúncias feitas ao Ministério Público que remetem ao tema de segurança pública são cerca de 3% (nove registros). Paralisações e greves, 1%, (três registros) e Ação Judicial comparecendo apenas com um evento cadastrado. Pode-se dizer que a ação direta é a forma de luta hegemônica adotada quando se quer reivindicar segurança na cidade, no período recortado.



Mapa da cidade do Rio de Janeiro com a distribuição pelos bairros de todos os eventos conflituosos registrados para o Objeto Segurança Pública entre janeiro de 1993 e dezembro de 2003 pela pesquisa que deu origem ao Mapa dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro. (Fonte: <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>)

Em relação aos atores mobilizados (Agente 1 no Mapa) que reivindicam segurança, os grupos de vizinhança e associações de moradores representam 60% do total, o que indica que as ações locais se constituem na maior parte de tais manifestações. Grupos de amigos e/ou parentes de vítimas de crimes violentos representam cerca de 16%. Cerca de 9% das manifestações por segurança pública são organizadas por ONG's, entre as quais se destaca a ONG Viva Rio, cujas ações, mesmo se não muito numerosas, conseguem grande repercussão na imprensa. O Viva Rio também aparece apoiando um número expressivo de manifestações puxadas por outros atores, principalmente grupos de amigos e/ou parentes. A categoria de atores denominada profissionais da mesma área, que engloba taxistas, policiais e outras associações profissionais, responde por 5% dos registros sobre segurança pública. A categoria Outros, que engloba atores como ciclistas, atletas, donas de casa, evangélicos, entidades de direitos humanos e ainda outros, participa com cerca de 5%. Os estudantes cobraram segurança pública em cerca de 2,5% dos eventos do banco de dados. Os sindicatos aparecem com 1,5% dos conflitos por segurança. Parlamentares completam a lista de agentes mobilizados com 1% dos casos registrados.

Tabela II. Atores mobilizados por segurança Pública no Mapa dos Conflitos. 1993-2003	
Agente 1	Porcentagem
Grupos de vizinhança e associações de moradores	60%
Grupos de amigos ou parentes	16%
Organizações Não-Governamentais	9%
Profissionais da mesma área	5%
Outros	5%
Estudantes	2,5%
Sindicatos	1,5%
Parlamentares	1%

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

As totalizações e porcentagens apresentadas acima e abaixo, não significam dados estatísticos sobre os conflitos na cidade, mas simples totalizações dos dados tabulados no Mapa, para que se possa obter uma melhor apreensão quantitativa dos resultados.

A categoria Agente 2, ator coletivo ou instituição contra quem se dirigem as manifestações por segurança pública, encontra a expressiva porcentagem de 48% das reivindicações dirigidas à Polícia Militar do Rio de Janeiro. Outros não menos expressivos 44% dirigem-se ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Sendo que dos 140 eventos que se dirigem à PM, apenas uma manifestação se dirige à cidade como um todo. Todos os outros 139 eventos são localizados (Cidade de Deus(12), Maré(12), Tijuca(5), Vigário Geral(4) e Senador Câmara(4) encabeçam a lista de bairros).

Já os que reivindicam ao governo estadual se dividem, quase que igualmente, entre os localizados e os que se dirigem à cidade como um todo. Os 8% restantes se dividem em: judiciário com 2,7%, governo municipal com 1,7%, a categoria Outros com 1,7%, governo federal com 1,2%, polícia civil com 0,35% e pessoa física com 0,35%. Nada menos que 92% das reivindicações coletivas por segurança pública se dirigem ao par Polícia Militar/Governo Estadual.

Tabela III. Grupos ou Instituições alvos das manifestações em torno à segurança pública no Mapa. 1993-2003	
Agente 2	Porcentagem
Polícia Militar do Rio de Janeiro	48%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	44%
Judiciário	2,7%
Governo do Município do Rio de Janeiro	1,7%
Outros	1,7%
Governo Federal	1,2%
Polícia Civil	0,35%
Pessoa física	0,35%

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

Quanto aos apoios recebidos pelos agentes mobilizados pode-se afirmar, com base no Mapa, que a ampla maioria (cerca de 2/3) das manifestações não contou com nenhum tipo de apoio. Esta categoria não permite que se estabeleçam vínculos com o número dos conflitos em razão de algumas manifestações contarem com o apoio de vários grupos ou instituições ao mesmo tempo, além do fato descrito acima, que a maioria não contou com nenhum apoio. De forma que se optou aqui por apenas relacionar o número de vezes que determinado grupo ou instituição aparece apoiando a luta por segurança pública:

Tabela IV. Apoios recebidos pelas manifestações por segurança pública no Mapa. 1993-2003	
Grupos ou instituições	Quantidade
Organizações Não-Governamentais	47
Associações de moradores	21
Sindicatos	10
Deputados Estaduais	10
Vereadores	8
Artistas	8
Grupos Religiosos	8
Partidos	6
Associações Profissionais	3
Poder Judiciário	3
Movimentos Sociais	3
Universidade	1
Outros	6

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufri.br>

A variação dos conflitos no tempo, nos 11 anos de recorte temporal, que merecerá análise posterior, ficou da seguinte maneira: no ano de 1993 foram anotadas 22 manifestações das quais 5 se dirigiram à cidade como um todo. Em

1994 o número salta para 41 manifestações com 14 para a cidade como um todo. Em 1995 novo salto e recorde de conflitos no período recortado chegando a 61 dos quais 16 se dirigiram a cidade como um todo. Em 1996 queda expressiva, registrando o número de 29, dos quais 4 para a cidade toda. Em 1997 foram 17 com 2 se dirigindo a toda a cidade. Em 1998, 16 registros, todos com locais especificados. O ano de 1999 aparece com pequena redução em relação ao anterior com 14 eventos, sendo três na cidade como um todo. No ano de 2000 nova alta brusca, chegando-se ao número de 30 conflitos registrados, dos quais 8 sem local definido quanto à origem do conflito. Em 2001, nova queda brusca passando para 15 conflitos, todos com local definido. As variações continuam em 2002 que apresenta 28 manifestações com três para a cidade como um todo. E por fim, 2003 com 18 casos, com seis se dirigindo à cidade como um todo.

Há ainda na página do Mapa na internet a possibilidade de se fazer pesquisa por palavra encontrada no corpo do texto de descrição do evento conflituoso onde se pode combinar, por exemplo, o objeto segurança pública com a palavra 'polícia', pesquisa para a qual aparecem 199 registros daquele total de 291. Quando se combina segurança com a palavra 'tiro' aparecem 95 registros especializados no mapa. A palavra 'paz' combinada com segurança gera 92 registros. O radical da palavra morte (mort) encontra 154 registros. O radical 'assassin', que cobre assassino, assassina, assassinato ou assassinados espalha pelo Mapa 73 eventos conflituosos.

A morte, atribuída (197) ou não (16) à ação policial na cidade, é, isoladamente, a principal causa das manifestações que ocorreram no Rio no período recortado. Do total de eventos conflituosos do objeto segurança pública (291), nada menos que 211, cerca de 72%, têm como motivação a morte. Mortes em razão de atropelamentos, latrocínio, mas centralmente (197 eventos) mortes causadas pela ação da polícia, e concentradas nas áreas mais pobres da cidade (Vigário Geral com 21 manifestações causadas por mortes, Maré com 10 por mortes e oito por sobreviventes baleados, Bancários com 16 por mortes, Bonsucesso com 13, Cidade de Deus com 7, e Acari com 6 eventos causados por mortes, indicam a concentração).

Pessoas baleadas nas ações da polícia, foram a causa de 49 dos eventos conflituosos.

Das 211 mortes que causaram manifestações por segurança, a grande maioria é de jovens e adolescentes. Das 197 mortes que aparecem atribuídas à ação da polícia, 6 são crianças de 0 a 6 anos de idade, 3 de crianças de 7 a 10 anos, 47 de adolescentes de 11 a 17 anos, 39 de jovens entre 18 e 25 anos, 20 para assassinados com mais de 26 anos e 80 casos em que a fonte não revela a idade da vítima.

Há dois tipos mais claros de violências que mobilizam por segurança entre os conflitos da cidade, presentes em todo o período recortado: a que resulta dos crimes violentos cometidos no asfalto, e a resultante dos cometidos nas favelas. São conflitos muito diferentes motivados por causas distintas e bem marcadas. A ação da polícia, responsável pela maior parte dos nossos conflitos, também opera de forma partida, um tipo de ação no asfalto, outro bem distinto nas favelas. A morte, isoladamente a principal motivadora de conflitos da cidade no período recortado, se apresenta de diferentes formas num e noutro espaço, e com o seguinte peso quantitativo:

Tabela V. Homicídios que causaram manifestações no espaço de origem. 1993-2003		
Ano/	Asfalto	Favela
1993	8	29
1994	6	28
1995	19	14
1996	3	44
1997	1	7
1998	1	16
1999	0	9
2000	3	18
2001	1	8

2002	1	22
2003	8	2
Total de mortes	51	197

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufri.br>

Há um corte, se tomarmos a cidade como espaço das ações das polícias Civil e Militar. Aqui a cidade é partida na cabeça de quem governa, de quem orienta as políticas públicas de segurança. Isso se realmente houver orientação e caráter público nessas políticas. Como a política de segurança pública é o alvo principal das manifestações coletivas constantes do Mapa (O Estado é reivindicado em 92% dos eventos), temos, que a política de segurança aplicada no Rio de Janeiro segue uma orientação de “Cidade Partida”, dividindo sua ação em duas frentes, uma claramente de repressão, em nome do enfrentamento ao comércio de entorpecentes, outra de proteção, da propriedade, pública e privada e da pública tornada privada.

Nesta orientação partida de política de segurança pública, talvez exista a reflexão de que na favela não há proprietários, mas invasores do espaço “público”. A favela é freqüentemente tomada, no senso comum, como uma ilegalidade de origem, uma apropriação indevida, local da presença ostensiva da criminalidade violenta, local a ser civilizado, educado, regulamentado.

Dentre os 291 eventos conflituosos cadastrados no “guarda-chuva” segurança pública, há os conflitos gerados pela indignação específica contra a ação da polícia nas localidades carentes da cidade, e os que dirigem suas reivindicações ao Estado e à sociedade, de forma geral, cobrando segurança e pedindo paz.

Esta separação territorial dos conflitos se revela tanto no que diz respeito à causa do conflito, quanto no que se refere às formas de luta e direção da reivindicação. A maior parte dos eventos, cerca de 60%, fala de conflitos que obedecem a uma lógica que aparece quase sem variações: em nome do combate ao tráfico de drogas, a polícia entra nas favelas atirando e geralmente mata ou fere pessoas. Os moradores, indignados, promovem protestos, em que na maior

parte das ações, há o fechamento de avenidas, com barricadas improvisadas e há quebra-quebra e incêndio de ônibus, pneus e veículos. A mesma polícia que causou o distúrbio em virtude de sua ação é a que, minutos depois, reprime a manifestação dos moradores, inclusive utilizando-se de batalhões de choque, grande número de viaturas e bombas de efeito moral, na dispersão.

Optou-se aqui por uma leitura dos conflitos separando-os por local de origem, dividindo a cidade entre o “asfalto” e as “favelas”. Divisão difícil em alguns casos, em razão da fronteira entre um e outro, e da presença de características culturais e políticas de um espaço no outro, motivando as manifestações dos conflitos. Mas que pode permitir uma visualização de resultados que evidencie as relações entre tráfico, polícia e os moradores de um e de outro espaços, motivação central dos conflitos do tipo segurança pública do Mapa.

Bourdieu auxilia nesta divisão de lugares definindo lugar como “o ponto onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe”. Agentes sociais que são constituídos pela relação com um determinado espaço social, definido pela exclusão mútua das posições que o constituem, sendo o espaço habitado, uma “espécie de simbolização espontânea do espaço social”. (BOURDIEU, 1997, p. 160).

“O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades e apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (BOURDIEU, 1997, p. 161).

O autor afirma que há uma sobreposição dos espaços sociais objetivados, resultando na concentração dos bens mais raros, se opondo, em todos os aspectos, aos lugares que agrupam os mais carentes. Diz ainda que a capacidade de dominar o espaço, através da apropriação, material ou simbólica, de bens raros, públicos ou privados, distribuídos, depende do capital que se possui. Capital

que permite manter à distância pessoas e coisas indesejáveis ao mesmo tempo que permite aproximar-se das desejáveis.

“Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 1997, p. 164).

E é nessa linha de reflexão que se pretende justificar aqui a separação dos conflitos em torno à segurança pública entre os ocorridos no asfalto, que se concentram nas áreas de bens mais raros da cidade, para se manifestar, e os ocorridos nas favelas, onde seus moradores são mesmo condenados a estar ao lado de pessoas, bens e situações de violência indesejáveis e menos raros. É uma divisão sócio-espacial dos conflitos contra a violência.

Tabela VI. Conflitos do objeto Segurança Pública por espaço de origem. 1993-2003		
Ano	Asfalto	Favela
1993	9	13
1994	19	22
1995	37	24
1996	8	21
1997	5	12
1998	3	13
1999	4	10
2000	9	21
2001	3	12
2002	1	27
2003	12	6
Total de conflitos	110	181

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

2.2 - Os conflitos por segurança, na “favela” e no “asfalto”, por ano:

O ano de 1993, em termos de conflitos por segurança, foi especialmente dramático, pois se a lembrança da chacina de Acari (junho de 1990) ainda se fazia presente, em julho de 1993 houve a chacina de Vigário Geral, promovida pela polícia militar que teria, horas antes da chacina, tido uma viatura alvejada por traficantes locais. Em represália, policiais entraram na favela invadindo casas e assassinando trabalhadores e estudantes, matando vinte e uma pessoas na ação.

O Mapa registrou cinco manifestações promovidas contra a chacina de Vigário Geral, uma ocorrida na sede da Associação de moradores da favela e as outras no centro da cidade, que contaram com apoio de vários políticos, ONG's, grupos religiosos e sindicatos. Ainda nas favelas, em 1993, aparecem duas manifestações contra o desaparecimento de um funcionário da Fiocruz, Jorge Carelli, que ocorreu durante uma operação da Divisão Anti-Sequestro da polícia na favela da Varginha em Bonsucesso. Outro desaparecimento, o de uma menina de 13 anos mobilizou a Vila Kennedy, interditando o trânsito com paus pneus e pedras.

Houve ainda manifestações em razão da morte de um jovem de 16 no morro Dona Marta pela polícia, outro de 14 na favela da Mineira também pela polícia e de um pedreiro de 49 anos, morto pela polícia no Vidigal. Nos três casos, as manifestações, duas das quais reprimidas, se deram no asfalto, com fechamento de avenidas ou viaduto. Nas três ainda moradores acusaram os policiais de terem matado pessoas que não tinham envolvimento com o tráfico (trabalhador, estudante, pedreiro).

Aparecem também dois processos do MP abertos para apurar atos de violência cometidos pela polícia em favelas de Campo Grande e do Centro.

No asfalto, ocorreram nove manifestações por segurança em 1993, das quais três que se referiam à chacina da Candelária, com grandes manifestações no Centro. Houve também o desaparecimento de uma menina de dez anos em Campo Grande; um protesto pedindo policiamento para a “esquina dos assaltos”

(entre as ruas Alfredo Pinto e Pereira Barreto) na Tijuca; outro pedindo segurança para ciclistas e tenistas do Jardim Botânico e da Tijuca; uma manifestação de pais e alunos pedindo segurança numa escola municipal de Realengo; outra de caminhoneiros que fecharam a Avenida Brasil protestando contra os assaltos sofridos; e um ato ecumênico pela paz, no Centro, promovido pela ONG Viva Rio. Os conflitos ocorridos no asfalto em 1993 expressam uma espécie de cobrança de eficiência do policiamento ostensivo dos bairros. Atribuem à falta ou à ineficiência do policiamento o acontecimento dos crimes que motivam os conflitos.

Segundo Silva, Leite e Fridman (2005), o início da década de 1990 é caracterizado pelo recurso a armamentos cada vez mais pesados, nos confrontos entre quadrilhas concorrentes, e/ou entre elas e a polícia, que não demoraram a “desbordar para as ruas, com as “balas perdidas” dando origem à percepção de uma guerra e produzindo a generalização de um medo difuso que era desde já algum tempo designado como violência urbana” (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 11).

Os autores afirmam que a esse quadro de desarticulação das rotinas de uma vida urbana ordenada era contraposta a experiência bem-sucedida de policiamento pelas forças armadas durante a Conferência Mundial de Meio Ambiente de 1992 (ECO 92). Experiência que emergia como modelo alternativo de política de segurança, recusado pelo governador da época, Leonel Brizola. No campo interno dos aparatos de segurança pública chegou-se a oferecer como “solução para o problema da violência a eliminação física dos, a seu juízo, criminosos”. As chacinas, de 1993 inclusive, em nada alteraram a violência dos criminosos, que continuaram a aterrorizar especialmente as favelas. Mas a prática do extermínio começava a fazer parte da rotina das operações policiais.

[...] o extermínio como modalidade de intervenção parece reproduzir-se de uma forma ainda mais perversa, porque, articulada de modo menos orgânico (que o dos “esquadrões da morte”) vem permeando de maneira difusa as práticas dos policiais e convertendo-se em um aspecto tácito da ideologia da corporação (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p. 11).

O Mapa registra 22 conflitos ocorridos nas favelas da cidade em 1994, em que ocorreram 28 mortes, 2 desaparecimentos de crianças e onze baleados. Execuções sumárias, praticadas por policiais, aumentaram muito, ocorrendo nas favelas de Manguinhos, Coroa (Sta. Tereza), Cidade de Deus⁷, no Fumacê (em Realengo)⁸; na favela Nova Brasília (Ramos) em tiroteio num baile “funk”; em Senador Camará⁹; na Vila do João, na Maré onde a ação policial feriu três crianças; na favela do Aço (Santa Cruz)¹⁰; na favela do Sapo (Santa Cruz) onde a polícia matou uma mulher de 35 anos e feriu outras três pessoas; na Nova Brasília (Bonsucesso) em que policiais foram acusados de matar uma criança de dois anos em sua ação; no morro São José Operário (Jacarepaguá) onde o corpo do jovem morto pela polícia teria ficado 24 horas sem ser periciado; e noutras com protestos mais gerais contra a ação violenta da polícia.

Dos 22 eventos conflituosos nas favelas, 19 ocorreram sem apoio nenhum, sendo as três restantes apoiadas por grupos religiosos, o sindicato dos jornalistas e artistas. A polícia militar e o governo do estado foram o alvo das reivindicações em todos os casos, à exceção de um processo movido pelo Ministério Público em que se pedia um estudo de viabilidade para a criação de uma Promotoria de Investigação Penal exclusiva para a apuração de crimes contra crianças e adolescentes.

No asfalto em 1994, foram registrados 19 conflitos, entre os quais se destacam: uma manifestação contra um crime bárbaro em Jacarepaguá¹¹, ONG's e amigos das vítimas cobrando solução para a chacina da Candelária; atletas que treinavam na Lagoa Rodrigo de Freitas pedindo segurança ao prefeito da cidade;

⁷ Onde depois da morte por tiro de escopeta de Elaine do Nascimento, 31 anos, empregada doméstica que estava com seu bebê de colo, também ferido, além de dois outros moradores baleados, houve confronto entre dois mil moradores e duzentos policiais do 18ºBPM.

⁸ Onde um ônibus foi incendiado e vários carros apedrejados depois do assassinato de uma jovem de 15 anos.

⁹ Em que os policiais alegaram estar procurando um traficante e os moradores os acusavam de receber dinheiro do tráfico local.

¹⁰ Onde policiais do 27º BPM foram acusados de matar seis moradores e teriam usado bombas de gás lacrimogênio para dispersar a manifestação.

¹¹ Em que uma menina de dez anos teria sofrido estupro e espancamento vindo a falecer no Hospital Getúlio Vargas;

manifestações pela paz na zona sul¹²; as mortes de dois assessores da vereadora Jurema Batista (PT) que teriam ocorrido por motivações políticas; uma carreato, de carros-fortes blindados em protesto contra o grande número de assaltos; duas manifestações públicas causadas pela morte de um rapaz de 16 anos¹³; e um ex-detetive exonerado do cargo sob o argumento de abandono do emprego na polícia civil que ingressou com ação no Ministério Público do estado se dispondo a auxiliar nas investigações das irregularidades policiais em troca de sua permanência no emprego ou sua aposentadoria.

No asfalto ainda, em 1994 houve mais manifestações com apoios (11) que sem(8). ONG's, deputados estaduais, partidos e grupos religiosos foram os principais apoiadores. É ainda interessante notar que o governo estadual é o principal alvo nas reivindicações por segurança, sendo a PM diretamente interpelada em apenas um dos casos, invertendo a tendência apresentada nas favelas, onde a polícia é mais claramente responsabilizada pelos manifestantes.

O ano de 1994 foi o das eleições estaduais e nacionais, e a discussão sobre o uso das forças armadas no combate à violência se intensificou de tal forma, que o então governador, Nilo Batista (Leonel Brizola, governador eleito, concorria à Presidência) teria sido instado a assinar convênio com o governo federal para a realização da Operação Rio (retorno das forças armadas à cidade para combater a criminalidade) entre o primeiro e o segundo turno daquelas eleições. (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p. 12).

O de 1995 iniciava com o governo de Marcello Alencar(PSDB), que havia derrotado Anthony Garotinho (então no PDT de Brizola) no segundo turno das eleições e afirmava ter “vontade política” para combater com “dureza” o crime exercendo a “força comedida”.

“O Rio de Janeiro consolidava-se no imaginário nacional como caso exemplar de violência urbana: antecipava a experiências de disrupção que espreitariam nossas grandes cidades e, ao mesmo tempo, constituía um possível laboratório

¹² É exemplo o Movimento Ação do Amor contra a Violência, criado após o caso de latrocínio do estudante Sérgio Augusto Figueiredo, no Leblon, objetivando a redação de manifesto com os pontos “básicos para a solução da violência na cidade”.

¹³ Assassinado por um dos moradores, advogado, de um edifício, na Tijuca, do qual o pai era porteiro.

de propostas para seu equacionamento sob a forma de políticas públicas visando garantir a segurança da população” (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 12).

Após um início de governo que afirmava a necessidade de se levar cidadania às favelas através da criação de Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (uma experiência do governo Brizola/Nilo Batista) lembrando sua trajetória junto ao trabalhismo de Brizola (fora prefeito do Rio indicado por Brizola, na época de seu primeiro governo, em 1982, quando não havia eleições diretas para prefeito), com o passar de poucos meses, Marcello Alencar já dava sinais de que endureceria a política de segurança. Nomeou, em maio de 1995, o general Newton Cerqueira, que assumiu orientando os policiais a: atirar primeiro e a conferir depois, a não prestar ajuda a bandido ferido, a que se mantivesse sigilo e surpresa na ação policial. Logo em seguida, o governo instituiu a chamada “gratificação faroeste”, que premiava os policiais que matassem mais bandidos em até 150% em seus soldos.

Com isso, o governo Marcello Alencar “assumia o rebaixamento da cidadania à defesa dos direitos civis de uma parte da população carioca e convocava a “imprensa e o povo para uma cruzada cívica em defesa dos direitos à vida, à segurança de ir e vir” (“Co-responsabilidade e unidade”, Marcelo Alencar, *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1995)”. (op cit. SILVA, LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 13). Os impactos dessa guinada se iniciam em 1995, mas a política permanece até 1998.

Os conflitos urbanos em torno à segurança pública saltaram, no total, de 41 em 1994 para 61 em 1995, sendo 24 os ocorridos na favela e 37 os ocorridos no asfalto.

Os conflitos de 1995 com origem nas favelas apresentaram pouca variação em relação aos do ano anterior em termos da ação policial. Em cerca de 46% dos eventos os conflitos foram deflagrados em resposta a “incursões” policiais, e à ação violenta da polícia¹⁴ causando mortes (9) ou baleando pessoas (6).

¹⁴ Ex: Cerca de 100 moradores do morro da Chacrinha fecharam por 15 minutos, na noite do dia 28, a rua Conde de Bonfim, na Tijuca, em protesto pela morte da empregada doméstica Maria da Penha da Silva, de 22 anos, que teria sido atingida por uma bala perdida no tiroteio entre Policiais Militares - PMs e traficantes da

Manifestando a inocência de mortos e feridos, os moradores bloqueiam vias públicas com incêndios e pedras atiradas e recebendo como resposta, mais repressão policial. Maré, Parada de Lucas e Vigário Geral se destacam entre as localidades palco e alvo destes conflitos. Há que se destacar ainda que aparecem 20% das manifestações motivadas por mortes de traficantes, identificados como tais nos registros do Mapa dos conflitos.

As manifestações contra o modo violento da polícia no trato com os moradores das favelas e contra a violência policial de forma geral aparece com 21%. Destacam-se ainda manifestações de mães de vítimas moradoras de favelas, uma contra o assassinato de um traficante procurado e uma manifestação em Copacabana feita pelos moradores do Pavão-Pavãozinho contra a violência da cidade. Sem apoio de nenhuma entidade em 70% das ações das favelas e 30% com apoio de ONG's e associações de moradores principalmente. Cerca de 85% contra a polícia militar e 15% se dirigindo ao governo estadual.

No asfalto, o aumento significativo dos conflitos motivados por crimes violentos, cometidos em 1995, parece se dever, em grande medida, ao número de latrocínios motivadores da ação coletiva. Os assaltos seguidos de morte motivaram 40 % protestos, sendo que mais da metade foram manifestações de taxistas, reclamando da morte de colegas de trabalho em serviço.

Outra diferença entre 1995 e 1994, está no número de conflitos motivados por seqüestros: 19% das manifestações do asfalto. Manifestações contra a violência na cidade e pela paz, 16%, desaparecimento de crianças, 6%, das ações do asfalto. Crimes cometidos pela PM em bairros do asfalto motivaram 8% das manifestações e entre as causas dos demais há estupros seguidos de morte e um

área, durante ação realizada à tarde pela PM. Os manifestantes levaram o corpo da mulher para a esquina da rua Valparaíso, interrompendo o trânsito e criando forte clima de tensão. Durante a ação policial no morro foi morto também Oswaldo Silva Barredas de Brito, de 15 anos e feridos quatro rapazes. Soldados do 6º Batalhão da Polícia Militar -BPM (Tijuca) conseguiram liberar a pista aos veículos. Mesmo assim os moradores continuaram protestando na calçada. Eles colocaram velas em volta do corpo de Maria da Penha ao mesmo tempo em que prestavam solidariedade ao pai, o vigia José Aurino da Silva, de 53 anos, à irmã, Maria Elizabeth, de 17 anos, e ao marido, Jorge Serra. Declarações dos moradores da Chacrinha afirmaram que cerca de oito policiais subiram o morro, por volta das 17h, iniciando um tiroteio com traficantes. Maria da Penha saía de casa para ir trabalhar, numa casa da Tijuca, quando foi baleada perto de um campo de futebol. O então tenente PM Max, do 6º BPM, afirmou que a operação policial no morro da Chacrinha teve como objetivo acabar com um confronto entre as quadrilhas dos traficantes Murilo, que domina o morro, e Playboy, pelos pontos de venda de drogas. Jornal do Brasil, 29/09/1995, página 18.

caso motivado por morte por bala perdida. O governo estadual continuou como alvo preferencial das reivindicações, com 84%. O restante foi distribuído entre polícia militar (8%), governo municipal (5%) e judiciário (3%).

Cerca de 67% das manifestações não tiveram qualquer apoio. ONG's e sindicatos se destacam entre os que apoiaram os 33% das ações coletivas do asfalto em 1995. A campanha "Reage Rio", da ONG Viva Rio, organizou uma das primeiras grandes passeatas pela paz na cidade, com a participação de mais de vinte mil pessoas em ato no centro.

Parece haver relação entre o nível de violência que motiva as ações coletivas e os apoios conquistados: quanto maior a violência que motiva o conflito, menores as chances das manifestações receberem qualquer tipo de apoio de outros grupos ou instituições. Em 1995 isso se dá tanto no espaço favelado quanto no asfalto; nos anos anteriores, maior número de ações sem apoio na favela e maior número de ações com apoio no asfalto, em razão do maior nível de violência que motivam protestos na favela.

Outro aspecto interessante a registrar em 1995 é que no ano do endurecimento máximo da política de segurança, com a "premiação faroeste" em vigor, há simultaneamente uma espécie de onda de assassinatos de taxistas e de seqüestros a ponto de motivar número expressivo de manifestações coletivas na cidade. Surpreende que este tipo de violência criminal e de atos de protesto não tenha qualquer registro no ano seguinte (1996).

Nas favelas, em 1996, apesar da pequena redução do número de conflitos em relação a 1995, há um aumento relativo daqueles causados pela ação violenta da polícia, que participam com 71% das ocorrências. Segundo relatos dos moradores nos registros, nas ações em que foram mortos inocentes, mais da metade eram crianças e adolescentes. A violência policial nas favelas, de modo geral, motivou 21% dos conflitos. Ações da polícia em que pessoas foram baleadas, mobilizaram em 8%. A ação da polícia é a causa de **todas** as manifestações contra a violência e por segurança nas favelas, em 1996. Os grupos de moradores (classificados como grupos vizinhança e associações de moradores no Mapa) foram os atores em todas as ações. A PM foi o Agente 2 de

quase todos os registros, à exceção de dois dirigidos contra o governo do estado, um dirigido à polícia civil e outro ao judiciário. Associações de moradores em destaque e ONG's secundariamente apoiaram cerca de 33% dos conflitos, em 66% não houve apoio.

No asfalto em 1996, houve brusca redução do número total de conflitos em torno à segurança pública, com destaque para as manifestações públicas por justiça no caso do assassinato da atriz Daniela Perez (ocorrido em dezembro de 1992), uma das quais reuniu mais de quinhentas pessoas, na Barra da Tijuca. Destacam-se ainda: uma manifestação contra a morte de uma senhora em Copacabana por bala perdida; um ato no centro pela paz, em protesto contra a chacina de Eldorado dos Carajás, no Pará, e em memória dos meninos da Candelária; e uma carreata de taxistas que pedia a anulação das multas recebidas por eles no horário da noite na Linha Vermelha, alegando o perigo de assaltos ao se trafegar nos limites estabelecidos de velocidade da via. O governo estadual foi o alvo (Agente 2) de 100% dos conflitos do asfalto em 1996, assim como a forma de luta foi a ação direta nas ruas. Com relação aos apoios recebidos, artistas, partidos, grupos religiosos e ONG's estiveram presentes.

No ano de 1997 houve uma diminuição do número de conflitos tanto nas favelas (12) quanto no asfalto (5).

Os conflitos que se originaram nas favelas em 1997 foram marcados pelo julgamento dos 15 soldados acusados de terem promovido a chacina de Vigário Geral. Os moradores fizeram manifestações na porta do Fórum, nas várias etapas do julgamento, em vigília, "iluminando o caminho da justiça", como dizia um dos cartazes do protesto de 12 de abril segundo o jornal O Dia. A lembrança da chacina e o julgamento motivaram a metade dos conflitos originados em favelas no período. A outra metade é composta de conflitos motivados por ações da polícia em confronto com o tráfico, matando inocentes em dois terços dos casos. Nos outros registros, são manifestações contra ações que provocaram ferimentos em um morador e mataram um traficante. No caso da morte do traficante, a manifestação causou fechamento do comércio e de uma rua na Tijuca. As formas de luta não variaram muito em relação às predominantes nos anos anteriores,

ocorrendo nas proximidades das favelas logo após o crime violento. A polícia militar continuou a ser o alvo dos protestos e reivindicações das favelas em 66% dos casos, o governo estadual com 25% e o Judiciário com 9%. Metade das manifestações contaram com apoio, sendo a presença das ONG's foi a mais destacada principalmente nos casos envolvendo a chacina de Vigário Geral. Houve também apoio de uma associação de moradores.

No asfalto, em 1997, o acompanhamento do julgamento dos assassinos da atriz Daniela Perez mobilizou vários grupos e representou quatro dos cinco conflitos ocorridos no asfalto registrado pelo Mapa dos Conflitos no período. O outro conflito registrado foi causado pelo assassinato do dono de um bar no Leblon cometido por um assaltante. O protesto foi organizado pela associação de moradores.

É interessante notar que o tempo entre a ocorrência do crime e seu julgamento, tanto no caso da chacina de Vigário Geral como no caso do assassinato de Daniela Perez é de aproximadamente quatro anos, isso para casos importantes em razão dos quais houve diversas manifestações públicas.

Ano de eleições nacionais em que se reelegeria o presidente Fernando Henrique Cardoso para um segundo mandato, 1998 foi o momento do surgimento, segundo Silva, Leite e Fridman (2005), da proposta de realização da "*inflexão civilizatória*" a partir do estado. Articulada no interior de uma composição entre o PDT e o chamado campo majoritário do PT, a candidatura de Anthony Garotinho e Benedita da Silva representava tal inflexão. A questão da segurança pública já adquirira tal centralidade no debate político que o principal material de campanha de Garotinho foi um livro, distribuído em larga escala, "Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro", assinado pelo candidato em conjunto com Luiz Eduardo Soares e demais pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre a Violência do ISER. No livro os autores advertiam que não se combate a barbárie com a barbárie e que era falsa a oposição entre eficiência na repressão ao crime versus respeito à lei. (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 15).

Os conflitos de 1998 no Mapa são muito semelhantes aos ocorridos em 1997, tanto no diz respeito aos totais quanto aos tipos de conflitos, forma de luta e espacialização.

Houve, nas favelas em 1998, 13 conflitos urbanos¹⁵, todos causados pela ação policial. Em oito casos, dezesseis mortes, sendo quinze de trabalhadores, estudantes e crianças, e uma de um traficante, crimes atribuídos pelos moradores em protesto, aos policiais, que mobilizaram em favelas de Bonsucesso, Catumbi e Tijuca. Houve dois incêndios de ônibus e um quebra-quebra generalizado nas proximidades do morro da Formiga na Tijuca. Quatro fechamentos de pista nos arredores das favelas e seis protestos de rua. Em relação ao Agente 2, todos os conflitos se dirigiram contra a PM. Moradores foram os atores em todos e só uma manifestação contou com o apoio de um vereador, Gilberto Palmeres do PT.

O asfalto em 1998 apresentou apenas três manifestações registradas no Mapa, todas relacionadas ao assassinato de Ana Carolina Costa Lino, vítima de um latrocínio em Laranjeiras, que motivou duas manifestações no próprio bairro e uma no bairro da Lagoa, no local da missa de sétimo dia de sua morte. Igrejas, ONG's e a associação de moradores do bairro apoiaram as manifestações, que cobravam do governo estadual o policiamento comunitário, que teria sido extinto pelo então secretário de segurança Newton Cerqueira.

¹⁵ Um exemplo: Os moradores do morro Dona Marta, em Botafogo, zona sul, quebraram o silêncio e levaram cartazes de protesto ao 1º Tribunal do Júri para acompanhar o sumário de culpa de Vagner Marcos da Silva, 27 anos, morador da favela. Vagner era acusado pela polícia de ser traficante e de ter atirado contra Policiais Militares - PMs durante uma incursão do 2º Batalhão Policial Militar BPM (Botafogo) no Dona Marta, em agosto de 1997. A família e os amigos do rapaz garantiram que Vagner era trabalhador. Ele foi atingido por dois tiros de fuzil, na cabeça e no abdômem, tinha dificuldades na fala e só andava com muletas. Em seu depoimento também negou as acusações. Segundo os moradores, após atingir Vagner, que descia o morro para trabalhar, os PMs colocaram um revólver calibre 38 e uma mochila com drogas nas mãos do rapaz. Após os depoimentos do então comandante do batalhão, tenente-coronel José Luís Campos Sampaio, do então sargento Celso Pereira da Cunha, do então soldado Carlos Augusto Souza, e do à época tenente Geraldo da Cruz Diniz, o advogado de defesa, Nilo Batista, afirmou que "a PM montou uma farsa e os depoimentos mostraram brechas". Durante o interrogatório, o tenente Diniz foi advertido pelo juiz Valmir dos Santos Ribeiro, por causa do tom debochado e dos sorrisos durante as respostas. O soldado Carlos Augusto Souza, que participou da operação, afirmou em juízo que Vagner era conhecido pelo apelido de Sinistro, em suas alegadas atividades no tráfico. Ao ser indagado pelo promotor Marcos André Schut, porém, o PM disse não ter conhecido Vagner antes do episódio. O depoimento foi acompanhado por Valéria da Conceição Silva, 25 anos, irmã do acusado, e por Ana Maria da Conceição, 51, mãe de Vagner, além de dezenas de moradores do morro. Valéria, que era formada em Ciências Contábeis, e trabalhava no mesmo escritório comercial onde o irmão era contínuo, no Catete, não escondia a revolta. *Jornal do Brasil*, 27/1/1998, página 19.

Com a eleição de Garotinho, caminhava-se para a execução das “Propostas para uma política democrática de segurança pública”¹⁶, elaboradas por Luiz Eduardo Soares e sua equipe, em acordo com o governador. O experimento, que os autores chamam de “*inflexão civilizatória*”, foi implementado por Luiz Eduardo Soares enquanto esteve à frente da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública, de janeiro de 1999 até março de 2000, quando foi exonerado pela televisão, por Garotinho. O sucesso de algumas iniciativas foi inegável para alguns autores, que destacam: a redução em 40% do número de civis mortos pela polícia, a redução do número de policiais mortos e a apreensão recorde de nove mil armas. (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 16 e 17).

O impacto dessas mudanças nos conflitos registrados pelo Mapa dos conflitos não foi muito grande. O número de conflitos reduziu-se em apenas dois nas favelas tendo havido o aumento de um no asfalto. Mas a dinâmica da ação policial parece não ter se alterado.

Nas favelas em 1999 foram registrados dez conflitos, dos quais oito daquele tipo consolidado de ação policial, em que a polícia militar invade atirando e matando inocentes. Foram oito desse tipo, espalhados pelas favelas da cidade com apenas uma concentração, houve dois conflitos na Cidade de Deus. Com nove mortes causadoras de conflitos das quais a polícia teve responsabilidade em oito. A PM foi alvo das reivindicações em sete manifestações, o governo estadual de duas e o judiciário de uma. Grupos de vizinhança e associações de moradores o Agente 1 em 9 dos dez casos, o outro foi realizado por um grupo de advogados contra a possibilidade de absolvição dos policiais que participaram da chacina de Vigário Geral. Houve sete fechamentos de ruas com incêndio de ônibus em cinco delas. À exceção de uma manifestação que teria sido apoiada pela associação de moradores da Barreira do Vasco, todas as outras ficaram sem apoio.

¹⁶ 1 – Criar o Conselho de segurança pública (CONSEP);

2 – investir em inteligência investigativa;

3 – reformar as polícias civil e militar;

4 – implantar sistema de trabalho para presos DESIPE e apoiar penas alternativas

5 – gerar alternativas de incorporação à cidadania, sobretudo para a juventude pobre;

6 – reduzir a violência contra as mulheres e seus efeitos;

7 – Monitorar o Consep com pesquisas e aprimoramento de dados.

No asfalto em 1999, sim, há a marca de Luiz Eduardo Soares em seus resultados. É que os quatro conflitos registrados foram motivados pela campanha “Rio Abaixo essa arma” resultado da parceria entre a Ong Viva Rio e o governo estadual, ocorrendo, um na Tijuca, com a participação dos alunos do Instituto de Educação, outro no Leme, outro na Barra da Tijuca e o quarto na Gávea. Todas apoiadas pela Ong e pelo governo, uma por partidos da base do governo e outra por artistas e todas dirigidas à cidade como um todo.

Há aqui uma indicação de certa independência das ações policiais em relação ao comando da Secretaria de Segurança Pública, e, em consequência, uma deslegitimação do poder político do governo do estado.

Mas em 2000, apesar de pouca alteração no quadro das motivações dos conflitos, há um aumento de mais de 100% no número absoluto dos conflitos, mantendo-se o peso relativo de cada espaço na territorialização dos mesmos.

Há nas favelas no ano 2000, 57% dos registros causados pela ação policial com assassinatos de inocentes motivando os conflitos¹⁷. Ações causadas por tiroteios entre polícia e traficantes em que houve moradores baleados totalizaram 19%. Foram 10% causados por balas perdidas que resultaram em mortes. O atropelamento de uma criança por uma viatura policial e um ato pela paz, completa o quadro de motivações dos conflitos de 2000 nas favelas. As ações que provocaram o fechamento de ruas foram 85% dos casos, das quais quase a metade contou com incêndios de ônibus. Os outros 15% foram protestos de rua menos violentos. A PM foi identificada enquanto alvo das manifestações (Agente

¹⁷ Exemplo interessante: Pela quarta vez consecutiva, em menos de uma semana, a ação de policiais em favelas do Rio resultou, na manhã do dia 23, em morte seguida de protesto de moradores. Dessa vez, a manifestação foi na estrada do Dendê, na Ilha do Governador. Os moradores da favela Praia da Rosa, que protestaram contra a morte do menor Paulo César da Silva Gonçalves, de 17 anos, em função da ação da Polícia Civil, apedrejaram um ônibus da empresa Ideal. O então delegado da 37ª Delegacia Policial - DP (Ilha do Governador), Zaquel Teixeira, afirmou que o garoto tinha ligação com o tráfico. No entanto o rapaz não tinha passagem pela polícia. Segundo o delegado após ser baleado foram encontrados, junto a ele, um revólver 38 e uma máscara ninja. O delegado afirmou que a polícia estava numa missão para prender o chefe do tráfico de drogas nessa favela, Luiz Carlos Oliveira, conhecido como "Pará". Disse ainda que a polícia estava sendo recebida constantemente a tiros e que a associação de moradores havia pedido mais policiamento. Os moradores acusavam os policiais de corruptos e de terem forjado as condições sobre as quais o garoto morreu. "Depois que a polícia viu que tinha acertado o rapaz, eles colocaram a arma ao lado do corpo", disse um dos moradores. Enquanto parentes e amigos reclamavam da polícia, outros moradores seguiram para a estrada do Dendê e, após tentar fechar o trânsito nessa via, atiraram pedras contra o ônibus da empresa Ideal. O tumulto teve início e só terminou com a chegada da Polícia Militar - PM. Três pessoas foram detidas. Jornal do Brasil, 24/05/2000, página 23.

2) em 85% dos casos, o governo do estado em 10% e a polícia civil em 5%. Pouco mais de 95% das manifestações não obtiveram apoios. Sindicatos, movimentos sociais e Ong apoiaram um conflito organizado pelo movimento Favelania.

No asfalto, em 2000, 77% dos registros dizem respeito a passeatas e atos contra a violência e pela paz na cidade. Os 13% restantes se dividem em manifestações motivadas por latrocínio e assassinato cometido por traficantes. O alvo (Agente 2) foi o governo estadual em 100% das ocorrências. 33% das manifestações receberam algum tipo de apoio de ONG's. Houve ainda uma paralisação de rodoviários em razão do assassinato, por traficantes do Borel, de um motorista de ônibus que se recusou a dar-lhes carona. Foi em 2000 que a ONG Viva Rio lançou a campanha "Basta! Eu quero paz". O Mapa registrou duas grandes manifestações da campanha, uma em Copacabana e outra no Centro da cidade.

Em 2001, houve nova redução do número absoluto dos conflitos, também sem alteração do peso relativo de cada espaço, 80% ocorridos nas favelas e 20% no asfalto.

Nas favelas, em 2001, 83% dos registros apontam a ação policial como motivo dos protestos, dos quais 60% por assassinato de inocentes. Pessoas baleadas pela PM em "confrontos" entre polícia e traficantes, embora em muitos casos moradores neguem o caráter preventivo e a necessidade das ações policiais. O abuso do poder policial, a forma violenta no trato com moradores e a paz na cidade, motivaram as outras manifestações. Protestos que fecharam ruas representaram 58% da amostra, com dois ônibus incendiados. A PM aparece como alvo (Agente 2) em 91% dos casos, ficando o governo estadual com os 9% restantes.

Em 2001, há no asfalto somente três registros de conflitos no Mapa, sendo um contra a omissão do governo no combate ao tráfico e consumo de drogas, prostituição, mendigos e assaltantes do calçadão de Copacabana, outro contra as armas e pela paz na Lagoa e outro contra a violência em Santa Tereza em razão do assassinato de uma secretária da Assembléia Legislativa do rio de Janeiro em que houve a participação de dois deputados estaduais do PT.

Em 2002, ano de eleição presidencial, vencida por Lula da Silva, do PT, as duas candidaturas principais que disputaram o governo do estado do Rio eram a expressão do “racha” na política de segurança, em razão da demissão de Luiz Eduardo Soares em maio de 2000; de um lado Benedita da Silva, candidata pelo PT, tendo como vice na chapa o próprio Luiz Eduardo; permitindo que de março a dezembro a chamada “*inflexão civilizatória*” tenha sido novamente tentada; de outro lado estava Rosinha Garotinho, à época no PSB, esposa do governador em fim de mandato.

O Mapa registrou em 2002 um grande aumento dos registros de conflitos originados nas favelas da cidade (foram 12 em 2001 e 27 em 2002). Os assassinatos cometidos pela polícia, de pessoas que os moradores consideraram vítimas inocentes, representaram 59% dos conflitos. Todos estes eventos causaram fechamento de ruas nos quais houve nove casos de incêndio de ônibus. Ações motivadas por tiroteios com vítimas não-fatais, causadas pela ação da polícia, alcançaram 11% dos registros do Mapa.

Manifestações motivadas por saques, seguidos de espancamentos, que segundo os moradores teriam sido realizados por policiais totalizaram 7%. Os motivados pela violência policial no geral, também 7%, e por assassinatos cometidos por traficantes outros 7% (o número se deve às manifestações ocorridas em razão do assassinato do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo de Televisão, na favela Vila Cruzeiro, na Penha, em 2 de junho). Um caso de bala perdida e um assassinato decorrente de confronto entre dois moradores, completaram as motivações dos conflitos do período. O alvo das manifestações (Agente reclamado) foi a PM em 88% dos conflitos, ficando a cargo do governo estadual os 12% restantes. Apenas 9% das ações receberam algum apoio, de associações de moradores, movimentos sociais e ONG.

É interessante notar que a volta de Luiz Eduardo Soares e sua equipe ao comando da Secretaria de Segurança Pública, de março à dezembro de 2002, período em que o casal Garotinho se licenciou do governo para concorrer às eleições, ele à presidente, derrotado por Lula, e ela à governadora, vitoriosa em primeiro turno, não significou redução do número de conflitos nas favelas. Ao

contrário, houve aumento de mais de 100% dos conflitos em torno à segurança nas favelas da cidade. Apesar da consolidação das delegacias “Legais”, da prisão tida como modelar, de Elias Maluco, mandante do assassinato de Tim Lopes, feita sem disparar um tiro, com o uso da famigerada inteligência naquela ação policial; o que marcou o período, nas favelas, foi o endurecimento, nos maiores níveis da cobertura do Mapa, das ações da polícia. O que caracteriza, pela segunda vez no recorte temporal do Mapa, a dissociação entre as orientações vindas do comando político do governo do estado e a prática violenta da polícia em suas ações nas favelas da cidade.

No asfalto apenas um registro em 2002, de manifestação ocorrida em Ipanema contra o assassinato de um arquiteto numa festa. O assassino era um rapaz de família rica, razão pela qual se temia a impunidade, o que motivou a manifestação.

O último ano do recorte temporal do Mapa, 2003, apresenta a segunda inversão entre o número de registros de conflitos ocorridos na favela (6, queda acentuada em relação ao ano anterior, 27) e os originados no asfalto (12, no ano anterior apenas 1).

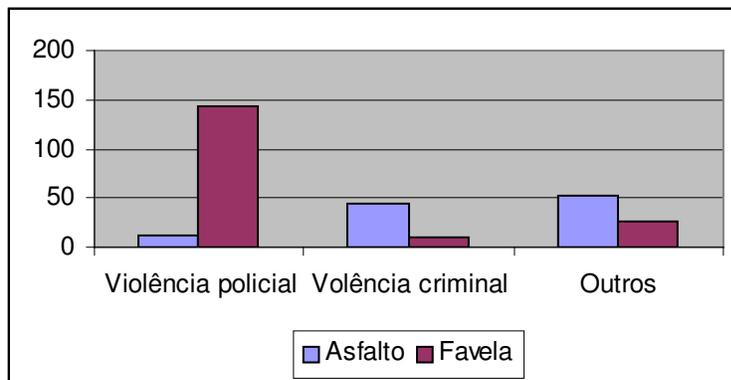
As favelas, em 2003, apresentaram certa mudança no caráter das motivações desencadeantes dos conflitos. Houve “apenas” duas mortes atribuídas à polícia em sua ação: uma ocorrida na Maré, onde uma menina de cinco anos foi morta com um tiro na cabeça; a outra foi no Morro dos Macacos onde um estudante morreu alvejado por um tiro de fuzil, também na cabeça. Houve fechamento de via e incêndios, no primeiro caso. No segundo o registro indica que a polícia teria agido preventivamente, ocupando com dezenas de policiais as ruas que davam acesso ao morro para evitar protestos. Um ato ecumênico em memória das vítimas de Vigário Geral promovido pela ONG Viva Rio e pelo grupo Afro-Reggae na favela; um tiroteio que causou morte na Maré, um seqüestro de dois moradores do morro da Matriz por traficantes rivais aos da favela; e ainda uma manifestação promovida pela Escola de Samba Mangueira, pela paz, completa os conflitos originados em favelas do Mapa.

No asfalto, 2003 se revelou um ano conflituoso, apresentando 12 registros. O assassinato da menina Gabriela Prado Ribeiro, 14 anos, na estação de metrô São Francisco Xavier, em um tiroteio entre policiais e assaltantes que rendiam um caixa do metrô, mobilizou um terço das manifestações públicas coletivas do asfalto no período. Outra manifestação coletiva decorreu do assassinato, de uma analista de sistemas em Botafogo. Os demais registros de protestos tiveram as seguintes motivações: atos pela paz; manifestação em favor do estatuto do desarmamento; protesto de meninos moradores de rua na Lapa contra a morte Wallace Costa Pereira de 11 anos que teria sido morto por um PM de dezenove anos; o assassinato, atribuído à polícia, de três jovens no Méier; e um assalto seguido de morte, de um rapaz de 16 anos no Jacaré. Dois terços das ações foram apoiadas por associações de moradores, deputados federais, artistas, ministro, grupos religiosos e ONG's. A categoria Agente 2 (grupo ou instituição reclamada) encontrou 75% dos casos dirigidos ao governo estadual e 25% à PM.

II.3 – Totalizações:

Tabela VII. Conflitos em torno da Segurança Pública segundo a motivação. 1993-2003				
Espaço	Motivação			Total
	Violência policial	Violência criminal	Outros	
Asfalto	12	45	53	110
Favela	144	10	27	181
Total	156	55	80	291

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

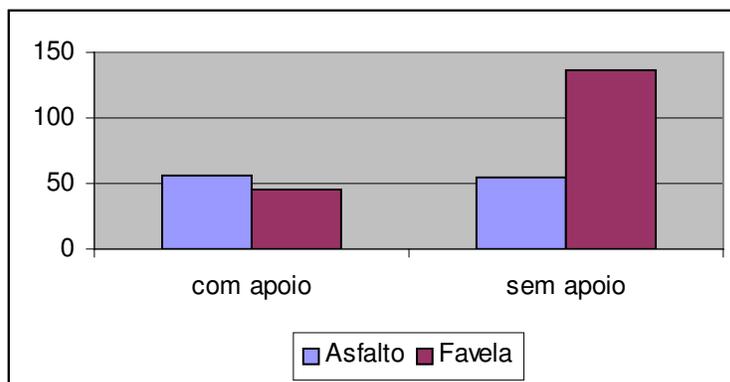


Conforme mostram a tabela e o gráfico acima, a ação violenta da polícia nas favelas representa cerca de 50% das motivações de todos os conflitos urbanos em torno da questão da segurança no período recortado. Contrastando com o fato de a violência policial no asfalto ser residual, não chegando a totalizar 5% dos registros. O que denota que em termos de motivação da ação coletiva, a ação policial não só é centralmente reclamada pelos moradores de favelas como também se trata de um tratamento muito diferenciado da polícia quando age num e noutra espaço.

A violência criminal comum, inversamente, motivou mais manifestações públicas coletivas no asfalto que nas favelas. Esse dado omite a possibilidade de crimes (assaltos, assassinatos e outros) praticados por traficantes nas favelas que por não fazerem parte de estatísticas, nem motivarem ações coletivas dos moradores, em razão do domínio territorial violento que realizam os traficantes, impedirem manifestações públicas contra os chamados “donos” do local, escamoteando a dupla opressão imposta aos moradores das favelas pelos dois exércitos, em suposto combate, atuantes nestas localidades.

Espaço	Motivação		Total
	com apoio	sem apoio	
Asfalto	56	54	110
Favela	45	136	181
Total	101	190	291

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

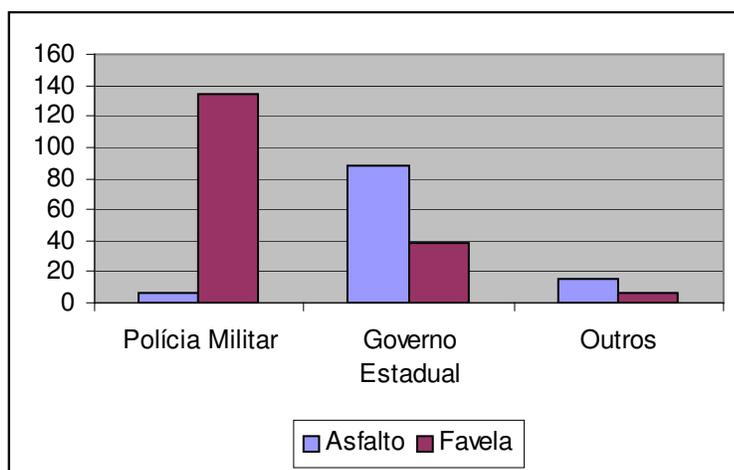


O número absoluto de registros dos conflitos em torno à questão da segurança pública foi, no período recortado, muito maior nas favelas que no asfalto, apesar de o espaço ocupado pelo que aqui se designou por asfalto ser maior e mais populoso que os ambientes aqui designados por favelas. A chamada sociedade civil organizada apoiou mais manifestações no asfalto que nas favelas. ONG's, partidos políticos, associações de moradores, artistas, autoridades públicas e outros grupos apoiaram mais da metade dos conflitos do asfalto e apenas cerca de 25% dos conflitos por segurança originados nas favelas. As favelas apresentaram manifestações sem apoio algum em cerca de 75% dos casos e, na maior parte destes, os conflitos ocorreram logo após à ação violenta policial, nas imediações das favelas. No asfalto muitos apoios, em manifestações mais planejadas, ocorridas com intervalo maior entre o crime que as motiva e a data da manifestação. No asfalto, quanto mais apoio, maiores as chances da manifestação ocorrer no Centro da cidade ou na orla da zona sul; os conflitos sem apoio, no asfalto, tendem a se manifestar nas proximidades do bairro onde ocorreu o crime violento que os motivou.

Tabela IX. Conflito em torno da Segurança Pública segundo o Alvo da Ação. 1993-2003

Agente 2	Lugar		Total
	Asfalto	Favela	
Polícia Militar	7	135	142
Governo Estadual	88	39	127
Outros	15	7	22
Total	110	181	291

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>



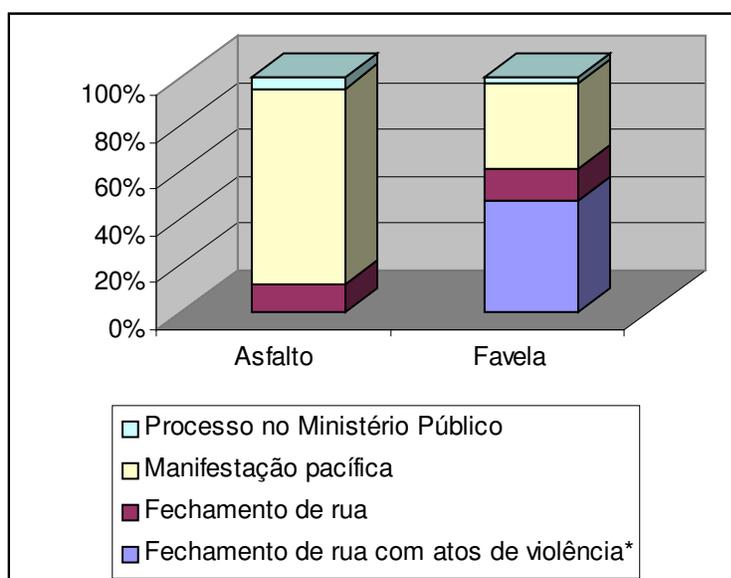
Em relação ao alvo das manifestações conflituosas, há interessante inversão entre Governo Estadual e Polícia Militar quando o conflito se dá nas favelas ou no asfalto. O alvo central dos atores quando o conflito ocorre em favelas é a Polícia Militar, com cerca de 75% das ocorrências, o que permite afirmar que quando houve conflito em torno à segurança pública, no período recortado, nas favelas, o alvo central da ação dos manifestantes foi a PM e sua ação especial direcionada às comunidades pobres da cidade. Nos conflitos do asfalto o Governo Estadual foi o alvo de 80% das manifestações. Através das descrições dos eventos no Mapa dos Conflitos, pode-se perceber que esta inversão ocorre em função da ação repressora, geralmente ilegal e causadora de mortes da PM nas favelas e, de outro lado, do grande número de manifestações pela paz na cidade, em que se cobra maior eficiência do Governo do Estado na solução dos problemas de segurança pública.

O Governo Estadual aparece interpelado em cerca de 21% dos conflitos nas favelas, geralmente quando as manifestações são planejadas e apoiadas, mas também quando se reúne uma série de casos semelhantes e a manifestação vai às autoridades, por atacado, cobrar legalidade da ação policial. As ações policiais no asfalto são residuais e aparecem quando alguns agentes da PM cometem abusos de poder no asfalto.

Tabela X. Conflito em torno da Segurança Pública segundo forma de luta. 1993-2003			
Forma de Luta	Lugar		
	Asfalto	Favela	Total
Fechamento de rua com atos de violência*	0	86	86
Fechamento de rua	13	25	38
Manifestação pacífica	92	66	158
Processo no Ministério Público	5	4	9
Total	110	181	291

* Entende-se como atos de violência queima de ônibus, pneus, entulhos e quebra-quebra.

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>



A resposta das populações moradoras das comunidades pobres às ações violentas da polícia em seu lugar de residência, contém atos também violentos, em parte expressiva das ações, cerca de 47%. A diferença do tratamento dispensado pela polícia aos dois pólos justifica ainda o caráter pacífico da expressa maioria das manifestações do asfalto que é de cerca de 84%. Apesar de toda truculência da polícia, os moradores das favelas se manifestam pacificamente na maior parte das vezes.

O Mapa mostra que quando há uma manifestação coletiva de repúdio à ação da polícia, aquela coletividade venceu o medo, se arriscou, porque qualquer tipo de manifestação pública na cidade conta com a presença da Polícia Militar, que se apresenta para “organizar o trânsito”, “conter excessos” e “acompanhar” a manifestação, quer esta se dirija esta à Secretaria de Saúde ou à Prefeitura. Mas quando estas pessoas vão à rua protestar exatamente contra os excessos cometidos pelos mesmos personagens, geralmente lotados no mesmo batalhão, dos que causaram, com violência extrema aquela situação, sim, essa coletividade enfrentou autores de crimes violentos, armados de fuzis, para gritar ao mundo (para isso usam paus e pedras, álcool e fósforos e põem fogo em algum veículo, promovem interrupções em vias públicas de grande movimento), chamando a atenção da imprensa para que mais aquele assassinato não passe em brancas nuvens. Sua luta auxilia na desconstrução do discurso dominante, enfrenta uma prática de traços violentos e adquire um caráter de denúncia política das arbitrariedades dos instrumentos de repressão do Estado.

São exemplos:

“Moradores do Morro da Mineira, revoltados com o assassinato do estudante Wagner Santos de Azevedo, de 14 anos, baleado na cabeça, segunda-feira, por policiais militares realizaram uma manifestação no viaduto que dá acesso ao Túnel Santa Bárbara, logo após o enterro do garoto, no Cemitério do Catumbi. A manifestação foi dispersada pelo Batalhão de Choque da PM com bombas de efeito moral, depois que os manifestantes começaram a jogar pedras na tropa. O comandante do 1º BPM,

coronel Anaide, permitira a manifestação, pois o presidente da Associação de Moradores do Morro do Catumbi, Ilmar Vitorino, lhe prometera que o trânsito não seria obstruído. Mas depois que veículos foram parados em frente ao quartel, na Rua Salvador de Sá, o subcomandante do Batalhão de Choque, major Curuba, deu ordem de dispersar a multidão. Os policiais avançaram contra os manifestantes, jogando cinco bombas no meio da rua. Até 17h30, no entanto, os moradores da Mineira se revezaram nas pistas do viaduto, fechando o fluxo no sentido sul ou no sentido norte. Os seis PMs que estavam de serviço no dia da morte de Wagner foram presos durante três dias no quartel, segundo o comandante Anaide, que recebeu uma testemunha do crime que teria reconhecido três dos seis PMs.”¹⁸

Outro em 1998:

“Revoltados com a morte de um rapaz de 19 anos durante uma ação do 6º BPM (Andaraí) contra traficantes de drogas, na madrugada do dia 09, moradores da favela do Formiga promoveram um quebra-quebra em algumas das principais ruas do bairro. Por volta das 17h30, cerca de 400 pessoas desceram pela Rua Medeiros Pássaro, que dá acesso ao Morro da Formiga, e fecharam a Conde de Bonfim, queimando pneus, móveis velhos e pedaços de madeira. Mais adiante, na Rua Mário de Alencar, foram queimados dois carros. Duas lojas do bairro foram saqueadas na manifestação, que só terminou duas horas depois. Mais de 150 policiais militares e 20 bombeiros foram mobilizados para conter a revolta. Apesar de toda a confusão, a ambulância do Corpo de Bombeiros atendeu a

¹⁸ Jornal do Brasil - 06 de outubro de 1993, página 20.

apenas uma mulher, que passou mal e foi levada para o Hospital do Andaraí. A revolta dos moradores começou ainda de madrugada. O entregador de jornais Luís Cláudio Ribeiro Rodrigues, que estava em casa durante a operação, levou um tiro e morreu. Segundo a presidente da Associação dos Moradores da Formiga, Nilza Rosa dos Santos, representantes da comunidade tentaram falar com o comando do 6º Batalhão durante toda a manhã, para controlar a revolta dos vizinhos de Luís Cláudio. O enterro do rapaz foi às 16h, no Cemitério do Caju, e a manifestação começou logo depois que os dois ônibus lotados com moradores voltaram do cemitério. Os manifestantes obrigaram os comerciantes a fechar suas portas, saquearam o supermercado Nova Olinda e uma loja de hortifrutigranjeiros, ambos na Rua Conde de Bonfim. Alguns orelhões também foram destruídos. A situação foi pior na Rua Mário Alencar, onde dois carros foram queimados e outros dois tiveram os vidros quebrados. Uma Belina cinza foi tombada para impedir a passagem na rua e depois incendiada. O fogo também atingiu um Opala parado ao lado. O 6º BPM estava fazendo operações constantes no Morro da Formiga, em busca do traficante conhecido como Marco Aurélio, que seria o chefe do tráfico na área. O trânsito ficou parado na Conde de Bonfim das 17h30 às 19h10, causando congestionamentos em diversas ruas da Tijuca. Nilza dos Santos disse que os moradores teriam uma nova reunião com o comando do 6º Batalhão, para tentar identificar e punir os policiais que teriam matado Luís Cláudio. Segundo ela, outro morador do morro, conhecido como Jorge e que trabalha em um supermercado foi detido durante a manifestação. O vereador Gilberto Palmares (PT) esteve no local e disse que os

moradores do morro teriam o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal nas conversas com a PM”.¹⁹

E outro de 2003:

“Cerca de 15 meninos, moradores de rua, fecharam a Rua do Riachuelo, próximo aos Arcos da Lapa, e atiraram pedras em ônibus e carros em protesto contra o assassinato de Wallace Costa Pereira de 11 anos. Ele foi morto com um tiro, por um policial do 13º BPM, Diogo da Silva Gomes de 19 anos. Durante o enterro do garoto a família informou que está sofrendo ameaças de outros policiais. O comandante do 13 BPM, Tenente Coronel Sidney Coutinho, pediu que a família fizesse a denúncia formalmente contra os policiais. Segundo ele, só depois de oficializada a denúncia, os procedimentos para averiguação do caso poderão ser abertos.”²⁰

A apresentação destes três exemplos, típicos na amostragem do “Mapa dos Conflitos da cidade do Rio de Janeiro”, de como ocorrem os conflitos sociais urbanos contra a ação violenta da polícia tem o sentido de mostrar como variou pouco ao longo de uma década a forma, a maneira como é feita a repressão, o acuartelamento dos pobres em seu local de moradia, o assassinato freqüente que se legitima socialmente em nome do combate à delinqüência maior que seria o tráfico de drogas, que gera reações coletivas angustiadas, corajosas e limítrofes de um povo invariavelmente humilhado pela polícia.

Há uma naturalização das conseqüências fatais quando se trata de alguém que de alguma forma estava envolvido (traficante ou mesmo usuário). Táticas de sobrevivência de quem é obrigado a se relacionar com os dois mecanismos de repressão direta em embate à sua volta.

¹⁹ Jornal do Brasil, 10/04/1998, página 14.

²⁰ O Dia, 24/01/2003, página 7.

Mesmo que tentem impedir a execução de um traficante seguindo a polícia pelo morro na tentativa de constrangê-la, a família e os vizinhos e amigos da vítima que tentam impedir a ação da polícia, já não protestam coletivamente diante de tal abuso. De modo que, quando descem o morro, para manifestar sua indignação, sustenta-se aqui que na maior parte dos casos é porque algo fugiu ao “normal”, é porque morreu alguém que não “fez nada”, porque essas pessoas não agüentavam mais.

E além de mortas ou feridas ainda são acusadas de criminosas, visto que é comumente denunciado por moradores que a polícia age sem se preocupar em distinguir inocentes e trabalhadores de criminosos, e para justificar sua atitude tenta incriminar suas vítimas alegando que teriam trocado tiros ou que seriam traficantes, ladrões, delinqüentes. São muito freqüentes os casos em que a polícia deixa armas nas mãos, ou ao lado dos corpos, nos registros do Mapa.

Os protestos dos moradores além de fortemente reprimidos são criminalizados pela polícia e pela imprensa que se refere às manifestações, não raro, como atos de vandalismo, baderna e desordem.

Os registros de conflitos do “asfalto” mostram, em maioria, manifestações públicas contra a violência urbana de modo geral, e pela paz na cidade. Geralmente ocorrem logo após algum crime de repercussão ou chacinas. Articulam em seus protestos ONG's, meios de comunicação de massa, parlamentares e outras autoridades. A ONG Viva Rio consolidou, no período estudado, um papel de destaque nas manifestações contra a violência e pela paz, ora se configurando como organizadora do evento, ora o apoiando.

Diretamente, o Viva Rio promoveu cerca de 8% das manifestações e apoiou outras cerca de 7%, que tiveram a marca de um caráter classista, representando o medo das classes ricas e médias em relação a assaltos, a indignação diante das chacinas, ou do ônibus 174²¹, por exemplo. São manifestações que pedem paz e

²¹ O ônibus 174, que faz o percurso entre o bairro da Gávea e a Central do Brasil, foi seqüestrado por Sandro Nascimento na rua Jardim Botânico, Zona Sul do Rio. Sandro manteve os passageiros reféns por aproximadamente cinco horas. Durante as negociações para se entregar, Sandro Nascimento desceu do veículo, usando a professora Geísa Firmo Gonçalves, moradora da Rocinha, como proteção. Neste momento um policial do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) atirou. A refém, então com 20 anos, foi atingida por três tiros no tórax – supostamente disparados

o fim da violência de forma geral, mas que cobram, especificamente, mais e melhor policiamento, numa interpretação clara de que a solução para a problemática da violência viria de uma conscientização da população e de uma maior eficiência do aparato de segurança pública do Estado.

Silva, Leite e Fridman (2005) afirmam que de um lado (aqui, no asfalto), “há a defesa de uma atuação “dura”, “enérgica” (ou seja, além da “força comedida” que caracteriza o poder repressivo em sua institucionalidade legal) da polícia contra a ameaça à ordem, representada pelos criminosos. De outro (nas favelas) a denúncia do excesso de força empregado pelos policiais, esta com um poder de penetração na opinião pública muito mais débil” (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 27).

Afirmam ainda que o crescente sentimento de insegurança e medo do crime violento, embora embasado na realidade concreta, tende a dissolver a confiança, condição de qualquer relação de alteridade. E que o quadro do período não favorece o desenvolvimento de uma ação coletiva com o mínimo de organicidade, “seja na forma de movimentos sociais sem um quadro dirigente unívoco, seja na forma da ação comum de agentes com uma identidade firmemente estabelecida”. Os autores estabelecem duas conseqüências no que diz respeito à participação dos poderes públicos na questão: a primeira é que a margem de autonomia da polícia fica consideravelmente acrescida e a segunda é que para os poderes públicos convergem todas as demandas de recomposição do tecido social. Destacam ainda que no Rio de Janeiro há uma articulação indissociável entre o problema da segurança pública e o problema das favelas. “Essa combinação expressa, com a nitidez da exemplaridade, a ligação mais genérica presente em todas as cidades brasileiras entre o “problema da segurança pública” e os territórios da pobreza”. (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 28).

pelo seqüestrador -, e um tiro de raspão no queixo – supostamente disparado pelo policial - morrendo no local. Sandro foi imobilizado e levado para o carro da policia onde foi morto, antes de chegar ao hospital.

“Na atual vigência da mentalidade que destina à favela o lugar do “outro” da cidade (e no limite, da sociedade), a parcela da população que está ali instalada tornou-se “matável” pelos agentes de segurança, sob o olhar complacente daqueles que se sentem “aliviados” ou “vingados” pelo uso da força nas localidades onde prolifera a organização dos bandos armados que operam a economia da droga. Tornam-se uma gente “sacrificável” – ou homo sacer, nas palavras do filósofo italiano Giorgio Agamben (2002) – sem que isso seja percebido ou repudiado como delito inaceitável”. (SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 28).

CAPÍTULO III

ORGANIZANDO UM MOVIMENTO: A REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA

*OS RICOS QUEREM PAZ PARA CONTINUAR RICOS,
NÓS QUEREMOS PAZ PARA CONTINUAR VIVOS*

Frase da faixa que abria passeata no centro do Rio de Janeiro, organizada pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, em parceria com o MST, em 15 de abril de 2005.

A morte de quatro pessoas, dentre elas três jovens moradores do morro do Borel, na zona norte do Rio de Janeiro, em mais uma chacina praticada pela polícia militar do Rio de Janeiro, acabou por suscitar os moradores do Borel a criar um movimento chamado “Posso me identificar?”. A mobilização nasceu com esse questionamento em razão dos quatro jovens terem sido mortos numa emboscada, à queima roupa, sem tempo nem direito de sequer mostrar seus documentos e provar sua condição de trabalhadores. Uma das vítimas ainda teria tentado mostrar os documentos quando se iniciaram os disparos.

Foi no dia 16 de abril de 2003 que dezesseis policiais militares do 6º BPM decidiram realizar mais uma “operação de combate” ao tráfico de drogas local. Oito deles ficaram na entrada da favela, enquanto outros oito policiais subiram numa viatura, cada um com um fuzil. Estacionaram em frente a uma casa abandonada e entraram na casa de onde apenas quatro saíram e levaram a viatura. Os quatro policiais que permaneceram na casa ocuparam a laje, em posição de ataque.

O crime aconteceu no início da noite do dia 16/04, por volta das 19 horas, quando, numa operação clandestina, os policiais, escondidos na laje da casa abandonada, iniciaram os disparos e os moradores começaram a correr para se esconder. Concentraram os disparos contra os jovens que se reuniam em frente ao barbeiro para fazer um corte da moda. Testemunhas disseram ter ouvido gritos

de pedidos de clemência dos seis rapazes alvos dos disparos, dos quais um conseguiu fugir e um outro, por ter fingido estar morto, sobreviveu, com dificuldades de locomoção em razão de um tiro de fuzil que levou na perna. Os outros quatro rapazes foram fuzilados, sem o direito sequer de saber a acusação ou de se identificar. Testemunhas disseram ainda que T., filho da Entrevistada 1, chegou a conversar com os policiais, que depois do ataque desceram da casa e foram ao encontro dos feridos que tombaram na entrada de uma vila de casas. T. ainda teria pedido, com um fuzil apontado para o peito, para não morrer porque era trabalhador e tinha uma filha para criar a que um policial teria respondido que eles iriam morrer porque eram bandidos. T. levou onze tiros ao todo, alguns à “queima-roupa”.

Nenhum dos quatro rapazes tinha antecedente criminal, eram todos trabalhadores. T., com dezenove anos à época, carteira de trabalho assinada desde os dezesseis anos, era formado em mecânica pelo SENAI, vinha trabalhando numa grande empresa, que mandava inclusive motorista para pegá-lo em casa. Ganhava 790 reais por mês e era amigo de infância de outro menino morto no mesmo dia, C.M., estudante, que morava na Suíça e tinha vindo ao Brasil para prestar o serviço militar. Morreram também: o taxista Everson Gonçalves Silote, que à hora dos disparos chegava à favela com um pacote de documentos do carro nas mãos, ele teve o braço quebrado por um policial quando tentava mostrar o conteúdo do pacote e levou cinco tiros; e C. A. F., pintor e pedreiro. (Segundo a Entrevistada 1, mãe de T., assassinado pela PM no dia, em entrevista concedida para este trabalho em 14/06/2006).

Ela narra que poucos minutos depois dos disparos, seis carros da polícia que estavam na entrada do morro subiram em alta velocidade e cercaram a vila de casas, que se localizava num ponto da favela em que ainda se é possível entrar de carro. Quando ela e seu marido chegaram ao local foram informados do que ocorrera e, tentando obter informações, ouviram de um dos policiais: “Se quiser ver o corpo vai direto para o Hospital do Andaraí”.

Eles foram e chegaram muito antes dos policiais que estavam preparando o “kit assassino” (nos termos de Entrevistada 1) para argumentar que se tratavam

de traficantes. Puseram entre seus pertences generosas quantidades de maconha e cocaína, além de uma arma e uma bomba caseira, para poderem afirmar que se tratava de bandidos.

No dia 17/04, data do sepultamento das vítimas, o cemitério do Catumbi estava cheio de amigos, parentes, mas também de policiais do 6º BPM.

Por se tratar de um quádruplo homicídio de pessoas sem envolvimento algum com o crime, vários moradores se reuniram na sede da associação com a preocupação de fazer um protesto “desta vez mais consistente, organizado e eficaz do que apenas se fechar uma avenida e incendiar ônibus”. (Entrevistada 1, 2006).

“Porque além deles matarem nossos filhos nós ainda tivemos que provar que eles não eram traficantes, não eram bandidos, como se pudesse matar bandido... Porque eu acho que tem que prender. Policial bom é o que prende mais e não o que mata mais. Mas infelizmente, na concepção deles, policial bom é o que mata mais”. (Entrevistada 1, 2006).

Entrevistada 1 narra que, então, se iniciou um processo de discussão mais intenso para organizar uma resistência às atrocidades da polícia nas comunidades carentes da cidade. Foi quando ela conheceu Entrevistado 3, militante político que tentava, à época, ao lado de Entrevistado 2, outro militante, juntar e organizar as lutas das vítimas da ação policial na cidade.

Fizeram reuniões com moradores na sede da associação e organizaram uma marcha silenciosa na própria comunidade do Borel, em que cartazes com as fotos das vítimas e faixas com o “título” da manifestação que depois se tornaria o nome do movimento no Borel, a pergunta: “Posso me identificar?”. “Porque eles não puderam nem mesmo se identificar...”, antes dos tiros, explicou Entrevistada 1.

Entrevistado 2, um dos militantes ouvidos para este trabalho, lembra que infelizmente, na maior parte dos casos de morte, o primeiro documento que o jovem vitimado de favela carioca tem é o atestado de óbito. (Entrevistado 2 em entrevista concedida ao autor em 2006). Mas esse não era o caso dos rapazes do Borel em nome dos quais se organizou a manifestação.

A governadora do Estado, Rosinha Garotinho, enviou representante à manifestação, com a incumbência de tentar dissuadir os manifestantes de realizar a passeata. Não obteve sucesso.

Participaram da manifestação cerca de mil pessoas, todas de branco, sem esconder o rosto “para mostrar a cara e pedir justiça” (Entrevistada 1), em silêncio e com cartazes e faixas. Seguiram da entrada do Borel até a praça Sans Peña. Foi em 07 de maio de 2003. No mesmo dia, o grupo enviou um dossiê sobre o caso para o Presidente da República através de Alessandro Molon, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. O deputado estadual Gilberto Palmares, do mesmo partido, também assinou o documento que foi enviado ao Presidente.

No dia seguinte, 8 de maio de 2003, a governadora Rosinha Garotinho recebeu representantes dos manifestantes e os encaminhou para o Secretário de Segurança, seu marido, o ex-governador Anthony Garotinho, que como lembrou Entrevistada 1, acabara de dar entrevistas comemorando a morte de mais de cem “traficantes” desde que havia assumido a Secretaria. Os quatro rapazes do Borel estavam entre estes cem.

Recebendo os moradores do Borel, Anthony Garotinho ordenou que fossem afastados os dezesseis policiais envolvidos no caso, o que foi feito. Ordenou ainda que a PM tomasse as providências cabíveis e prometeu uma indenização às famílias dos assassinados, o que não foi feito. Entrevistada 1 conta que sua neta, filha de T., ficou protegida em razão da contribuição mensal do rapaz ao INSS, mas que a mãe de C.A. nunca mais se recuperou e vaga acordada pelas ruas durante a noite, com medo de ser morta pelos policiais.

O caso foi apresentado para investigações da Polícia Federal e no dia 23 de maio de 2003, representantes do governo federal, Nilmário Miranda (Secretário Nacional de Direitos Humanos) e Luiz Eduardo Soares (Secretário Nacional de Segurança Pública) subiram o Borel. A governadora Rosinha Garotinho não apareceu, mas enviou representantes. A Polícia Federal constatou na investigação que houve execução sumária de inocentes, o que ficou comprovado através das testemunhas, que segundo Entrevistada 1, foram muito corajosas, pois é raro o

depoimento de testemunhas em acusações contra a polícia. As testemunhas e os familiares das vítimas da chacina vinham sendo ameaçados por policiais.

Dos dezesseis policiais inicialmente afastados, somente cinco foram indiciados, por terem sido reconhecidos pelas testemunhas. Os demais voltaram às ruas:

“Ficam com o fuzil pra cima, olhando para a cara da gente como quem diz: eu estou aqui de volta, voltei. E a gente não tem proteção nenhuma, principalmente as testemunhas. Mas eu fiz dessa dor uma luta, porque o meu filho já está morto e se eu não fizer mais nada estarei mais morta do que ele”. (Entrevistada 1, 2006).

Dos cinco policiais indiciados, dois foram inocentados e três estão presos. Sua versão é que foram chamados para combater um “motim” promovido pelos traficantes da área que iriam descer para quebrar o supermercado Carrefour próximo à favela. “Mas não foi nada disso(...), eles foram pra lá para pegar dinheiro, pra pegar propina, porque o policial vive de propina. Com o salário dele ele não consegue sobreviver então eles vivem de propina. Já que eles não conseguiram, eles mataram. Sabiam que eram inocentes, mas mataram.” (Entrevistada 1, 2006).

Na manifestação havia uma preocupação de mudança de caráter na forma de luta adotada. Houve a preocupação de não se reproduzir o incêndio de ônibus, o ‘quebra-quebra’ de veículos e o fechamento de vias de forma violenta, forma de ação adotada na maioria dos casos semelhantes, como mostrou o Mapa dos Conflitos. Queria-se atribuir ao ato coletivo o caráter de luta política organizada na crença que isto provocaria maior impacto e seria mais eficiente para alcançar a punição dos policiais envolvidos. Os traficantes locais, que atuam sob a “bandeira” do Comando Vermelho, não interferiram em nenhum momento: “até porque eles sabem que quem deveria morrer seriam eles. E foram os inocentes”. (Entrevistada 1) O presidente da Associação de Moradores do Borel à época, Jonas Gonçalves Lima Filho disse: “Fizemos assembléias com os familiares das vítimas e houve uma grande participação dos moradores. A comunidade se re-descobriu na luta contra a violência policial e percebeu outras formas de agir”. (entrevista ao Jornal Brasil de Fato²²).

²² Edição de 4 a 10 de setembro de 2003 do Jornal Brasil de Fato.

Na mesma matéria do Brasil de Fato, Entrevista 1 lembra que o assassinato de Gabriela Ribeiro, vítima de um tiroteio entre ladrões e policiais à paisana que passavam pelo local no momento do assalto, numa saída do Metrô na Tijuca (o jornal comenta que se trata da área de maior concentração de renda da zona norte da cidade), ocorreu no mesmo 25 de março de 2003 em que morreram também de “bala perdida” um rapaz de dezesseis anos no Jacaré e uma criança de seis em Padre Miguel. Reclamava Entrevistada 1 que ninguém se revoltou com estas mortes.²³

Mas o Mapa dos Conflitos Urbanos mostra que houve quatro manifestações públicas em razão da morte de Gabriela²⁴. Nenhuma das descrições dos eventos, no Mapa, mencionou diretamente a ONG Viva Rio, mas a primeira, realizada entre Leblon e Ipanema, e que, segundo a descrição, teria sido organizada pelo Programa de Escolas Associadas a Unesco (PEA-UNESCO), que é entidade “parceira” do Viva Rio e da Rede Globo de televisão, grande divulgadora dos eventos promovidos pela ONG. Mas, na segunda manifestação, realizada na Tijuca, que foi o local do fato ocorrido, duas mil pessoas, entre parentes, amigos e moradores do bairro, fizeram protesto no próprio Metrô, e pela descrição da matéria, sem apoio de nenhuma ONG. Na terceira, quatro mil evangélicos de quarenta igrejas fizeram ato pela paz na Tijuca. E a morte de Marco Antônio Pereira Soares, de 16 anos, no Jacaré, a que Entrevistada 1 se referia dizendo que ninguém havia se revoltado, causou, sim, uma manifestação²⁵,

²³ As diferentes repercussões de mortes ocorridas em diferentes partes da cidade refletidas por Entrevistada 1, uma (Gabriela), e as outras duas mortes, se deve ao fato denunciado na época (a matéria do Brasil de Fato relata) que a ONG Viva Rio teria distribuído vale-transporte em salas de aula, para estudantes, garantindo assim o grande número de participantes na manifestação pela paz promovida logo em seguida à morte da menina Gabriela.

²⁴ Duas delas: “Parentes e amigos de Gabriela Prado Ribeiro, 14 anos, morta na estação do metrô São Francisco Xavier, na Tijuca, durante um assalto, foram ao Leblon manifestar sua indignação e pedir basta à violência. Uma passeata organizada pelo Programa de Escolas Associadas à Unesco PEA- Unesco, em comemoração ao Dia Escolar da Não Violência e da Paz, percorreu a orla do Leblon, em direção a Ipanema. A passeata reuniu pais, crianças de todas as idades e representantes de escolas e creches.(...)”. Jornal do Brasil, 31/03/2003, página 11-A.

“Menos de um mês depois, mais de duas mil pessoas, segundo estimativa da Polícia Militar - PM, caminharam pela paz, no dia cinco de abril, entre a Praça Saens Peña e a estação do metrô, São Francisco Xavier, Tijuca, onde a estudante Gabriela Prado Ribeiro, foi morta, no dia 25 de março, por uma bala perdida. Além dos pais e amigos da menina, estiveram presentes parentes de outras vítimas de violência. Uma pomba branca foi solta, mas ao invés de voar rumo aos céus, pousou no ombro de Carlos Santiago Ribeiro, pai de Gabriela. Jornal do Brasil, 06/04/2003, página 1-C.

²⁵ “Amigos e parentes de Marco Antônio Pereira Soares, 16 anos, morto com um tiro na cabeça durante um assalto seguido de troca de tiro, ergueram cartazes pedindo basta à violência, no Jacaré. Em clima de protesto, o corpo foi enterrado no Cemitério de Inhaúma. A mãe da vítima declarou que o menino teria ido ao

em que moradores fizeram, com cartazes pedindo o fim da violência, protesto no cemitério de Inhaúma. A morte da criança de seis anos de Padre Miguel não aparece no Mapa dos Conflitos.

Porém a tese levantada por Entrevistada 1, a de que a repercussão, social e midiática, de mortes ocorridas nas favelas ou áreas mais pobres da cidade, é menor que o impacto de uma morte no asfalto, no espaço civil, se comprova na leitura de todos os conflitos do Mapa. As mortes ocorridas no asfalto geram mais manifestações, perduram mais no tempo e suas vítimas aparecem com nome próprio. De outro lado, as mortes que ocorrem nas favelas geralmente aparecem apenas uma vez e, na maior parte das vezes, o nome da vítima não aparece, assim como são raras as informações sobre sexo e idade, ou sobre o desenrolar do evento que levou à morte. A chacina do Borel só aparece, no Mapa dos Conflitos, em uma matéria do jornal O Dia, em que se relata uma manifestação que teria ocorrido no enterro do taxista Everson, mas que não menciona as outras mortes.²⁶

Como se pôde ver no capítulo anterior, esse caso do Borel não revela uma eventualidade ou um acidente, mas uma rotina, um '*modus operandi*' da polícia carioca ao lidar com o outro lado da fronteira entre asfalto e favela, o lado do outro, do que se quer estrangeiro, estranho, do que está a ser educado, civilizado, ordenado, orientado para que possa progredir, deixando sua condição de "ilegal", "desorganizado", "perigoso" e "sujo".

posto de gasolina para calibrar o pneu da sua bicicleta, enquanto ela preparava o almoço. Na troca de tiros entre policiais e ladrões o menino foi atingido". Jornal do Brasil, 31/03/2003, página 10-A.

²⁶ "Cerca de 200 amigos do taxista Everson, que morreu assassinado, fizeram uma caminhada no cemitério do Catumbi, onde o rapaz de 26 anos foi enterrado. Eles acusavam a polícia de ter matado Everson numa operação realizada no morro do Borel, na Tijuca. Policiais do 6º Batalhão Policial Militar - BPM afirmaram que trocaram tiros com bandidos e Everson seria um deles. O então vice-presidente da Associação de Taxistas, Garibaldi Edson de Oliveira, disse que Everson era um trabalhador exemplar e que iria apresentar documentos profissionais para que a família processasse o estado. Segundo testemunhas, quando o taxista subia o morro a polícia começou a atirar. Ele ainda teria tentado mostrar os documentos, mas os PMs ignoraram e continuaram atirando. É importante registrar que seus documentos desapareceram!" O Dia 19/04/2003.

Há nas falas dos militantes entrevistados²⁷, clara referência ao tratamento agressivo indistintamente dispensado aos habitantes das favelas da cidade, por parte dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. A repressão policial à favela como um todo, legitimada socialmente em nome do ‘combate’ ao tráfico de drogas, faz com que mais que um sentimento, uma percepção social, um raciocínio político apareça em suas falas: para os agentes da lei o espaço favelado é um espaço ilegal, desorganizado, fora-da-lei e, portanto, passível de repressão, de uma espécie de ação civilizadora, da qual inclusive se orgulham vários policiais (ver, por exemplo, SOARES, 2005).

Foi mesmo o movimento pós-chacina do Borel, o movimento “Posso me Identificar?”, que deu início à construção da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. A partir da organização da passeata e da articulação de familiares de vítimas de várias comunidades, foi realizado em agosto de 2003, no Borel, um seminário com a intenção de unificar a luta contra a violência policial, garantir alguma organização e tirar bandeiras de luta comuns. Havia ainda o “aniversário” de dez anos das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, que somadas à chacina do Borel, em 2003, e outras duas marcantes manifestações de violência policial - assassinato de quatro adolescentes no Caju²⁸ e de cinco pessoas em Acari²⁹, acabaram por impor urgência na articulação entre as vitimadas comunidades, afirmam os entrevistados.

²⁷ Além de Entrevistada 1, foram entrevistados Entrevistado 2, Entrevistado 3 e Entrevistado 4, militantes da Rede que participaram desde o início do processo de formação do movimento.

²⁸ Entrevistado 3 narra o que houve no Caju: “Teve uma companheira da rede lá do Caju, que é a Dona Odaci, que inclusive, a gente coloca como exemplo de luta, porque o filho dela foi morto com outros rapazes na chacina do Caju, ele era ligado ao tráfico e ela realmente assume, os outros rapazes não, mas ela continua lutando dizendo: “Não interessa, o meu filho podia ser envolvido, mas ele tava desarmado, foi executado sumariamente e aquilo foi absurdo. Eu vou lutar por causa disso.””

²⁹ Entrevistado 4 conta o que aconteceu em Acari: “A gente tava organizando a culminância dos projetos de Hip-Hop, com um grupo chamado Quinto Elemento, numa quadra do conjunto Amarelinho, que é um conjunto habitacional que fica dentro do Complexo de Acari, no dia 28 de junho (2003), e nesse mesmo dia... Uma hora antes de começar a atividade, houve uma incursão policial, do IX Batalhão, de policiais que vieram do VI Batalhão, com o Coronel Murilo, vieram lá pro IX Batalhão, que cobre a região de Acari, Lucas, Vigário Geral, enfim... Houve uma incursão e nessa incursão foram mortos quatro garotos, quatro rapazes, quatro adolescentes e ... Uma senhora, os policiais entraram na casa da Dona, quando ela foi abrir a porta os policiais atiraram nela primeiro, depois mataram os garotos, tal... E por conta disso, da mobilização da... A gente se reuniu na comunidade, puxou o apoio da comunidade... O marido da Dona, seu Pedro, fez menção de buscar punição aos policiais tal, a gente sentou, eu o Érlei, que é esse companheiro do Hip-Hop, a gente sentou com as lideranças comunitárias, e resolvemos organizar um movimento”.

O seminário “Criminalidade e Violência na Visão dos Movimentos Sociais” contou com a participação de familiares de vítimas e militantes das comunidades de Acari, do Caju e do próprio Borel, além da Frente de Libertação Popular (FLP)³⁰, da Associação de Familiares de Presos, do Grupo Tortura Nunca Mais, dos movimentos Hip-Hop, Movimento Universidade Popular (MUP), Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento Negro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) e Central dos Movimentos Populares (CMP). Os entrevistados afirmam que foi um encontro enriquecedor para todos.

Em panfleto da Rede, de setembro de 2003, elaborado para convocar um segundo seminário em Acari, há referências à importância da discussão realizada no Borel e à necessidade de seu aprofundamento. Relata o panfleto que as intervenções referiram-se às “experiências populares na luta contra a violência, a tortura e a criminalização das populações excluídas e dos movimentos sociais”. Organizar esta experiência e travar o intercâmbio entre as lutas das comunidades, dos movimentos e das organizações militantes de direitos humanos, são as primeiras tarefas adotadas pela Rede. Ressaltava-se que a participação de jovens gerara expectativas para as quais se deveriam dar respostas organizadas. Decidiu-se no seminário que os participantes formariam uma rede, intitulada inicialmente “Rede Popular de Combate à Violência”, com o papel de organizar debates e campanhas de conscientização, mas que também significasse “um salto na luta popular contra a violência de Estado, as chacinas e os abusos. O panfleto dizia ainda que a luta contra a violência deveria ser entendida como “parte da luta contra a opressão, o capitalismo e pela transformação radical da sociedade”. Termina convidando todos a dar continuidade ao trabalho, estruturar a Rede, definindo objetivos, táticas e próximos passos.

O conceito de criminalização da pobreza, que aparece no primeiro panfleto da Rede, foi desenvolvido por Loïc Wacquant (2001), quando estudava a “repressão punitiva do (sub)proletariado negro das metrópoles norte-americanas”(p.9, 2001) e observava o enorme crescimento do número de presos,

³⁰ Organização política que milita junto à Rede, da qual participa Entrevistado 3, militante entrevistado para este trabalho.

em maioria praticantes de pequenos delitos e verificava que este aumento atingia em larga escala aos estratos mais pobres e moradores das comunidades estigmatizadas.

Wacquant afirma que o neoliberalismo se caracteriza pelo advento do Estado Penal, que tem por função principal criminalizar a pobreza. Essa discussão terá tratamento mais detido no último capítulo deste trabalho. Mas o aparecimento do termo criminalização, que no panfleto surge como fenômeno que se abate sobre as “populações excluídas”, aproxima a análise feita pelo movimento no momento de seu início, às reflexões de Wacquant.

Em documento posterior que o Movimento Posso Me Identificar? (o movimento do Borel manteve sua identidade mesmo participando da Rede) dirige à “sociedade civil do Rio de Janeiro e do Brasil”, em abril de 2004, a criminalização aparece enquanto fenômeno que atinge os pobres, sinalizando uma aproximação da análise feita pelo movimento com o conceito de Wacquant aplicado à realidade do Rio de Janeiro.

Tanto na análise feita pela Rede sobre a violência carioca, quanto na análise de Wacquant sobre a violência policial sobre os negros norte-americanos, a criminalização dos pobres é uma política de Estado, formulada e executada para manter os pobres longe do espaço civil, do asfalto, oprimidos em seu espaço de moradia, no qual, no caso do Rio de Janeiro sofrem dupla repressão punitiva, a da polícia e a do tráfico de drogas, e, portanto, não seriam os pobres excluídos desta política, ao contrário, mais que incluídos, são o alvo da política.

No documento de 2004, o movimento lista as características da conduta adotada, via de regra, por agentes policiais com a comunidade, que inclui ofensas, tratamento brutal, humilhações, agressões, espancamentos, chacinas, desaparecimentos e execuções. Citavam o “desrespeito cotidiano dos direitos e da dignidade das pessoas, que se tornou o padrão do comportamento dos policiais com os moradores das favelas cariocas”. O documento faz ainda uma comparação com o tratamento dispensado aos moradores das “classes média e alta” pelos mesmos policiais, dizendo que para estes o problema se reduz a poucos “desvios, de alguns maus policiais”. O documento do movimento torna

explícito que há duas políticas de segurança pública distintas, uma direcionada às favelas, tomadas como unidade espacial, e outra, oposta, destinada a garantir a propriedade privada no espaço civil e apropriação de classe do espaço público.

Diz ainda o manifesto, que os “pobres são excluídos dos direitos civis mais elementares definidos na Constituição”, que a criminalização dos pobres é no Brasil é um processo histórico de séculos e se dirige a uma parte desvalorizada da sociedade em virtude de sua cor (“negros e pardos”), de sua posição social (“pobres e indigentes”) e de seu local de moradia (“favelas e periferias”).³¹

No que se refere aos militantes que compõem o movimento, Entrevistado 4³², liderança comunitária, afirma que, desde o início, além das importantes participações das três comunidades mais ativas na Rede, Borel, Acari e Caju, de vários movimentos e grupos políticos, houve um aspecto relevante na constituição da Rede: a participação das mães e familiares das vítimas. Atribui importância singular à esta participação por envolver os que foram diretamente atingidos o que ajudaria a pautar o movimento com reivindicações concretas, cobrando justiça, acompanhando os processos e discutindo mais profundamente a questão. Se de um lado tal processo forma politicamente, informa judicialmente e

³¹ Propostas iniciais do movimento:

- 1 – Construir instrumentos e mecanismos de participação popular visando a afirmação e garantia de direitos, na perspectiva de superação das causas estruturais da violência;
- 2 – Lutar por mudanças imediatas nas diretrizes de segurança pública, afirmando uma nova baseada na preservação da vida e da plena vigência dos direitos;
- 3 – Construir uma rede de solidariedade e apoio jurídico às comunidades, vítimas e testemunhas de crimes de violação de direitos humanos, visando neutralizar ameaças e pressões sobre as mesmas;
- 4 – Criar uma rede de comunicação envolvendo rádios e tv’s comunitárias, imprensa das comunidades e outras formas; ampliando as oportunidades de denúncias e combatendo as tendências e métodos sensacionalistas;
- 5 – Aprofundar a discussão na sociedade sobre a desmilitarização e a ênfase na redução de danos nas políticas públicas sobre as drogas;
- 6 – Estimular de todas as formas a autonomia e a independência das organizações comunitárias face ao estado, partidos, igrejas e outros agentes;
- 7 – Realizar atividades e encontros de formação, elaborar cartilhas e outros materiais, visando o esclarecimento das comunidades e a criação de uma militância comunitária independente;
- 8 – Construir mecanismos permanentes de ligação entre as comunidades e entre o movimento das comunidades e os movimentos sociais e de direitos humanos;
- 9 – Estruturar, através das iniciativas concretas e atividades práticas orientadas pelos objetivos acima, uma Rede Permanente de Resistência Comunitária de Luta contra a Violência e pela Garantia de Direitos.
- 10 – Realizar, em maio de 2004, um encontro do movimento para aprofundar as discussões e encaminhar as tarefas acima.

³² Entrevistado 4 começou a se envolver em trabalhos culturais fazendo teatro independente em Acari em 1973, é poeta e animador cultural e um dos fundadores da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. Entrevistado 4 foi entrevistado para este trabalho em 03/04/2006.

apóia, inclusive emocionalmente, familiares de vítimas e moradores, de outro lado, sua participação na Rede atribui um caráter de eterna urgência à luta travada pelo movimento.

Mas essa relação entre militantes do movimento e familiares, mesmo esta separação numa espécie de dupla caracterização dos participantes da Rede, não implica apenas em benefícios ao movimento. Quando se conquista, através de manifestações, uma reunião com alguma autoridade pública de segurança para se discutir a situação de violência imposta às comunidades pela polícia, os casos particulares, levados pelas mães de vítimas mais recentes desse conflito, ocupam quase todo o tempo da reunião, permitindo que a autoridade reunida em questão particularize a problemática, individualize a questão, em detrimento de toda uma pauta elaborada e amplamente discutida pelo movimento que buscaria politizar o tema e questionar os métodos adotados pela polícia de forma mais geral. (Entrevistado 4, em entrevista concedida ao autor em 3 de abril de 2006)³³.

Entrevistado 4 lembra, ainda, que o grande impasse da Rede consiste numa divisão entre a força da participação das mães e familiares, que tendem a cobrar indenizações, e punição dos maus policiais, e os que, como ele, pensam que não adianta melhorar a polícia porque esta será sempre o órgão de repressão do Estado. Para ele, qualquer que seja a melhora alcançada, a instituição estará sempre ali para cumprir seu papel, que seria a criminalização da pobreza. Separa entre os que, segundo ele, percebem que a luta é ideológica, que o que se tem que transformar é o Estado e o sistema capitalista, e os que cobram do Estado a resolução do conflito³⁴.

³³ “Quem teve, sempre, contato direto e imediato com essas autoridades, inclusive com a Secretaria de Direitos Humanos, foram familiares de vítimas. Porque tem aquela discussão imediata, da reparação, da punição dos policiais. Tentar prender... E corrigir a versão do auto de resistência. A questão das indenizações, é basicamente isso. Sempre discursos veementes, coisa e tal. Algumas vezes de agressão pessoal ao secretário, em razão da forma de estar atuando etc. Mas, na verdade, nunca foi um discurso... E não é... Até pela própria forma, pelas características, pela formação das pessoas, nunca foi um discurso politizado, política e ideologicamente amarrado. Porque na verdade são pessoas que, na sua grande maioria mulheres, não escolheram estar no movimento. Cooptaram, de alguma maneira, por lutar pelas consequências, inclusive colocando a vida em risco, mas na verdade elas não têm um discurso amadurecido e isso é um complicador na Rede. Então, essas pessoas têm sido as principais ‘dialogadoras’ com as autoridades.”

³⁴ Entrevistado 4: “Está muito dissociado assim: você tem os familiares de vítimas da violência e você tem esse pessoal do movimento social organizado que encontrou na luta contra a violência policial, contra a violência do Estado, uma bandeira de luta. O grande impasse da Rede é: o que é que você faz com as

Conflito este, o motivado pela ação da polícia nas favelas, que teria origem numa ação que, em tese, seria dirigida ao tráfico armado, mas que acabaria por excluir da vida vários trabalhadores, crianças, estudantes, e aposentados, que ainda que mantivessem relações com o tráfico, segundo a Constituição brasileira, deveriam ser processados e julgados, com direito de defesa e se condenados, cumprir pena de acordo com a Lei de Execuções Penais, defendem os militantes da Rede. Mas isso não acontece e é uma reivindicação constante surgida em todas as entrevistas feitas. Buscam, em seu discurso, a legalidade da ação policial, o cumprimento da Constituição. Reivindicam o Estado Democrático de Direito em suas bandeiras e lutas, mas analisam que a sociedade brasileira está longe de se conformar em uma democracia³⁵.

Afirmam que a polícia vive de corrupção, que combate o tráfico armado das favelas cariocas para receber o “arrêgo” (cobrança antecipada de propina baseada na promessa de que não mais “incomodarão” a operação do tráfico local, geralmente realizada logo em seguida de uma “demonstração de poder”) que a própria polícia é que opera a venda de boa parte das armas utilizadas pelos traficantes e que a maioria das operações que terminam em morte teriam o objetivo de aumentar o valor pago pelo tráfico à lógica mafiosa de operação da polícia. Fazem a ressalva de que, algumas vezes, a operação policial é motivada por pressões políticas e de imprensa, ou pela troca de comando de determinado batalhão da PM, que para “mostrar serviço” realiza as tais “incursões”, mas que na

peças... Que são pessoas comuns, de favela, têm pouca formação... São donas de casa, são pessoas que estão nessa coisa por infelicidade. A questão da politização, da formação. Como é que você pega essas pessoas e transforma em quadros? De luta? Como é que faz a formação política delas? E tem que ser feito isso. A grande questão é que se você não tem uma reflexão maior sobre isso, essas pessoas acabam indo a reboque da vontade do movimento social ou de um grupo, dentro do movimento, que tem uma hegemonia. E dentro da Rede você tem os anarquistas que têm a hegemonia.”

³⁵ Entrevistado 3: “a gente também, assim como nas comunidades, a gente faz a diferenciação quando a morte é de alguém envolvido ou não, mais pra gente as duas mortes são equivocadas. A polícia não tem como função exterminar criminosos, quer dizer, na prática sim, teoricamente não é isso, teoricamente é exercer o poder de polícia pra efetuar prisões, levar as pessoas a julgamento, e tudo o mais, é fazer isso. A maior parte das mortes, inclusive de pessoas envolvidas com o tráfico, são execuções sumárias, não são troca de tiro, não são em combate. Dificilmente o tráfico dá combate à polícia, não interessa ao negócio dele, não tá dentro da racionalidade capitalista do tráfico de drogas estar travando combate com a polícia, certo? Então, são execuções sumárias. Qual é a lógica da execução sumária? É a moeda de troca da polícia na corrupção. Ela chega, mata, quase sempre mata os escalões inferiores do tráfico, quando eles pegam por acaso um gerente, ou alguém mais graduado do tráfico, geralmente eles não matam, eles negociam e liberam em troca de dinheiro. A morte é sempre do baixo escalão, pra mostrar o seguinte: essa gente que vende, a gente mata, a gente tem poder de matar. Pra justificar o quê? Pra justificar o arrêgo, a propina, a corrupção”.

grande maioria dos casos a motivação central da polícia em suas “incursões” às favelas do Rio seria o recebimento do “arrêgo” pago pelos traficantes em armas.

Os militantes da Rede entrevistados foram: a mãe de uma vítima fatal da ação da polícia, trabalhadora e fundadora da Rede, moradora do Borel há mais de vinte anos; um poeta e agitador cultural, militante dos movimentos de direitos humanos e militante político, com trabalho social e cultural de mais de trinta anos na comunidade de Acari; um engenheiro, militante dos movimentos sociais, que tem mais de vinte anos de participação em movimentos populares, fundador da Rede e morador da zona sul do Rio de Janeiro; e outro militante, também com mais de vinte anos de participação política junto aos movimentos populares cariocas, também morador da zona sul do Rio de Janeiro e coordenador da Central de Movimentos Populares. Entre eles há divergências, pensamentos por vezes contrários, mas suas análises são muito próximas quando o assunto em pauta é o Estado e sua dinâmica fundadora das desiguais condições econômicas da população.

Denunciam que o Estado estaria totalmente corrompido, como o demonstraria a entrada paulatina e em larga escala, de armas que vão parar nas mãos dos traficantes, muitas vezes de uso privativo das Forças Armadas brasileiras e de outros países, operação de comércio ilegal internacional que envolveria desde a Polícia Federal até a alfândega, polícia rodoviária, na logística até as polícias estaduais na venda e negociação das armas. Corrupção que aparece nos discursos como causa principal da ação policial na cidade.³⁶

Os militantes da Rede utilizam, em suas análises, em sua leitura da ação do Estado, as dimensões e aspectos legais, na convicção de que o Estado deveria,

³⁶ Perguntado sobre as razões das invasões e mortes cometidas pela polícia nas favelas, uma vez que há o pagamento regular do “arrêgo”, da propina, que serviria para evitar “incômodos” policiais à venda das drogas, um dos entrevistados afirma, que na maior parte das vezes, o que ocorre é um “acerto” entre o tráfico local e os policiais, que cobrados por alguma autoridade para realizar uma incursão em determinada favela, telefonariam para a liderança do tráfico local para combinar que este deixasse em determinado ponto, “aquela quantidade de maconha mofada, outra de cocaína melada e armas velhas e fora de uso com algum “X-9”(delator) que queiram entregar”. Tudo acertado, a apreensão “para inglês ver” seria a norma do comportamento de uma polícia que trabalharia contra e com o tráfico, numa disputa por dividendos do rico comércio, que quando foge ao controle do combinado, quando se rompe o “acerto”, por desacordo de um ou outro lado, é que ocorrem as ações homicidas da polícia, que geralmente matam inocentes.

por princípio: promover o bem comum, o bem-estar das pessoas, defender os interesses públicos e pautando suas ações pela lei. Respeitando o devido processo legal que o legitima. O que rejeitam é que agentes do Estado tenham um comportamento igual ou pior, do ponto de vista da legalidade de suas ações, ao adotado pelos traficantes de drogas. Definido como um ente capitalista que visa apenas o dinheiro, que não coloca nenhum interesse comunitário acima do financeiro, que se caracteriza por ser, de origem, ilegal e capitalista, e que, portanto, não haveria como se esperar do tráfico de drogas um comportamento legal, solidário ou coletivo, mas sim um comportamento violento na direção de quem ameaça seus interesses financeiros, como a polícia e outros grupos de traficantes rivais.

Realçam ainda que não há simetria entre polícia e tráfico questionando se a existência de um traficante de renome que esteja solto, algum traficante que tenha morrido de velhice, que esteja aposentado, argumentando que o contrário está cheio de exemplos, ou seja, policiais notoriamente corruptos e assassinos aposentados e bem aposentados. Por vezes processados, quase julgados, mas beneficiados por “ações de manobras e brechas que essa legislação permite pra esse tipo de gente”.

Eles relatam que nos encontros com autoridades da área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, alguns realizados na sede do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro que se localiza, segundo o site da própria instituição, no "Palácio da Caveira" que fica no "Vale dos Ossos Secos" (<http://www.policiamilitar.rj.gov.br/bope/localiza.htm>) para denunciar ilegalidades e abusos de poder violento da polícia, não é incomum terem que lembrar a ilegalidade da ação de traficantes quando surge a pergunta: “Ahn, vocês vem reclamar da gente, por que é que nunca vi vocês virem reclamar do tráfico?”. A tentativa de criminalizar o movimento não aparece apenas nesta pergunta, mas também na atitude dos policiais presentes às reuniões, em que há os que se sentam à mesa para ouvir as “reclamações”, os que garantem sempre que irão “averiguar” as denúncias, e os que ficam ao redor da mesa, circulando

enquanto dura a reunião, armados de fuzil, em explícita ameaça aos que ousam questionar seus “métodos”.

Há relativo consenso, nas entrevistas, em afirmar que o tráfico armado das favelas exerce certo nível de poder que se foi legitimado pelos canos das armas quando se estabeleceu, isso teria se introjetado e normalizado no pensar dos moradores e que houve uma mudança a partir dos anos 2000. Na legitimação do tráfico enquanto instância de poder, papel importante foi o exercido por alguma assistência direta prestada aos moradores, principalmente aos familiares de mortos e presos e pela promoção de bailes e espetáculos de grupos musicais famosos, mas destaca-se ainda a legitimação alcançada em razão da contenção da ação policial.

De modo que quando perguntados sobre o que causaria medo maior aos moradores das favelas, se a ação da polícia ou a do tráfico, afirmam que a polícia assusta mais por ser imprevisível. E atribuem a causa de toda a violência, a praticada nas favelas por dois atores irresponsáveis em armas e a praticada no asfalto, no espaço civil, ao caos implantado pelo Estado, em escala regional e nacional.

A Rede de Movimentos e Comunidades contra a Violência existe enquanto grupo de discussão na rede mundial de computadores desde 2004 e conta com a participação de cerca de duzentas pessoas que trocam informações, distribuem artigos, travam discussões e reforçam a pauta e agenda do movimento em tempo real. Não atinge a todos, pois grande parte dos militantes da Rede não tem acesso fácil a computadores, mas é instrumento diário de denúncias sobre a violência e relatos pessoais de atrocidades cometidas pela polícia³⁷.

O movimento, que funciona como um guarda-chuva de movimentos populares e representantes da luta nas comunidades, vem, a cada dia mais intensamente, direcionando sua luta contra a violência policial. Em documento que dirigiram aos participantes do Fórum Social Mundial de 2005 afirmando que a

³⁷ “(...)Todo dia de manhã quando vou pra o Ciep passo na loja onde uma companheira de luta comunitária Sancreide, estava com seu neto no colo. Ao lado de seu filho que ensaiava um louvor evangélico, tocando violão. De repente, o Caveirão dobra uma esquina há uns 80 metros de onde ela estava. De dentro do veículo blindado, um policial teve tempo o suficiente para apontar seu fuzil, pela escotilha do veículo, e fuzilar mortalmente, de forma covarde nossa companheira.(...)”

destacada situação de violência no Rio de Janeiro exposta na mídia não abordava a questão central do problema, que seria a ausência de direitos em que vivem as comunidades de favelas e periferias no estado. Que apenas no ano de 2003 teria sido registrado o número de 1195 civis mortos em decorrência da ação policial, contra 45 policiais mortos no mesmo período (o documento não cita fonte), fato que desmistificaria as versões oficiais que explicam tais situações como momentos de confronto entre “marginais e policiais”. Diziam que a juventude moradora das favelas era a mais atingida pela violência promovida pelos agentes diretos da criminalidade e, mas principalmente, pelos próprios agentes do Estado, por lhes negar, através de sua ação, direitos civis e políticos, que o poder público estava assim assumindo sua falência e criando uma situação de criminalidade oficial. A inviável investigação dos crimes, posto que a cena dos mesmos é violada, torna improvável o julgamento e a punição das violações dos direitos humanos, o que geraria certeza de impunidade dos executores alimentando as violações e desencorajando as vítimas e testemunhas na luta por justiça. O documento dizia ainda que o objetivo da Rede é manter um movimento permanente de resistência contra a violência institucionalizada que atinge as comunidades do Rio de Janeiro, realizando manifestações, divulgando informações e fazendo pressão social sobre o poder público.

A Rede, já em 2005, havia alcançado uma “amplitude internacional”, em virtude da adesão de países como Suíça e Alemanha, através do Comitê Suíça de Direitos Humanos nas favelas do Rio de Janeiro. Comitê este que apóia material e financeiramente as ações da Rede, tendo coberto as despesas da participação de cerca de quarenta militantes do movimento no FSM 2005. Foi também com seu apoio que se produziu o filme-documentário intitulado “Entre Muros e Favelas”, em que os relatos das mortes efetuadas pela polícia nas favelas são feitos pelas mães e parentes das vítimas, nos locais em que ocorreram, numa espécie de reconstituição dos crimes em que o relato da morte dos jovens deixa explícita a execução cometida pelos policiais. Há ainda, no filme entrevistas com os militantes da rede, jovens e professores. Reflexões que dão conta do tamanho do problema quando afirmam que a cidade tem mais 600 localidades segregadas,

entre favelas e habitações clandestinas e irregulares. Que, na favela, a violência começa quando se nasce e que o risco de vida, apenas em razão da moradia, é sentido como algo inerente à situação do morador. Aparecem reflexões de adolescentes que dizem que alguns bandidos são muito melhores que presidentes, governadores, no que um menino de treze anos declara que os políticos seriam, na verdade, os donos, os patrões dos bandidos e que o tráfico atrai porque paga quatro ou cinco vezes mais do que o mercado formal ou informal. Apesar disso, o tráfico é citado em outros depoimentos como mão de obra barata e facilmente substituída quando morta. Uma questão que aparece em algumas falas, sempre de forma emocionada é a que afirma que por ser negro, jovem e morador da favela, o sujeito é tratado como bandido, dentro e fora da favela. Há ainda no filme declarações e até músicas³⁸ que dizem sobre a lógica perversa da polícia: “A polícia é a que defende o cidadão, o bandido é o que ataca, mas aqui é o contrário”.

O Comitê Suíça apóia ainda a confecção de camisetas e cópias dos filmes para que o movimento possa se divulgar.

³⁸ “Eu só quero entrar na minha casa, seu moço
Ter o direito de ir e vir,
Dar um beijo nas crianças
Beijar minha patroa
Ter o pão de cada dia
Eu só quero é ser feliz

Ah, essa noite começou com tiroteio
Favela tava cercada, não tinha como sair
A criança atrás da porta em desespero
“Pelo amor de deus, papai tira a gente daqui

Aí então uma lágrima desceu
Eu vi que minha força vinha da força de deus
Só peço: -Esse moço, antes de apertar o gatilho
Que pense em seus filhos antes de matar os meus

Eu só quero entrar na minha casa, seu moço
Ter o direito de ir e vir,
Dar um beijo nas crianças
Beijar minha patroa
Ter o pão de cada dia
Eu só quero é ser feliz.”
Cidinho e Doca – Cidade de Deus

A “amplitude internacional” do movimento ganhou força com a participação da Anistia Internacional desde que, em 2005, o governo do estado resolveu radicalizar no terror imposto às comunidades faveladas cariocas colocando em uso blindados semelhantes a tanques de guerra, em que há oito escotilhas para uso de fuzis, e que ganharam o singelo apelido de “Caveirão” por ostentar na frente e em suas laterais o símbolo do BOPE, que é uma caveira. Emitindo, via alto-falante instalado na parte de cima do veículo, frases como: “Eu vim aqui buscar sua alma!”, o Caveirão entra nas favelas em alta velocidade, atirando e tem matado ainda maior número de pessoas desde que se iniciou sua operação, segundo os participantes da Rede³⁹.

O movimento decidiu denunciar as ações de terror explícito do Caveirão nas favelas com manifestações e com a confecção de panfletos com os dizeres: “Diga não ao Caveirão”, além de fazer circular abaixo-assinado contra as operações do blindado.

Manifestações de rua nos grandes centros urbanos são sempre acompanhadas por policiais militares, que justificam sua participação alegando organização do trânsito, “contenção dos excessos”, proteção e até garantia da integridade dos manifestantes. Na cidade do Rio de Janeiro não é diferente. Ocorre que quando as reivindicações são por melhoria de hospitais, pela despoluição de alguma lagoa ou rio, ou ainda pela paz, o papel da polícia se aproxima daquele descrito acima. Mas quando a Rede vai para as ruas, o alvo de suas reivindicações é a ação da própria polícia, que acompanha, sempre com grande efetivo de agentes todo o percurso, desde a concentração até o final. Inclua-se nesse efetivo um grupo de policiais à paisana que, sempre presente e

³⁹ Entrevistado 3: “O Caveirão já é uma inflação brutal das taxas de corrupção policial. Por que? Por que é um impacto muito maior, então é muito mais fácil, o policial chega pro traficante e fala: “Se vocês num aumentarem pra tanto, não nos derem tanto a gente vai entrar com o Caveirão.” O Caveirão, você sabe, não tem como encarar, eles matam mesmo e não são atingidos. Então o Caveirão, é assim, o paraíso do policial corrupto. É o terror da comunidade, mas é o paraíso do policial corrupto que achaca principalmente o tráfico de drogas.”

Entrevistado 4 em texto para o grupo de discussão da Rede:” Ainda ontem ao juntar umas bermudas pra lavar, mais uma vez esfreguei com a escova a mancha de sangue recequida da cabeça esfacelada de Michelzinho, um jovem de 17, por um tiro certeiro disparado de dentro de um caveirão, a cerca de 80 metros de distancia. A bermuda sujou de sangue e restos de miolo quando pousei a metade que sobrou da cabeça de Michel depois que conseguimos arranca-la de cima do limpa trilhos do caveirão que passeava com seu corpo pela favela, esperando resgate do trafico. “

identificado, fica filmando escondido, recolhendo panfletos e ostensivamente “observando” os militantes.⁴⁰

Desde a morte dos meninos do Borel, em 16 de abril de 2003, que o 16 de abril vem sendo o dia de manifestação da Rede contra a violência. Fizeram grande manifestação em 2004, que contou com a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que inclusive antecipou a data de luta deles (17 de abril em razão do massacre de Eldorado dos Carajás) para o dia 16, realizando ato conjunto com a Rede. Outra com a participação de cerca de 400 pessoas, em 2005, na Candelária, que contou com o “apoio” de dezenas de viaturas policiais. Em 2006, transferido para o dia 17 em função do 16 ter caído num domingo, o ato público aconteceu na Cinelândia, tendo priorizado a ação do Caveirão e as mortes causadas pelo blindado, que foram relatadas por amigos e familiares das vítimas.

Houve, ainda, em 7 de junho de 2006, passeata para a entrega à governadora Rosinha Garotinho de abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas contra o Caveirão. O ato se iniciou com uma concentração no Largo do Machado, palco de diversas manifestações políticas por ser uma grande praça pública, que permanece sem grades e é próxima ao palácio do Governo do Estado do Rio. Ainda na concentração, a presença da polícia se fazia presente com um número de policiais desproporcional e, em dado momento da concentração, maior que o de manifestantes. Foram, desde logo, identificados por militantes, cinco policiais à paisana, armados, que filmavam e recolhiam material sem se preocupar em esconder o que estavam fazendo. Havia na concentração, além de militantes do movimento, repórteres, professores universitários, estudantes moradores da Maré, Borel, Caju, Mangueiras, Rocinha, entidades de direitos humanos, ONG's

⁴⁰ Entrevistado 2: “A passeata que a gente fez ano passado (2005), foi muita gente, eu já passei por centenas de passeatas na Candelária, mas era impressionante. O que no ano passado marcou na Candelária foram os carros de polícia que cercaram, eram muitos carros, e eles praticamente jogavam os carros em cima da gente, era uma coisa impressionante. Eles jogavam os carros assim e quando a gente foi caminhando até o Fórum a agressividade da polícia, quando ela passava com carro, era incrível e mostra o ódio que o pessoal tem, que é o ódio, que eu falo assim: é um ódio de comando em todos os sentidos, comando do poder da polícia e comando dessa parcela da sociedade que não quer enxergar que esse modelo do sistema de exploração que a gente vive não vai produzir um espaço em que comporte todo mundo, eles não admitem isso. Eles acham que não, a gente vai ter que viver assim e é por isso que eles criam esses mecanismos aí pra tentar se proteger, mas, eu até me lembro, acho importante a gente cada vez reafirmar isso, a gente tem uma visão, a gente quando tá num movimento, na luta, a gente tem que ter uma visão de alternativa e de combate ao modelo que tá aí. A gente quer uma outra sociedade, uma sociedade igualitária, igualitária não no sentido de ser todo mundo igual não, igualitária nas possibilidades.”

como a Justiça Global e CEASM (Centro de Estudos Solidários da Maré) e militantes do PSOL e PSTU. Uma ameaça de morte foi feita ao motorista do carro de som pela polícia, o que fez com o mesmo fosse embora do ato imediatamente. Ao comunicar a alguns militantes o motivo de sua desistência, houve rápido entrevero entre os policiais e militantes. Os primeiros afirmavam ser proibida a utilização de carros de som naquela área no período da tarde em dias úteis; os segundos denunciavam a participação de policiais armados e à paisana, prática dos tempos da ditadura que poderia trazer riscos à participação das pessoas. Nada resolvido, a passeata saiu em direção ao Palácio, pela rua das Laranjeiras, acompanhada por diversos policiais, os uniformizados que faziam cordão de isolamento entre os cerca de duzentos manifestantes e carros que iam passando em fila única, e os à paisana, que observavam e filmavam de longe.

As palavras de ordem cantaroladas⁴¹ na manifestação revelam que a peculiaridade dos atos do movimento é que as reivindicações são gritadas na presença de agentes da mesma polícia da qual se reivindica legalidade nas ações, causando um clima de elevada tensão entre os militantes e os policiais que “acompanham” os atos. No trajeto entre o Largo do Machado e o Palácio do Governo foram acirrando os ânimos, principalmente nos momentos em que os manifestantes se referiam aos P2 (polícia secreta) e quando a polícia era chamada de assassina. Alguns empurrões depois, a passeata chegou ao Palácio, onde um grupo pequeno de manifestantes entregou o abaixo-assinado a um assessor da governadora. Fim do ato. Cada um para sua casa, a maior parte nas favelas, onde o risco de represálias é concreto, a outra parte, moradora do asfalto, corre risco menor.

⁴¹ “Não, não, não, não quero Caveirão, eu quero meu dinheiro na saúde e educação!”; “Chega de chacina, polícia assassina!”; “ô, ô, Rosinha, que papelão, Tirou do povo pra comprar o Caveirão.”; “Você já sabe, não é segredo, A polícia só mata jovem negro!”; “Tá, tá, tá, tá na hora, de botar a Rosinha pra fora, Ela já matou trabalhador demais, O Caveirão, nunca mais.”; “Fora já, fora já daqui, O Caveirão do morro e os tanques do Haiti!”; “E ninguém sabe, não dá lbope, A polícia está matando com o BOPE!”; “Trabalhador não é ladrão, Vai dar dura em quem recebe o Mensalão!”; “Lá no meu morro, a bala come, E o Garotinho vai fazer greve de fome!”; “Ô, Ô, P2, pode filmar, Que a nossa luta não vai parar”.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO

4.1 – Retomando as questões iniciais:

Os conflitos urbanos de objeto segurança do Mapa dos Conflitos revelam um quadro de insegurança pública instalada na cidade, evidenciando dois tipos distintos de violências a os motivar. Uma, a violência causada geralmente por crimes comuns, latrocínios em geral, ocorridos majoritariamente no asfalto e apresentando manifestações públicas por justiça, pela paz e por maior eficiência da ação estatal no combate ao crime. São muitas as manifestações desse tipo que são acompanhadas de atos ecumênicos, e a sua ocorrência se concentra no centro da cidade e nos bairros de bens raros, como a orla da zona sul. Outra, a violência causada pela ação, geralmente ilegal, da polícia, dirigida especificamente às favelas da cidade, onde ocorre o crime violento que causa manifestação, na maior parte das vezes imediatamente após o crime, nas proximidades das favelas.

Nas favelas, onde houve 181 eventos conflituosos ao longo do recorte temporal do Mapa, média de 1,37 por mês, motivados centralmente pela ação da polícia que causou 197 mortes no período, 1,49 a cada mês em média. São mais mortes que manifestações em função de algumas das ações policiais matarem mais de uma pessoa por vez. A morte de um traficante é tão ilegal (o devido processo legal prevê julgamento e prisão) quanto a de qualquer morador trabalhador ou estudante ou desempregado, mas é importante sinalizar que os moradores em suas manifestações afirmaram, segundo as descrições dos conflitos, que na grande maioria das vezes, houve assassinato de pessoas que não mantinham qualquer relação com o tráfico de drogas.

No asfalto houve 110 eventos conflituosos, média de 0,83 por mês, com 51 mortes motivando manifestações, 0,38 por mês do recorte temporal. As mortes no asfalto decorreram basicamente da violência criminal comum e excetuando-se o ano de 1995 (19 mortes), em que houve manifestações que davam conta de

assassinatos de taxistas, em bloco, ou seja, as manifestações foram motivadas pela seqüência de mortes agrupadas nos protestos, o que ocorre no asfalto é que geralmente um assassinato de impacto nos meios de comunicação acaba por gerar várias manifestações públicas.

Ainda no asfalto, que não é demais lembrar, concentra cerca de 2/3 da população da cidade e a maior parcela do espaço, houve mais manifestações pacíficas e organizadas com antecedência. Nas favelas, em função do assassinato de inocentes pela polícia, há elevado grau de revolta nas manifestações, em que muitos protestos contaram com fechamento de ruas, queima de ônibus e quebra-quebra.

Nas favelas a principal instituição reclamada (Agente 2) foi, no período, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, cerca de 75% dos casos. No asfalto, as reivindicações se dirigiram ao Governo Estadual, pedindo paz e cobrando segurança.

A maior parte dos conflitos nas favelas ocorreu sem apoio algum de entidades, grupos ou organizações. Nas ocasiões em que houve algum apoio, este foi dado pelas associações de moradores. No asfalto, a maioria dos conflitos contou com apoios: ONG's centralmente, parlamentares, artistas, associações profissionais e autoridades públicas apoiaram no asfalto.

Nas favelas houve concentração das ações nas localidades próximas, avenidas e ruas movimentadas nas redondezas das favelas, logo após a ação criminosa que motivou o conflito. As ações do asfalto se realizaram em maior parte, no centro da cidade, na orla da zona sul e nos bairros de bens mais raros da cidade. No asfalto o intervalo de tempo entre o crime, ou crimes, que motivam as ações e as manifestações propriamente, é maior que o intervalo de tempo entre os crimes e a ação, nas favelas.

Nas favelas, os coletivos mobilizados (Agente 1) foram, em maioria, os grupos de vizinhança e associações de moradores, ou seja, os moradores são os protagonistas das ações. No asfalto, as ONG's são muitas vezes as protagonistas das ações em maior número de casos que os moradores dos bairros onde houve crime violento.

Quadro comparativo das características gerais e mais freqüentes dos conflitos em torno à Segurança Pública no Rio de Janeiro:

	FAVELA	ASFALTO
MOTIVAÇÃO	Violência Policial	Violência Criminal
FORMA DE LUTA	Fechamento de rua com atos de Violência*	Manifestação Pacífica
AGENTE 2	Polícia Militar	Governo Estadual
APOIO	sem apoio	com apoio
LOCAL DA AÇÃO	Proximidade do local do evento	Orla, centro da cidade
INTERVALO DE TEMPO ENTRE O EVENTO DEFLAGRADOR E A MANIFESTAÇÃO	Imediatamente após o evento deflagrador do conflito	Fins-de-semana, após algum lapso de tempo para divulgação e mobilização do ato

* Entende-se como atos de violência queima de ônibus, pneus, entulhos e quebra-quebra.

É de se destacar que há uma maior riqueza de detalhes nas descrições feitas pelos jornais dos crimes e conflitos deflagrados em virtude deles, quando no asfalto. E uma expressiva desinformação em relação ao nome das vítimas, ao número de manifestantes e ao desenrolar dos fatos, quando nas favelas. Destaca-se ainda o fato de as manifestações das favelas contra a morte violenta de seus moradores serem, via de regra, reprimidas, pela mesma polícia que causou a manifestação, em um curto espaço de tempo entre a manifestação e a repressão. Repressão também violenta, com utilização de bombas de efeito moral, e comportamento violento, na dispersão.

As diferenças espaciais entre os conflitos urbanos da cidade, favela e asfalto, são, em realidade, diferenças sociais, que evidenciam diferentes níveis de mobilidade social e de controle espacial e político. Os outros conflitos do Mapa, que têm como objeto das lutas o acesso e uso do espaço público, transporte educação, saúde, saneamento, uso do solo, água, esgoto e drenagem, moradia e

outros, revelam que quanto menos raros os bens e serviços dos locais, para usar a terminologia de Bourdieu, maior o número de conflitos. Os locais que concentram os trabalhadores mais pobres, as favelas e bairros de moradia popular, concentram o menor número de equipamentos urbanos e a pior infraestrutura de serviços.

Mas tais diferenças sociais, reveladas pelas diferenças espaciais, têm na ação da polícia, como mostra o terceiro capítulo do presente trabalho, extremamente violenta e causadora de muitas mortes, a principal diferença entre espaços, a central diferença social na cidade. As políticas neoliberais, que no mundo desenvolvido e dominante, causa aumento do número de prisões, em larga escala, aqui no Rio de Janeiro, causa muitas mortes e opressão.

O fato de a maioria das favelas contarem com a operação do tráfico de drogas armado dominando seus espaços, traz a dupla opressão à realidade de moradia de grande parte da população da cidade. Onde não há resistência possível à operação do tráfico, que se relaciona, domina, através da força, há maior previsibilidade de suas ações, estabelecidas num conjunto de regras impostas no cotidiano das favelas. As entrevistas com militantes da Rede mostram que a ação policial, por ser inteiramente imprevisível e violenta de início, causa maior medo nos moradores.

A utilização do 'caveirão' nas favelas representa a radicalidade desta imprevisibilidade da ação dos órgãos de repressão do Estado em relação aos pobres da cidade. As relações destes coletivos com o sistema penal, com a justiça e a polícia, a discussão sobre o Estado e seu modo de dominação do espaço, compõem a próxima parte desta conclusão.

4.2 - Com Foucault e Wacquant em busca de explicações:

Nesta parte tentar-se-á examinar a análise de Michel Foucault sobre os componentes (polícia, prisão, justiça e delinquência-útil) de um mecanismo circular de punição, vigilância e dominação, propondo um diálogo com as categorias de Estado-Penitência e governo da miséria presentes na obra de Loïc Wacquant. Acredita-se que esta análise trará subsídios para melhor compreender os conflitos

sociais urbanos deflagrados tendo por objeto a insegurança pública e a violência criminal e policial no Rio de Janeiro.

Não se trata de uma tentativa de importação das realidades em que se basearam tais análises e nem da aplicação direta dos conceitos por eles desenvolvidos, mas a tentativa de trazer tais conceitos, elaborados em lugares e tempos distintos do nosso, para ajudar a compreender nossa realidade, o que se justifica na medida em que Foucault teoriza sobre as formas e mecanismos de vigilância e punição do capitalismo, enquanto Wacquant analisa as características do Estado no neoliberalismo.

Foucault, em todo o livro “Vigiar e Punir”, mas particularmente no segundo capítulo da quarta parte, “Ilegalidade e Delinqüência”, discute a política penal no capitalismo, chamando a atenção para o que designou como delinqüência-útil.

Constrói a idéia a partir do que sempre foi a instituição prisão. Desde o início denunciada como grande fracasso da justiça penal, a prisão nunca conseguiu diminuir a taxa de criminalidade de uma sociedade: mesmo quando se aumenta o número de instituições penais, ou se transforma sua concepção, a quantidade de crimes e de criminosos se mantém estável ou aumenta.

Foucault ressalta, em sua crítica sobre a prisão e seus efeitos: que o sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta, quando submetido a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, entra num estado de cólera contra tudo o que o cerca e acusa a própria justiça. A corrupção, o medo e a incapacidade dos guardas, a exploração de um trabalho penal que nessas condições não pode ter nenhum caráter educativo, vão constituindo um ambiente favorável à formação e solidificação da delinqüência.

“O sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinqüência e mecanismos que solidificam a delinqüência. (...) Há um século e meio que a prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente” (FOUCULT, 1987, p.225)

O autor afirma que se a instituição prisão resistiu tanto tempo, e em tal imobilidade, se o princípio mesmo da detenção penal nunca sofreu

questionamentos que o fizessem se transformar é porque esse sistema carcerário que se enraizou, exerceu e exerce funções precisas. Se há uma eterna crise do sistema penal é porque ela interessa, é necessária para a operação de dominação de classe. É uma maquinaria de poder concreta que assume forma simbólica. Tal maquinaria se torna exemplar porque a prisão é o castigo máximo, penúltimo degrau da punição do Estado, normalizador de práticas e costumes da sociedade, em que o desviante é punido. E a cadeia permanece como orientação e exemplo para as outras formas de punir, de castigar.

O referido “fracasso” da prisão serve de instrumento disciplinador para toda a sociedade, mas de forma diferenciada entre classes.

No Brasil a realidade carcerária, filmada, documentada e cantada, é expressão radical do desrespeito às leis, aos direitos humanos.

Em um processo⁴² aberto em 1988 pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que tem aqui papel de exemplo da crise/reforma do sistema penal carioca, em que se foram acumulando todas as queixas, reclamações, pedidos e reivindicações, individuais e coletivas, dos presos do sistema, endereçadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, até 1995, pode-se ver, limpidamente, o caráter ilegal das prisões.

Ao longo de oito anos, de 1988 a 1996, foram se avolumando no processo reivindicações que se referiam a: superpopulação carcerária, falta de segurança em razão do reduzido número de agentes, falta de geradores de luz, falta da atuação da assistência jurídica do DESIPE (Departamento de Sistema Penal); à falta de médicos e de tratamento odontológico; à ociosidade dos internos, falta de incentivo ao estudo, não pagamento das atividades de trabalho interno, em dia, maus tratos, ameaças de morte, proibição da entrada de alimentos e medicamentos, preços extorsivos nas cantinas das unidades, falta de higiene mínima nas celas, existência de facções do crime (“Comando Vermelho” e “Terceiro Comando”) que punham em risco a segurança dos apenados e envolvimento dos agentes penitenciários com as facções.

⁴² Processo nº: E-15/002438/88 e sua continuação, de nº: MP 9650/94 se encontra no Arquivo Geral do Ministério Público, Promotoria de Cidadania, caixa 9.

Na linha de raciocínio colocada por Foucault, de que junto, ou melhor, ao mesmo tempo em que se dá mais um registro do “fracasso” do sistema penal, vem sempre um projeto de reforma, se pronunciou, nesse processo, o Procurador-Geral do Ministério Público. Afirmou que era preciso que fossem construídas unidades prisionais de porte médio, distantes dos centros urbanos. E que era imprescindível uma readequada preparação dos agentes penitenciários, na época envolvidos com maus tratos, corrupção e desmandos, “verdadeiros estigmas de um sistema à beira do caos”.⁴³

Assumia, ainda, o Procurador-Geral que era atribuição do Ministério Público Estadual, a fiscalização **mensal** em todas as unidades prisionais, registrando a visita em livro próprio, “o que nem sempre é possível, face às inúmeras atividades dos Promotores de Justiça”. Dizia ainda ser impossível pensar em solução isolada para os procedimentos em exame, já que integravam um “lastimável conjunto de problemas, que envolve e dificulta o ideal funcionamento do sistema penitenciário”. Sugeria então a conjugação de esforços de todos os órgãos, direta e indiretamente envolvidos com o sistema, “objetivando a busca de soluções que visem **otimizar** o funcionamento do sistema penitenciário”.

Assinava o documento, em 17/01/1995, o Sr. Antônio Carlos Silva Biscaia, Procurador-Geral de Justiça, opinando pelo arquivamento dos procedimentos e o encaminhamento das cópias do parecer e da documentação ao Secretário de Segurança Pública, à Secretaria-Geral do DESIPE, à Coordenadoria das Promotorias de Justiça em atuação junto à Vara de Execuções Penais e à Coordenadoria da 1ª. Central de Inquéritos, para conhecimento e objetivando a adoção de medidas conjuntas.

A prisão, em especial, e os castigos, de uma maneira mais geral, segundo Foucault, não se destinariam a suprimir as infrações, mas a

“distingui-las, a distribui-las, a utilizá-las; (...) a penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. (...) E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-las **servem aos interesses de uma**

⁴³ Palavras do Procurador Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro no processo supracitado.

classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz **parte desses mecanismos de dominação**. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades. O “fracasso” da prisão pode sem dúvida ser compreendido a partir daí.” (FOUCAULT, 1987, p. 227)

Atribui-se aqui e acolá o crime a uma determinada classe social, aos pobres. Foucault se refere ao mito da classe bárbara, imoral e fora da lei, que gera medo por ser encarada como criminosa, e que seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todos. Seria mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns, mas se aplica a outros, que em princípio obriga a todos os cidadãos, mas que se dirige principalmente aos pobres. Que a lei e a justiça não conseguem esconder sua necessária dissimetria de classe. E que o aparente “fracassar” da prisão atinge na verdade, ao menos parcialmente, seu objetivo: criar a mais importante das ilegalidades que é a delinqüência.

Efeito da penalidade de detenção, que permite diferenciar, organizar e controlar as ilegalidades, a delinqüência tem um papel instrumental em relação às outras ilegalidades. Ela hegemoniza outras ilegalidades e as subordina. Centraliza a massa carcerária e se constitui enquanto ilegalidade controlável.

A delinqüência pode ser diretamente útil em relação a outras ilegalidades:

“(…)isolada e junto a elas, voltada para suas próprias organizações internas, fadada a uma criminalidade violenta cujas primeiras vítimas são muitas vezes as classes pobres, acossada de todos os lados pela polícia, exposta a longas penas de prisão, depois a uma vida definitivamente especializada. (...) ao se diferenciar das outras ilegalidades a delinqüência pesa sobre elas.”(FOUCAULT, 1987, p. 231)

Atribuir estas características da delinqüência ao tráfico de drogas do Rio de Janeiro, ou melhor, pensar no tráfico de drogas como delinqüência útil ao sistema, aproxima de nosso objeto de pesquisa a análise do autor e permite pensar os conflitos resultantes do crime violento na cidade sob um outro prisma. Principalmente quando ele afirma que a delinqüência, esta ilegalidade dominada, manejável, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes.

Afirma ainda Foucault que a existência de uma proibição legal, cria, em seu entorno um campo de práticas ilegais, sobre as quais se exerce controle e se

retira um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis exatamente por sua organização em delinqüência. Para Foucault o tráfico de drogas seria um instrumento para gerir e explorar ilegalidades, se utilizando de um agente fiscal ilícito (polícia quando em corrupção):

“(...) o meio delinqüente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais. Os tráficos de armas, os de álcool nos países da lei seca, ou **mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira** esse funcionamento da ”delinqüência-útil”: a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinqüência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades.” (FOUCAULT, 1987, p. 232)

O tráfico de drogas carioca que opera nas favelas, tomado aqui como uma operação uniforme, pode ser pensado como delinqüência útil porque serve de argumento legitimador da ação da polícia. Sua operação impede, ou dificulta muito, com o terror que lhe é característico, a organização política do povo mais pobre, que reside nas mesmas localidades em que opera o tráfico: as favelas e localidades de moradia popular. É útil ainda, o tráfico, porque oferece volumosos lucros às operações ilegais das classes dominantes e funciona, como afirmam militantes da Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência e moradores, como complemento salarial das atividades da polícia do Rio de Janeiro. É útil ainda porque permite, em razão da observação, através da atuação da delinqüência hegemônica nas prisões, mas através ainda do mapeamento das operações do tráfico pela polícia em função de seu caráter territorial fixo. Conhecido, enquadrado e estudado, o tráfico se torna manejável.

A ação ilegal da polícia do Rio de Janeiro, que entra nas localidades mais carentes de tudo, atirando, matando, vigiando, controlando e reprimindo, utilizando-se de mecanismos aperfeiçoados na época da repressão ditatorial a grupos de esquerda como: infiltração de agentes no tráfico (os famosos “X9”), estímulo à delação, fabricação e gerenciamento das informações obtidas através da observação e enquadramento da delinqüência e o privilégio da observação permanente da organização dos comandos dentro e fora da cadeia.

Foucault afirma que o enquadramento da delinqüência através do estudo e observação de suas operações funciona como um observatório político, na medida em que permite o controle, a vigilância permanente de toda a delinqüência. Informações das quais se utilizam sociólogos e estatísticos, mas bem depois dos policiais. (FOUCAULT, 1987, p. 234).

Polícia, prisão e delinqüência se apóiam uns sobre os outros formando um circuito sem interrupções.

“A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinqüentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão”. (Foucault, 1987, p. 234).

A justiça entra como o quarto elemento do circuito estabelecido pelo autor, porque é um instrumento para o controle diferencial das ilegalidades. Para Foucault, a justiça ajuda na constituição da delinqüência, na diferenciação das ilegalidades, no controle, na ‘colonização’ e na utilização de algumas das ilegalidades pela ilegalidade das classes dominantes.

Na relação entre a polícia e a delinqüência, Foucault afirma que a segunda assumiu o estatuto ambíguo de objeto e instrumento para um aparelho de polícia que trabalha **contra ela e com ela**. A polícia do Rio de Janeiro vem há muito trabalhando contra o tráfico e cada vez mais com o tráfico.

Constituem-se, os traficantes, nos agentes operadores do varejo do comércio de drogas que se arma em razão da ilegalidade da atividade, formulada e sustentada por aquele mesmo discurso dominante, ou pela classe que o formula. É esta ilegalidade a pedra fundamental sobre a qual se construiu este pseudo-poder do tráfico, que pode ser visto como uma frente armada que movimenta pequena economia de subsistência para os traficantes nos morros. Armada porque ilegal é tal economia. Pequena economia, porque apesar de movimentar milhões, desde o plantio à venda, os operadores locais, ficam com a parcela que cabe ao pequeno varejo, que ainda tem que pagar a logística da operação – inclusive, e sobretudo, os próprios policiais. E de subsistência, porque apesar da existência um ou outro grande traficante, que transitou da escala local para as escalas nacional ou internacional (por exemplo, Fernandinho Beira-Mar),

essa economia deixa pouquíssimos dividendos nos locais de realização dos lucros desse comércio, nas favelas.

O que é centralmente importante é que o comércio de entorpecentes e as redes que sustenta não sofrem qualquer abalo quando da morte de um traficante pela polícia. Apesar de saudadas pela imprensa, por policiais e governantes, estas mortes e a rápida substituição dos que “caem em combate” apenas vêm deslegitimar o Estado, desnudar sua fraqueza em termos de condução política por parte do governo eleito da política de segurança e romper as regras sobre as quais está pactuado. Em contrapartida, responde aos anseios de grupos dominantes como os que conduzem a campanha do “Basta! Eu quero paz”, se re-legitimando em nome de grupos socialmente amedrontados e pouco numerosos, mas extremamente poderosos.

Mas há, ainda segundo Foucault, a delinqüência própria à riqueza, tolerada pelas leis, segura da indulgência dos tribunais e da discrição da imprensa quando acontece cair nos domínios da polícia. Correlações de força que, de acordo com a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à cadeia.

Um sistema circular de opressão que conta com a justiça e o tráfico, a polícia e a cadeia, todos peças de um só mecanismo de dominação de classe, de criminalização da miséria.

Mecanismo que permite o controle político sobre aqueles que, pelo nível de exploração e indignidade de condições de vida às quais são submetidos, obrigados, seriam os principais interessados na transformação da sociedade, na democratização dos acessos aos bens sociais, no controle popular da produção e da política.

Mecanismo que submete as populações pobres e segregadas a uma dupla dominação, a do tráfico e suas regras, suas disputas internas, muitas vezes sangrentas e permeadas de longos tiroteios (mais difíceis de se estudar, de se saber) e a da polícia e sua repressão característica, porque muitas vezes assassina, raramente legal e no mínimo truculenta. Dupla dominação que se não

impossibilita a organização política e a reivindicação legítima de dignas condições de vida dos mais explorados, ao menos a dificulta, inibe.

O conceito de Estado Penitência, desenvolvido por Loïc Wacquant, inspira-se no circuito de dominação elaborado por Foucault, em razão de sua análise girar em torno da análise da prisão, da polícia e da justiça como base empírica de sua conceituação. Com exemplos tirados da aplicação de uma política neoliberal de tolerância zero nos Estados Unidos da América, bem como semelhantes políticas de controle e criminalização da miséria na França e em outras partes do mundo, Wacquant apresenta novos elementos à discussão lançada por Foucault.

No livro “As prisões da miséria”, de 2001, Loïc Wacquant afirma que a política de Tolerância Zero é a expressão recente de uma política de substituição do Estado Social pelo fortalecimento do Estado Penal. Tal substituição, oriunda de um novo senso comum penal, que visa criminalizar a miséria, normatizando o trabalho assalariado precário, seria uma política concebida nos EUA, mas que se internacionalizou, a exemplo da ideologia econômica e social fundada no individualismo e na mercantilização.

O autor argumenta que a política de tolerância zero, formulada para limpar o espaço público das mazelas da sociedade capitalista, impondo a lei e a ordem tem como meta a criminalização da pobreza, e atinge, em especial, o jovem negro de bairros segregados. Na Europa, a mesma política atinge os consumidores de drogas e estrangeiros.

Em nome do direito à segurança dos que detém poder e dinheiro, tal política ignora o direito dos pobres ao trabalho. Para Wacquant, os ‘experts’ do Ministério do Interior dos EUA invertem as causas e as conseqüências, a fim de eliminar qualquer vínculo entre crime e desemprego, ou entre escalada dos distúrbios públicos e o aumento das desigualdades. Para ele a pretensa “escalada inexorável” da “violência urbana” seria, antes de tudo, uma temática da mídia, que visa facilitar a redefinição dos problemas sociais em termos de segurança e de manutenção da ordem.

A substituição do Estado-Providência pelo Estado-Penitência criminaliza os pobres, que nos EUA, segundo o autor, somam 35 milhões de pessoas, dos quais 7 milhões são crianças e 3,5 milhões estão nas comunidades negras.

No Brasil, onde nunca houve Estado-Providência e a penitência é histórica, são mais de 50 milhões que vivem com, no máximo, $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês (cerca de 50 dólares), abaixo, portanto, da linha de miséria. Pretos e pardos recebem metade dos salários pagos a brancos em todo o território nacional. (IBGE).

Sobre a concentração de renda o autor informa que entre 1979 e 1996, 95% do saldo de 1,1 trilhão de dólares da riqueza produzida nos EUA ficou nas mãos dos 5% mais ricos, ao passo que o salário do operário médio aumentou apenas 28% no mesmo período. Os diretores de empresas americanas ganham hoje 419 vezes mais que os trabalhadores braçais, quando há uma década atrás esse número era de “apenas” 42 vezes. No Japão essa relação é de 20 para um e na Inglaterra de 35 para um. (WACQUANT, 2001, p.79).

No Brasil, os 10% mais ricos ganham 19 vezes mais que os 40% mais pobres, mas o 1% mais rico captura renda igual a dos 50% mais pobres. O Brasil é o país mais desigual do mundo. (IBGE).

A concentração de renda garante às classes dominantes mais poder e esse poder mais renda, num ciclo em que se centraliza nas mãos de pouquíssimos quase a totalidade da renda e do poder.

Poder esse que quer agora a garantia da lei e da ordem nos espaços públicos. É um sistema que cria a desigualdade, gera a miséria de grande parte da população (no Brasil e no terceiro mundo em geral da maioria da população) e a resposta que apresenta à sua própria consequência é a repressão aos miseráveis. Política determinada no sentido de “limpar” do espaço público urbano, a ser vendido, as mazelas que os investidores não querem ver.

Em 1975 os presos americanos eram 380.000. Em 1985 esse número saltou para 740.000, superando 1,5 milhão em 1995 e chegando a dois milhões em 1998. Segundo Wacquant, num período em que a criminalidade permaneceu constante no início e apresentou queda no fim. Somente na Califórnia há mais

presos que no Brasil todo. Lá, os gastos com o sistema penitenciário eram de 200 milhões de dólares em 1975 e subiram para mais de 4 bilhões de dólares em 1999, superando desde 1994 o orçamento das universidades públicas. Na Califórnia, um guarda penitenciário ganha 30% mais que um professor universitário.

As cadeias privadas nos EUA somavam em 2001 mais de 270.000 vagas para presos, ou seja, existem mais vagas para presos nas cadeias privadas americanas que o total de presos brasileiros, que estima-se em torno dos 230.000.⁴⁴ Tais vagas em cadeias privadas americanas são mais numerosas que a soma de todos os presos da Espanha, da Inglaterra, da Itália, da França e da Holanda, juntos! Fato que o autor imputa ao processo de criminalização da miséria.

Mas o crescimento do número de presos já é um fenômeno mundial e é cada vez maior o número de presos não-violentos, o que indica que esse aumento das prisões é resultado de uma política deliberada de penitência aos pobres. Na Argentina, nos últimos cinco anos houve um aumento da população carcerária de 60%, índice semelhante ao da França.

No Brasil, assim como nos EUA a grande maioria dos presos é composta de jovens, negros e pobres. Porém, mesmo os ufanistas do milagre econômico promovido na ditadura militar, não podem afirmar que o Brasil tenha vivido algum dia algo que se assemelhasse ao Estado do Bem-Estar Social.

Aqui, a face penal do Estado sempre se revelou, com mais ou menos intensidade, de acordo com a conjuntura política. Com a brutal diferença econômica entre um país e outro, a política opressora que criminaliza os pobres através do aumento do aparato prisional, se torna muito difícil para o Brasil, pois a construção de tantas cadeias para prender os pobres teria custos elevadíssimos. Talvez seja por isso que aqui “opta-se” pela repressão ostensiva com assassinatos que servem de ‘exemplo-tipo’ e pela violência habitual com que são tratados os favelados.

⁴⁴ "O Brasil Atrás das Grades", Human Rights Watch (HRW), SP, 1998.

No Rio de Janeiro, são vários e variados os exemplos de resistência popular à ação do aparelho de repressão do Estado, apesar de tudo. Imbuídos de muita coragem, visto que enfrentam a ação criminosa da polícia, esses coletivos, do Mapa e da Rede, auxiliam na desconstrução dos discursos dominantes e denunciam o caráter arbitrário de nosso modelo de Estado-Penitência. Discursos dominantes que não raro afirmam ou insinuam que por pobre o sujeito é sujo e criminoso e anti-ético e derrotado. Em realidade os que se manifestam, revelam que ilegalidade é o que pauta a ação da polícia, tanto quando reprime coletividades pobres, na rua, quanto quando dirigem alguns dos manifestantes para a ilegalidade radical que é a cadeia. A criminalização da miséria no Brasil, e em especial no Rio de Janeiro pressupõe a ilegalidade das ações do Estado.

A reforma dessa relação, tráfico-polícia, proposta sempre quando o conflito se manifesta e se publiciza, à maneira como eram e são propostas as reformas do sistema penal, aparecem em declarações das autoridades constituídas no intuito claro de garantir mais força de repressão ao Estado, mais e melhores armas de combate, melhoria das condições de enfrentamento, em suma, mais violência. Violência como remédio da violência.

Mas esse conflito interessa à indústria bélica internacional, aos produtores internacionais de drogas, aos revendedores, em larga escala, das drogas que repassam ao pequeno varejo, conhecido e mapeado, estudado e controlado e extremamente útil para a operação de dominação de classe, que é o tráfico de drogas nos morros da cidade.

“A prostituição patente, o furto material direto, o roubo, o assassinato, o banditismo para as classes inferiores; enquanto que os esbulhos hábeis, o roubo indireto e refinado, a exploração bem feita do gado humano, as traições de alta tática, as espertezas transcendentais, enfim todos os vícios e crimes realmente lucrativos e elegantes, em que a lei está alta demais para atingi-los, se mantém monopólio das classes superiores”. (Foucault, 1987, p. 261)

Wacquant diz que a própria categoria “violência urbana”, um absurdo estatístico, visto que mistura tudo e qualquer coisa, é invocada pelo Ministério da Justiça americano para excluir da possibilidade de obtenção de *condicional*, vários

pequenos delitos, que são punidos com prisão, no discurso de manutenção da ordem. Cita ainda o autor uma fórmula que teria se tornado célebre de Bruno de Cavarlay: “*A multa é burguesa e pequeno-burguesa, a prisão com sursis é popular, o regime fechado é subproletário*” (WACQUANT, 2001, p. 107).

O Estado-Penitência seria uma resposta violenta da burguesia à consequência efetiva do sistema capitalista: concentração e centralização dos recursos da produção social nas mãos da classe dominante.

Para Wacquant, tanto o gueto quanto a prisão têm por missão confinar uma população estigmatizada de maneira a neutralizar a ameaça material e simbólica, que ela faz pesar sobre a sociedade. Respeitando as diferenças entre o gueto americano e as favelas cariocas, podemos acrescentar, que esta neutralização da ameaça inibe a possibilidade de ação política coletiva, vítimas que são da dupla opressão delinqüência-polícia a que são submetidos. No Rio de Janeiro tráfico-polícia e o duplo “terror” que impõem às localidades pobres.

O “caveirão”, veículo blindado da polícia, que impede que qualquer policial seja reconhecido devido às estreitas e escuras janelas pelas quais só se consegue ver os canos das armas apontados para fora, que permite que toques de recolher e ameaças sejam feitos por um alto-falante, que estampa uma caveira pintada nos moldes do símbolo do Esquadrão da Morte na frente e nas laterais, que invade atirando nas favelas da cidade, é exemplo de instrumento recente desse terror.

O autor defende que a quarta “instituição peculiar” da América do Norte seria um complexo institucional composto pelo que sobrou do gueto negro e pelo aparato carcerário, elementos de uma relação estreita de simbiose estrutural e de suplência funcional. Wacquant afirma que o principal motor da expansão do Estado penal americano não é a criminalidade, mas a necessidade de reforçar uma clivagem de castas. É uma idéia muito próxima do *continuum-carcerário* desenvolvido por Foucault, em que afirma que as regras e situações políticas das cadeias se estenderiam às das localidades mais pobres onde opera a delinqüência-útil, se generalizando.

A precarização das relações de trabalho somada ao crescimento do trabalho informal atingiu de início os mais pobres, moradores dos guetos negros americanos. Tal fenômeno se repetiu aqui, no Rio de Janeiro em especial.

A favela, ou os locais empobrecidos de moradia popular, seriam, estes sim, '*continuuns*' carcerários do ponto de vista da influência da dupla dominação que exercem polícia e tráfico, ambos impondo suas regras pela ilegalidade em suas ações e submetendo uma maioria absoluta de trabalhadores sub-explorados e trabalhadores desempregados aos ditames de regras impostas.

E há a observação permanente da delinqüência por parte da polícia, o acúmulo de conhecimento a seu respeito e o decorrente controle sobre ela, num e noutro espaço. E há a organização em comandos do tráfico que ditam regras de comportamento gerais, que funcionam na cadeia e funcionam na favela, a tal delinqüência hegemônica.

Cadeia e favela como espaços da radicalidade punitiva, onde quem se desvia das regras impostas pelos dois entes pode ser executado sem julgamento, sem direito de defesa (a pena de morte, quando existe é precedida do devido processo legal), pode levar um tiro ou ser obrigado a viver em condições radicalmente indignas de sobrevivência.

Mas há no caso carioca, uma orientação política que dá sentido à ação policial e tal ação orientada produz valores, difunde, defende e reproduz esses valores. Valores levados à prática através da execução de uma política de segurança pública, de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas conduzidos, praticados por um ente cada vez mais independente do Estado e das orientações da Secretaria de Segurança, a polícia.

A política de segurança pública viveu nos últimos anos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mas com a mira na cidade, uma disputa de projetos de política de segurança. De um lado tivemos: truculência e força bruta na condução da política de segurança à época, por exemplo, do Governo Marcello Alencar (1995) e de seu Secretário de Segurança Pública, Newton Cerqueira, em que havia inclusive a "premiação faroeste" para os policiais que matassem bandidos

“em confronto”. E de outro: a tentativa de se implementar o respeito aos direitos humanos (característica presente no segundo governo de Leonel Brizola 1991-1994), a utilização das informações/inteligência, o estudo da delinquência em sua territorialidade e processos, a chamada “inflexão civilizatória” na condução da política de segurança, características que ao menos em tese fizeram parte da política de segurança liderada por Luiz Eduardo Soares e sua equipe de estudiosos da área, quando estiveram à frente da Segurança Pública nos governos de Anthony Garotinho (1999-2000) e depois no de Benedita da Silva (2001).

Da interseção das qualidades, das eficácias de um e de outro processo, da utilização consciente e de acordo com o interesse, da violência pura ou da visibilidade panóptica, ou ainda da utilização dos dois mecanismos simultaneamente é que surge um caráter de vanguarda no processo de criminalização da miséria no Rio de Janeiro.

A delinquência, no caso do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas das favelas, juntamente com a polícia e sua ação multifacetada de controle, opressão e assassinatos; junto ainda de toda a ilegalidade que constitui o sistema prisional, e da justiça com sua tarefa de diferenciação e política de punição de classe como nos mostrou o exemplo do processo do Ministério Público; todo esse circuito de dominação serve de instrumento à característica central do Estado-Penitência: a criminalização da miséria, o massacre dos pobres.

De modo que se pode defender que a relação entre o tráfico de drogas e a polícia do Rio de Janeiro não se caracteriza numa guerra, mas sim que o tráfico e seus homens em armas se constituem em uma organização hegemônica da delinquência, que é utilíssima aos propósitos, ao sentido mesmo da ação da polícia na direção da dominação da pobreza, na direção do avanço do domínio do capital e sua neo-face, a criminalização da miséria.

Há um interessante comentário de William da Silva Lima, membro do Comando Vermelho em seu livro-depoimento, quando se refere a uma frustrada tentativa de fuga em virtude de brigas de grupos de internos, dando a idéia de como, na prisão, se opera a relação tráfico-polícia:

“Para a imprensa, tudo se resumia a disputas pelo domínio do jogo e do tráfico nas cadeias. Novamente mentira. Os conflitos giravam em torno do estilo de comportamento de grupos e indivíduos; eram estimulados pelo próprio sistema, que divide para dominar melhor. Quem tem o poder de isolar ou misturar grupos antagônicos é a administração, que gerencia as crises segundo seus próprios interesses. (...) Um confronto pode servir para diversos fins: eliminar presos inconvenientes, abalar a opinião pública, cobrir furos de verbas desviadas e obter mais recursos”. (LIMA, 2001, p.94).

O circuito de dominação de Estado descrito por Foucault nos termos da relação entre ilegalidade e delinqüência, apresenta a polícia reprimindo e estudando, enquadrando e violentando, oprimindo e explorando a delinqüência-útil. Unida ao sistema prisional que atua executando seu papel de transformar o criminoso em delinqüente e se constituindo em laboratório permanente de observação desta delinqüência, lugar da radicalidade da ilegalidade. Com a justiça operando “sua necessária dissimetria de classes” em que os limites de punição tem a ver com os limites de legalidade/ilegalidade da classe a que pertence o cidadão (atos considerados normais em Ipanema levando à prisão, ao “esculacho” e, no limite, à morte se cometidos pelo cidadão se favelado). E a delinqüência-útil, hegemônica sobre as outras formas de delinqüência, mecanismo de realização de lucro de outrem, controlada e corrompida, funcionando como argumento legitimador da ação policial em razão de sua crescente aquisição, e uso, de armamentos pesados na operação do tráfico; revelam que as categorias estabelecidas pelo autor podem ser úteis na consideração do que ocorre na cidade maravilhosa.

Principalmente se somadas, à tendência apontada por Wacquant de utilização dos mecanismos de Estado para a criminalização da miséria, no neoliberalismo. Com o número de prisões e presos aumentando em todo o mundo. Com a justiça numa tendência de apoio à políticas do tipo Tolerância Zero, desrespeitando o devido processo legal, mandando prender antes para averiguar depois. E inocentando os cometedores de atrocidades se e quando estas são cometidas em nome do “combate ao terror”, da segurança nacional ou de uma moralidade ascética em seu desejo e assassina e corrupta em sua prática. E a polícia como braço armado de execução destas idéias, compõe o quadro, no

esquema de Wacquant, da face punitiva do Estado no neoliberalismo, que o autor designa por Estado-Penitência.

Mas o processo apontado por Wacquant não discute, em razão de tratar da França e dos EUA, uma categoria que, extremamente importante na reflexão de Foucault, pode contribuir na caracterização desta delinqüência, tomada aqui como operação de parte do tráfico de drogas que opera na cidade, a que se concentra nas favelas. Porque é sobre este tipo de comércio ilegal, localizado, que é dirigido o discurso que sustenta as ações, cada vez mais naturalizadas, aceitas, legitimadas na direção daquelas localidades e de seus moradores. Processo de extermínio paulatino exemplar dos que são caracterizados como moradores de locais proibidos, criminalizando a todos os moradores indistintamente, mas com uma diferença, para pior, em relação ao papel da delinqüência-útil descrita por Foucault, aqui o processo de dominação através do circuito apontado pelo autor, inclui a morte nos métodos, o assassinato indistinto de moradores, se dos locais que abrigam o “terror”.

O Mapa dos conflitos mostra que este processo ocorre mesmo quando a orientação política do governo sofre uma “*inflexão civilizatória*”, deixando clara a autonomia que vem sendo assinalada de um corpo policial que julga, prende e executa à margem do que é politicamente pactuado tanto em eleições quanto nas leis. Autonomia marginal da polícia garantida pela classe dominante que já reformou o Estado à suas necessidades de controle, lucro e resolução de problemas com a guinada neoliberal mostrada por Wacquant na construção do Estado-Penitência.

Um Estado capturado por uma classe e servente de seus interesses, que oprime outra, segregando, reprimindo e assassinando e que seria o responsável, por estímulo, apoio e envolvimento direto na gênese e na consolidação do elemento central da justificativa da ação da polícia nas favelas: o tráfico de drogas armado que atua nas favelas cariocas. Mas capturado em diferentes níveis e prerrogativas, e na questão da segurança, um Estado capturado por um moralismo rudimentar, em que se deve identificar e combater o mau, mesmo que

às margens da legalidade e do devido processo legal, em nome dos cidadãos de bem, ou de bens.

A construção de uma transformação política deste quadro, com um novo pacto social que absorva, pelo Estado, as questões que a hipocrisia não deixa que saltem da realidade para as leis, a distribuição do resultado da produção social, em termos de trabalho digno, direitos e deveres gerais, fica extremamente dificultada com a tal autonomia marginal dos aparelhos de segurança pública do Estado. Autonomia em relação ao Estado, em que a polícia obtém o sobre-poder garantido pelo mecanismo de dominação circular que antes garantia sobre-poder ao corpo político eleito, mas coincidente com as necessidades do mercado no neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação, Campinas, Ed. Papyrus, 1994.

_____. A Miséria do Mundo. Sob direção de | Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo... | et. al. | - Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1997.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Coleção Pensamento Crítico, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1972.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FUKS, Mário. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação em debate nas arenas. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2001.

JACOBI, Pedro. Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em torno da Ação Coletiva e dos seus Efeitos Políticos-Institucionais no Brasil. In LARANJEIRA, Sônia (Org.) - Classes e Movimentos Sociais na América Latina. Ed. Hucitec, São Paulo, 1990.

LEMGRUBER, Julita. A Instituição Policial. Revista da OAB, Rio de Janeiro, vol 22, 1985.

_____. O Policial Civil: Conflitos e Contradições. Revista da OAB, Rio de Janeiro, vol. 22, Rio de Janeiro, 1985.

LEVEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo, Ed. Centauro, 2001.

LIMA, William da Silva. Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro, Ed. Labortexto, 2001.

MARX, Karl. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política, México, Ed. Siglo XX, 1971.

MARX, Karl e ENGELS, F. A Ideologia Alemã I, Portugal, 1974.

MISSE, Michel. Como desarmar a violência policial? Desarme: Notícias/Opinião, Rio de Janeiro, 2004.

_____. O Crime Violento no Rio: Um Exame Preliminar das Fontes. Rio de Janeiro, 1997.

_____ O Movimento: A Consolidação das Redes de Varejo de Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no III Simpósio Internacional sobre as Toxicomanias, Rio de Janeiro, 2000.

_____ Sobre o conceito de Conflito Social. In: Direito e Conflito Social, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1981.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dimensiones culturales de la ilegalidad. In PATIÑO, Análida Rincón (Org.). Espacios Urbanos no Con-sentidos: Legalidad e Ilegalidad en la Producción de Ciudad, Colombia y Brasil. Ed. Escuela de Planeación Urbano-Regional, Área Metropolitana del Valle de Aburrá, Alcaldía de Medellín – Departamento Administrativo de Planeación e Secretaria de Gobierno, Medellín, Colombia, 2005.

_____ Leituras de Movimentos: Conjuntura, Ação e Poder. Revista Temporális, nº 4, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Estado, derecho y luchas sociales. Bogotá, Ed. ILSA, 1991.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. Matar, Morrer, “Civilizar”: O “Problema da Segurança Pública”. In MAPAS: Monitoramento ativo da participação da sociedade. Relatório do projeto, Ed. Ibase, Rio de Janeiro, 2005.

SOARES, Gláucio A. D.; D’ARAÚJO, M. C. S.; CASTRO, C. A Repressão. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1994.

SOARES, Luiz Eduardo. Violência e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. Elite da Tropa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro e seus Efeitos Negativos Sobre o Desenvolvimento Sócio-Espacial. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, nº 2/3, 1994.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J(Orgs.). Uma Revolução no Cotidiano?: Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

TOURAINE, Alain. O Retorno do Ator. Lisboa, Inst. Piaget, 1984.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In* ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 2001.

_____ Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Revan, 2001.

_____ Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Revan, 2003 (F. Bastos 2001).

WEBER, Max. Economia y Sociedad. México, Fondo de Cultura Económica, 1968.

ZALUAR, Alba. Crime, Medo e Política: Sociedade e Estado. Brasília, vol. 10, 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)